São Paulo

DATA MERCANTIL

R$ 2,50

Sexta-feira, 12 de abril de 2024

Edição N º 1005

datamercantil.com.br

Governo quer usar estatal para turbinar compra de casa própria

O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pretende autorizar a estatal Emgea (Empresa Gestora de Ativos) a comprar parte da carteira de crédito imobiliário de bancos para liberar dinheiro novo e turbinar a compra da casa própria.

A medida deve ser um dos eixos da MP (medida provisória) do crédito em elaboração pelo Executivo.

O texto também inclui a renegociação de dívidas do Pronampe (programa de apoio a micro e pequenas empresas) e novas linhas de financiamento para MEIs e pessoas de baixa renda inscritas no CadÚnico de programas sociais.

A ampliação do crédito é uma obsessão de Lula para dar gás ao crescimento do PIB. O petista cobra de auxiliares mais crescimento e vê no canal de crédito o principal motor para isso.

A adoção de novas medidas de estímulo ao microcrédito e aos pequenos negócios foi uma demanda de Lula para presidentes dos bancos públicos. Ele pediu mais engajamento das instituições nessa agenda e um pacote robusto.

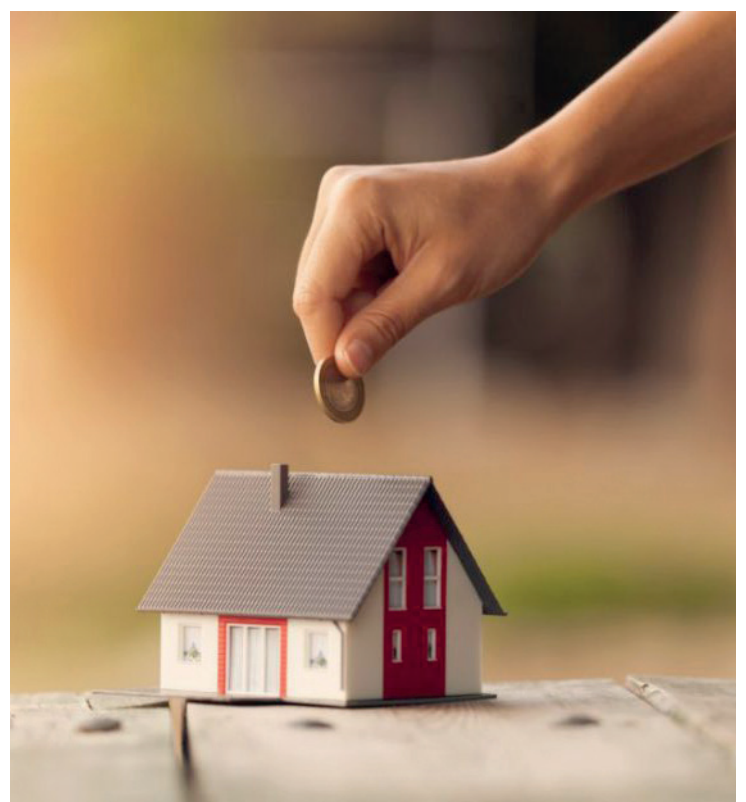
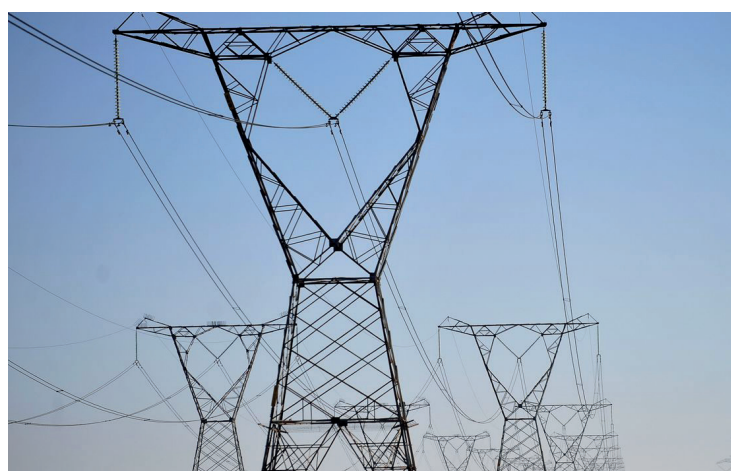
Após quase duas semanas de agenda negativa, com as turbulências em torno da Petrobras e a polêmica MP para reduzir a conta de luz no curto prazo, o anúncio das medidas de crédito pode ajudar a reverter esse clima, segundo auxiliares do presidente.

O anúncio estava previsto para esta quinta-feira (11), mas foi adiado para ajustes. A nova programação é lançar o pacote na segunda-feira (15).

Segundo pessoas que participam das discussões, um dos eixos da MP permite à Emgea fazer operações de securitização, com o objetivo de dar fôlego novo aos bancos para conceder crédito imobiliário.

O presidente da companhia, Fernando Pimentel, participou da reunião com Lula sobre o tema nesta quinta no Palácio do Planalto.

Na securitização, a companhia compra das instituições financiadoras o direito de receber as parcelas a serem pagas pelos mutuários no futuro. Com o dinheiro, os bancos podem dar novos empréstimos, algo que não seria possível se o recurso ficasse travado no balanço.

Folhapress

Economia

Precisamos reduzir subsídios, diz chefe da Aneel dois dias após governo ampliar subsídios

Pág - 03

Varejo cresce 1% em fevereiro e atinge patamar recorde, diz IBGE

Página - 03

Após prejuízo de R$ 1 bilhão, Casas Bahia vai se recuperar no balanço do 1T24?

Página - 16

SP lançará medidas para incentivar a produção de biocombustíveis

Página - 16

Política

Governo promete nova proposta a servidores da educação em 15 dias em meio a greves

Página - 04

Candidato a suceder Lira reúne aliados de Lula e Bolsonaro em festa com tom de campanha

Página - 04

No Mundo

Conselho de Segurança cobra de Israel mais medidas para aliviar crise em Gaza

O Conselho de Segurança das Nações Unidas voltou a manifestar preocupação com a crise humanitária na Faixa de Gaza e cobrou de Israel mais medidas para entregar ajuda à população palestina diante de um cenário de "fome iminente".

Em comunicado divulgado na quinta-feira (11), o conselho diz ter tomado nota da promessa feita por Tel Aviv de reabrir a passagem de Erez, no norte de Gaza, e de retomar o uso do porto de Ashdod, no sul israelense, para o envio de suprimentos ao território palestino. "Mas [o conselho] enfatiza que mais precisa ser feito para levar a ajuda humanitária diante da magnitude das necessidades em Gaza".

Os membros do Conselho expressaram "profunda preocupação com o custo humano do conflito, a situação humanitária catastrófica e a ameaça de fome iminente" e pediram "a remoção imediata de todos os obstáculos à entrega de ajuda humanitária" à população civil.

Na semana passada, após pressão de Washington, Israel anunciou a reabertura das passagens para o envio de ajuda a Gaza. Horas antes, o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, havia conversado com o premiê israelense, Binyamin Netanyahu --o americano condicionou o apoio a Tel Aviv a uma mudança de postura do aliado na guerra, o que incluiria cessar-fogo, proteção dos civis e combate à crise humanitária.

Mas a reabertura das passagens anunciada por Israel ainda não foi implementada. O ministro da Defesa do país, Yoav Gallant, disse ao conselho na quarta (10) que as medidas estavam em fase preparação.O conselho também enfatizou a necessidade de uma "investigação completa, transparente e minuciosa" sobre a morte de sete trabalhadores humanitários da ONG World Central Kitchen em um ataque do Exército israelense no início de abril. Folhapress

México apresenta denúncia contra Equador em Haia por ataque à embaixada

O México apresentou na quinta-feira (11) uma denúncia contra o Equador perante a Corte Internacional de Justiça (CIJ) em Haia pelo ataque à embaixada mexicana em Quito na última sexta-feira (5), informou sua Chancelaria. O país solicita a suspensão da nação sul-americana das Nações Unidas até que seja emitido um pedido público de desculpas.

Segundo a ministra das Relações Exteriores mexicana, Alicia Bárcena, o México quer que o Equador "reconheça as violações dos princípios e normas fundamentais do direito internacional, com o objetivo de garantir a reparação do dano moral infligido ao Estado mexicano e aos seus cidadãos".

O presidente mexicano, Andrés Manuel López Obrador, disse pediu que o incidente não se repita em nenhum país do mundo. "Que o direito internacional seja garantido, que as instalações, as embaixadas dos países de qualquer nação não sejam violadas", disse em entrevista de imprensa na quinta-feira (11).

Agentes encapuzados a bordo de carros blindados entraram na embaixada mexicana em Quito, local protegido pelo direito internacional, para retirar o ex-vice-presidente Jorge Glas. Ele estava abrigado na sede da representação, mas com um mandado de prisão pendente contra si devido a condenações por corrupção.

Como resultado, o governo mexicano rompeu relações com o Equador e anunciou o processo em Haia.

"Com muito orgulho, apresentamos uma denúncia perante a Corte Internacional de Justiça. Não há dúvida de que o Equador infringiu a Convenção de Viena sobre relações diplomáticas ao violar a imunidade da embaixada", disse Alejandro Celorio, consultor jurídico do Ministério das Relações Exteriores, ao lado de Bárcena. Folhapress

Brasil cogita transportar forças do Caribe ao Haiti se missão da ONU sair do papel

O governo brasileiro cogita auxiliar no transporte aéreo de policiais ofertados por países do Caribe para ajudar o Haiti, que vive uma nova onda de violência em meio a uma crise institucional, agravada pela renúncia do premiê Ariel Henry, há um mês.

Diante do cenário de incerteza, a diplomacia brasileira se viu obrigada a recalcular a proposta que havia feito para treinamento de agentes haitianos. A avaliação é a de que é impossível colocar essa ideia em prática, ainda que na Polícia Federal o plano já se desenrolasse.

Pesam diversos fatores. Enviar forças do Brasil a Porto Príncipe para conduzir essa preparação seria inviável dado o nível de violência, que poria em risco a integridade física dos agentes. Retirar esses policiais do país e trazê-los ao Brasil, em um momento em que a força já enfrenta altas taxas de deserção, tampouco é uma opção.

Um demonstrativo do grau de insegurança foi dado na quarta-feira (10), quando Brasília viabilizou a retirada de oito cidadãos, sendo sete deles brasileiros, do Haiti, por helicóptero, até a vizinha República Dominicana. Em sua maioria missionários religiosos, eles manifestaram vontade de abandonar o país.

Países como Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Jamaica e Suriname já manifestaram intenção de ceder policiais para ajudarem a limitada Polícia Nacional Haitiana (cerca de 10 mil membros, numa conta superestimada) a combater as gangues armadas, reunidas em especial na coalizão intitulada G9, que domina Porto Príncipe. A iniciativa dos caribenhos se deu após a aprovação em outubro passado, pelo Conselho de Segurança da ONU, de uma missão multinacional para ajudar o Haiti. Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.:11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agricolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da

Precisamos reduzir subsídios, diz chefe da Aneel dois dias após governo ampliar subsídios

O diretor-geral da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), Sandoval Feitosa, defendeu na quinta-feira (11) o desenho de um novo marco do setor elétrico brasileiro para reduzir subsídios e baixar tarifas ao consumidor comum.

O tema foi debatido em reunião na quarta (10), com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que determinou a criação de grupos de trabalho para elaborar sugestões. Mas o próprio governo aumentou subsídios nesta semana, com a edição de medida provisória que beneficia energias renováveis.

"O diagnóstico é unânime no sentido de que precisamos redesenhar, fazer um novo marco regulatório para o setor elétrico. O marco atual levará o setor à insustentabilidade", disse Feitosa, em evento sobre o setor no Rio de Janeiro. "Hoje temos a tarifa de energia elétrica pesadamente sobrecarregada por subsídios."

Ele lembrou que os subsídios custaram ao consumidor R$ 40 bilhões em 2023 e, se nada mudar, ficarão R$ 3 bilhões a R$ 4 bilhões mais caros em 2024. A determinação de Lula, diz, vai no sentido de rever esses benefícios.

"Da mesma forma que damos incentivos para grandes consumidores buscarem energia mais barata, a conta fica para os consumidores mais pobres", afirmou. "Consumidores mais pobres das regiões Norte e Nordeste continuarão pagando mais caro do que consumidores de outras regiões."

Feitosa evitou críticas aos subsídios criados pela MP editada pelo governo nesta semana. Afirmou que o texto resolve um problema de curto prazo, que é conter a alta das tarifas de energia com a antecipação de recursos da privatização da Eletrobras.

Já os subsídios criados, afirmou, não são imediatos, pois dependem da evolução dos projetos renováveis aptos a recebê-los. O diretor-geral da Aneel destacou que o texto da MP ainda será discutido no Congresso, que pode modificar o tema. Já a antecipação de recursos para a tarifa entra em vigor imediatamente.

Nicola Pamplona/Folhapress

Mais de 40% das empresas devem contratar no 2º trimestre, aponta pesquisa

Em meio a um cenário de mercado de trabalho aquecido e o Indicador Antecedente de Emprego do Brasil renovando máxima desde outubro de 2022, pesquisa exclusiva da ManpowerGroup aponta que 43% das empresas brasileiras devem contratar no segundo trimestre deste ano.

Com isso, o Brasil ocupa a 18ª posição no ranking global entre os países que mais pretendem abrir vagas de emprego — uma melhora de seis posições em comparação ao período do ano passado.

A expectativa líquida de emprego, que subtrai o percentual dos negócios que pretendem reduzir e aqueles que irão aumentar sua força de trabalho, é de 18% no país, pouco abaixo da média global, de 22%.

A expectativa de emprego no Brasil também se destaca em algumas regiões, liderada pelo Paraná, com 28%, Rio de Janeiro e Minas Gerais, ambos com 25%, e outras regiões com 22%.A cidade de São Paulo conta com uma expectativa de geração de emprego de 18%, enquanto o estado de São Paulo apresenta 14%.

A pesquisa ainda mostra que o otimismo para contratações é mais forte em empresas maiores. Empreendimentos com 1.000 a 4.999 lideram com intenção de 30%, enquanto 13% dos negócios com menos de 10 colaboradores têm planos de expansão.

De acordo com o levantamento, a expectativa é que essas novas vagas de empregos sejam alocadas na área de tecnologia da informação, com uma previsão de 36%, e em energia e serviços de utilidade pública, com 34%.

No entanto, alguns setores, como de energia e serviços de utilidade pública, apresentam alguns entraves. Segundo a pesquisa, 90% das empresas dessa área relataram dificuldades para encontrar funcionários adequados às suas necessidades.

Folhapress

Varejo cresce 1% em fevereiro e atinge patamar recorde, diz IBGE

O volume de vendas do comércio varejista cresceu 1% no país, em fevereiro deste ano, na comparação com o mês anterior. Essa é a segunda alta consecutiva do setor, que havia apresentado crescimento de 2,8% em janeiro.Com o resultado o setor atingiu o maior patamar da série histórica, iniciada em janeiro de 2000, superando o recorde anterior, de outubro de 2020.

Segundo a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada na quinta-feira (11) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o varejo cresceu 8,2% na comparação com fevereiro de 2023, 6,1% no acumulado do ano e 2,3% ao longo de 12 meses.

Na comparação com janeiro deste ano, seis das oito atividades do varejo cresceram: artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (9,9%), outros artigos de uso pessoal e doméstico (4,8%), livros, jornais, revistas e papelaria (3,2%), móveis e eletrodomésticos (1,2%), equipamentos e material para escritório informática e comunicação (0,5%) e tecidos, vestuário e calçados (0,3%).

Segundo o pesquisador do IBGE Cristiano dos Santos, o crescimento do varejo em fevereiro foi puxado principalmente por duas atividades que não tiveram bom desempenho em 2023. Uma delas foi o segmento de artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria.

"O crescimento de quase dois dígitos (9,9%) se dá mais pelos produtos farmacêuticos, porque a parte de cosméticos e produtos de beleza ficou mais estável. Tiveram alguns fenômenos que contribuíram [para o crescimento], regionalmente, como um aumento grande de procura por repelentes, por conta da questão da dengue".

A outra atividade que impulsionou o varejo em fevereiro foi o segmento de outros artigos de uso pessoal e doméstico. "Aí o maior peso vem das lojas de departamentos. A gente teve [no passado] toda aquela questão da crise, com fechamento de lojas físicas de grandes marcas. E isso vem se recuperando, já com um segundo mês de alta.

Vitor Abdala/ABR

Política

Governo promete nova proposta a servidores da educação em 15 dias em meio a greves

O governo federal deve apresentar em até duas semanas uma nova proposta de reajuste para os servidores federais da educação, que pressionam a gestão Lula (PT) por aumento salarial. O anúncio foi feito pela ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, na manhã da quinta-feira (11).

A categoria intensificou a pressão sobre o governo com paralisações no setor. Os técnicos das universidades e institutos federais estão em greve desde 11 de março, e os professores do ensino superior aprovaram um indicativo de greve a partir de segunda-feira (15).

As conversas foram retomadas nesta semana pela primeira vez desde 28 de fevereiro. Dweck relembrou que o governo apresentou no final do ano passado uma proposta de reajuste de 4,5% em 2025 e mais 4,5% em 2026. Em 2023, o governo já havia feito um reajuste linear de 9% a todas as categorias de servidores.

A proposta para os próximos anos foi recusada pelos servidores e, desde 28 de fevereiro, as negociações estavam suspensas. Elas foram retomadas com o governo assinando um termo de compromisso e a expectativa é que seja feita uma nova proposta aos servidores nos próximos 15 dias.

Dweck afirmou que não há proposta de reajuste neste ano pois o aumento de 9% de 2023 ainda causa impacto no Orçamento de 2024. A ministra disse que a proposta totalizaria 19% ao longo do mandato por causa dos juros no período e ficaria acima da inflação prevista.

"Esperamos que não demore tanto, em uma ou duas semanas, para fazer a contra-proposta", afirmou Dweck em entrevista ao programa "Bom dia, ministra", na EBC, na manhã desta quinta. "O tempo não é tão rápido quanto a categoria gostaria, porque existem muitas decisões internas de impacto orçamentário: o que temos de abrir mão para garantir isso e é uma decisão política e fiscal do governo", comentou.

Nesta quinta, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reuniria às 17h com dirigentes da Andifes.

Folhapress

Servidores federais poderão ter reajuste acima de 19% em 4 anos

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) estuda oferecer aos servidores públicos federais um reajuste acima de 19% em quatro anos, segundo a ministra Esther Dweck, da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. A medida evitaria greve geral do funcionalismo.

A proposta deve ser debatida inicialmente com a educação, que já tem paralisações em curso e, em seguida, deve estar na mesa de negociação das demais categorias. Para isso, busca-se espaço no Orçamento.

"A gente está discutindo internamente no governo um espaço orçamentário não só para a educação, mas para os demais servidores, para que a gente possa ter um valor acima desse", disse Esther, em entrevista ao programa "Bom dia, ministra", na EBC, na manhã da quinta-feira (11).

Segundo a ministra, o que havia sido pactuado dentro do governo Lula seria um reajuste de 19,03% em quatro anos para os servidores. Em 2023, foram concedidos 9% de aumento e haveria mais dois aumentos de 4,5% em 2025 e 2026.

Apenas em 2024 não seria concedido reajuste, com elevações de valores apenas nos benefícios, o que foi negado pela categoria.

"O que a gente tinha pactuado inicialmente dentro do governo é que, além dos 9%, a gente garantiria mais 9%, garantindo para todo o mundo, no mínimo, 18%. Na verdade, 19%, porque como você acumula um aumento em cima do outro, o aumento seria 19,03%", disse.

Esther afirmou saber que as perdas não serão repostas com esses percentuais, mas diz que haveria uma recomposição acima da inflação desses quatros anos.

"Ninguém teria perda ao longo do mandato do presidente Lula, mas a gente não teria uma facilidade de recuperar a perda que ocorreu nos governos anteriores, especialmente no governo imediato anterior.

Fernanda Narazaki/Folhapress

Candidato a suceder Lira reúne aliados de Lula e Bolsonaro em festa com tom de campanha

Aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e do presidente Lula (PT) prestigiaram, na noite da quarta-feira (10), a festa de aniversário do presidente nacional do Republicanos e bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus, Marcos Pereira.

Ecumênica, a celebração ganhou ares de lançamento extraoficial da candidatura de Pereira à presidência da Câmara. Ele decidiu festejar o aniversário seis dias após a data.

O presidente do Republicanos completou 52 anos no dia 4 de abril, na semana em que a Câmara não funcionou para que os deputados se valessem da brecha para a troca de partidos aberta na janela partidária.

Cerca de 500 convidados circulavam pelos jardins da mansão cedida por um empresário do setor de logística, em uma festa capaz de reunir na mesma roda os deputados Marcelo Crivella (Republicanos-RJ) e Guilherme Boulos (PSOL-SP), ladeados pelo ministro Luiz Marinho (Trabalho e Emprego).

Pelo menos 12 ministros marcaram presença na festa, dos petistas Fernando Haddad (Fazenda) e Alexandre Padilha (Relações Institucionais) a expoentes do centrão, como Juscelino Filho (Comunicações) e André Fufuca (Esportes), da União Brasil e do PP, respectivamente.

Ministros no governo Bolsonaro, o ministro do TCU (Tribunal de Contas da União) Jorge Oliveira e o presidente nacional do PP, senador Ciro Nogueira (PI), também compareceram à festa.

Regada a black label, vinho e espumante, a comemoração teve a presença do governador do Rio, Cláudio Castro, e do pré-candidato do bolsonarismo à Prefeitura do Rio, Alexandre Ramagem, ambos do PL.

Abatidos em decorrência de investigações de corrupção, os ex-presidentes da Câmara Eduardo Cunha e João Paulo Cunha estavam entre os convidados.

Pereira tenta se viabilizar candidato à presidência da Câmara há pelo menos duas legislaturas.

Catia Seabra/Folhapress

Edição impressa produzida pelo Jornal Data Mercantil com circulação diária em bancas e assinantes.
As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site:
https://datamercantil.com.br/publicidade-legal
A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado

Construtora Centenário S.A. Empreendimentos e Participações

CNPJ/MF nº 43.382.027/0001-07

Relatório da Diretoria

Prezados Senhores: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. Colocamo-nos à inteira disposição dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos julgados necessários.

A Diretoria

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 *(Em Reais)*

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante					
Caixa e Equivalente de Caixa		8.323	4.196	51.596.939	94.574.567
Contas a Receber		–	–	50.156.594	11.616.511
Outros Ativos Circulantes		2.164.556	3.934.252	59.315.224	53.941.825
Total do Circulante		**2.172.879**	**3.938.448**	**161.068.757**	**160.132.903**
Não Circulante					
Depósito para Defesa de Recursos		–	–	2.192.857	2.283.339
Empréstimos às Associadas		–	–	506.471	135.278
Contas a Receber		–	–	324.376.814	325.216.800
Investimentos em Controladas	(7)	652.400.307	609.995.887	–	518.777
Deságio Aquisição Investimento		(882.157)	(882.157)	(882.157)	(882.157)
Investimentos em Imóveis	(8)	724.912	724.912	17.624.912	724.912
Imobilizado Líquido		–	–	6.687.276	7.839.708
Intangível		–	–	398.560.740	398.652.674
Total do Não Circulante		**652.243.062**	**609.838.642**	**749.066.913**	**734.489.331**
Total do Ativo		**654.415.941**	**613.777.090**	**910.135.670**	**894.622.234**

		Controladora		Consolidado	
Passivo	**Nota**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante					
Contas a Pagar		2.158.388	7.504.253	68.096.937	103.846.287
Empréstimos e Financiamentos		–	–	14.590.610	14.251.751
Salários e Encargos		–	–	12.897.404	7.416.245
Provisão para Férias e Encargos		–	–	3.620.272	4.995.642
Impostos, Taxas e Contribuições		202.611	185.485	13.584.521	9.409.018
Total do Circulante		**2.360.999**	**7.689.738**	**112.789.744**	**139.918.943**
Não Circulante					
Empréstimos de Associadas	(6)	4.070.871	3.326.848	506.472	135.278
Empréstimos e Financiamentos		–	–	79.353.268	59.448.996
Impostos a Recolher – Refis		–	–	3.297	58.876
Parcelamentos		354.416	501.294	12.798.713	12.022.324
Contas a Pagar		31.923.512	3.513.572	38.442.283	34.367.799
Aluguéis a Pagar		–	–	1.539.521	789.296
Provisão para Demandas Judiciais		1.822.605	1.612.362	12.387.483	11.446.724
Provisões para perdas investimentos		13.671.638	13.452.527	4.392.099	3.288.546
Provisão IRPJ e CSLL Diferidos		–	–	40.814.568	40.814.568
Total do Não Circulante		**51.843.042**	**22.406.603**	**190.237.704**	**162.372.407**
Patrimônio Líquido					
Capital Realizado	(9)	110.210.107	106.640.101	110.210.107	106.640.101
Reserva de Capital		7.739	7.739	7.739	7.739
Reserva Legal		21.328.020	21.328.020	21.328.020	21.328.020
Reserva de Lucros		638.329.409	638.329.409	638.329.409	638.329.409
Reserva de Lucros a Realizar	(5)	73.724.886	73.724.886	73.724.886	73.724.886
Prejuízos Acumulados		(243.388.261)	(256.349.406)	(243.388.261)	(256.349.406)
Total do Patrimônio Líquido		**600.211.900**	**583.680.749**	**600.211.900**	**583.680.749**
Participação dos não controladores		–	–	6.896.322	8.650.135
Total do Passivo		**654.415.941**	**613.777.090**	**910.135.670**	**894.622.234**

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os anos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 *(Em Reais)*

	Capital Realizado	Reserva de Capital	Reserva Legal	Resultado Exercício e Prejuízos Acumulados	Reserva de Lucros a Realizar	Reserva de Lucros	Total
Saldo em 31/12/2021	**106.640.101**	**7.739**	**21.328.020**	**(169.246.073)**	**117.872.752**	**594.181.543**	**670.784.082**
Transferência para Reservas de Lucros	–	–	–	–	(44.147.866)	44.147.866	–
Resultado do Exercício	–	–	–	(87.103.333)	–	–	(87.103.333)
Saldo em 31/12/2022	**106.640.101**	**7.739**	**21.328.020**	**(256.349.406)**	**73.724.886**	**638.329.409**	**583.680.749**
Aumento de Capital	3.570.006	–	–	–	–	–	3.570.006
Resultado do Exercício	–	–	–	12.961.145	–	–	12.961.145
Saldo em 31/12/2023	**110.210.107**	**7.739**	**21.328.020**	**(243.388.261)**	**73.724.886**	**638.329.409**	**600.211.900**

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações

Demonstração do Resultado para os anos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 *(Em Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Receita Operacional Líquida	–	–	197.551.540	122.198.455
Custo Operacional	–	–	(160.551.446)	(162.042.583)
Lucro Bruto	**–**	**–**	**37.000.094**	**(39.844.128)**
Receitas (Despesas) Operacionais				
Participação Resultados de Controladas Coligadas	**15.104.505**	**(86.226.047)**	**(1.622.329)**	**(1.186.691)**
Despesas Operacionais				
Despesas Administrativas	(290.159)	(254.923)	(4.874.197)	(4.476.713)
Despesas com Pessoal	–	–	(9.639.587)	(8.621.258)
Servs. Terceiros P. Jurídica	(493.566)	(504.657)	(10.988.100)	(49.688.117)
Depreciações	–	–	(142.364)	(2.028.347)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	–	–	18.848.267	(45.016.327)
Impostos e Taxas	(28.488)	(23.236)	(1.474.693)	(6.062.948)
Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas	(1.331.147)	(94.470)	(20.235.997)	51.092.487
	(2.143.360)	**(877.286)**	**(28.506.671)**	**(64.801.223)**
Lucro (Prejuízo) antes Contr. Social /Imposto de Renda	**12.961.145**	**(87.103.333)**	**6.871.094**	**(105.832.042)**
Contribuição Social e Imposto de Renda Diferidos	–	–	–	15.496.875
Lucro (Prejuízo) do Exercício	**12.961.145**	**(87.103.333)**	**6.871.094**	**(90.335.167)**
Lucro (Prejuízo) por ação do exercício	**3.871,31**	**(26.016,53)**	–	–

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações

Demonstração do Fluxo de Caixa para os anos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 *(Em Reais)*

Fluxos de Caixa Originados de:	**Atividades Operacionais**			
	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Lucro (Prejuízo) do Exercício	**12.961.145**	**(87.103.333)**	**6.871.094**	**(90.335.167)**
Ajustes de Reconciliação				
(+) Depreciação e Amortização	–	–	1.636.476	2.028.347
(+) Valor Residual na Baixa de Ativo Imobilizado	–	–	758.270	330.924
(+/-) Resultado de Equivalência Patrimonial	(15.104.505)	86.226.047	1.622.329	1.186.691
(-) Reversão de IRPJ/CSLL Diferidos	–	–	–	(15.496.875)
(-/+) Aumento/Redução nas Contas a Receber	1.769.697	1.421.047	(38.298.375)	192.806.522
(+/-) Aumento/Redução nos Fornecedores /Contas a pagar	23.064.077	(1.398.626)	(30.924.642)	37.044.245
(+/-) Aumento/Redução dos Salários a Pagar	–	–	5.481.159	1.592.704
(+/-) Aumento/Redução de Outros Impostos a Recolher	17.123	1.058	4.951.892	5.870.955
(-) Redução de Impostos a Recolher – REFIS	(146.875)	(113.426)	(55.579)	(59.085)
(+/-) Aumento/Redução nas Provisões	210.243	178.259	(434.611)	(529.196)
(=) Caixa Líquido Aplic. nas Atividades Operacionais	**22.770.905**	**(788.974)**	**(48.391.987)**	**134.440.065**
Fluxo de Caixa Originados de:	**Atividades de Financiamentos**			
(-) Empréstimos Pagos/Efetuados	–	–	(31.756.361)	(126.723.844)
(+) Encargos sobre financiamentos	–	–	15.582.409	24.906.087
(+) Empréstimos e Financiamentos Tomados/Recebidos	744.022	788.179	36.417.084	53.532.286
(=) Caixa Líq. Usado nas Atividades de Financiamento	**744.022**	**788.179**	**20.243.132**	**(48.285.471)**
Fluxo de Caixa Originados de:	**Atividades de Investimentos**			
(-) Aquisição de ativo imobilizado	–	–	(1.150.380)	(677.961)
(-) Aumento de Investimentos	(27.080.806)	–	–	–
(-) Ajustes exercícios anteriores	–	–	(13.678.393)	–
(+) Aumento de Capital	3.570.006	–	–	–
(=) Caixa Líq. Usado nas Atividades de Investimento	**(23.510.800)**	**–**	**(14.828.773)**	**(677.961)**
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	**4.127**	**(795)**	**(42.977.628)**	**85.476.633**
Caixa e Equivalentes de Caixa (Início do Exercício)	4.196	4.991	94.574.567	9.097.934
Caixa e Equivalentes de Caixa (Final do Exercício)	8.323	4.196	51.596.939	94.574.567
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	**4.127**	**(795)**	**(42.977.628)**	**85.476.633**

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações.

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional – A sociedade com sede na Rua Maria Paula, 36, 4º andar, conj. A, Bela Vista, São Paulo, Capital e tem por objeto a construção, incorporação, comércio e administração de imóveis; administração de empresas, de bens próprios ou de terceiros; importação ou exportação de equipamentos para seu uso, pertinentes ao serviço que vier a executar; participação em outras sociedades. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis** – As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e estão sendo apresentadas de acordo com a Lei nº 6404/76, Lei das Sociedade por Ações, observando as alterações trazidas pelas Leis nºs 11638/07 e 11941/09 e pelos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e, no ano calendário de 2014, a sociedade não fez opção pela adoção da Lei nº 12.973/14.. O conselho da administração e a diretoria aprovaram as demonstrações financeiras em 02/04/2024. **3. Principais Práticas Contábeis – a) Investimentos**: As participações em controladas e coligadas foram avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; **b) Investimentos em Imóveis**: Está registrado ao custo monetariamente corrigido até 1995, e os terrenos tiveram seus valores avaliados a valor de mercado, de acordo com laudo fundamentado de empresa especializada. **4. DFC** – O DFC foi preparado pelo método indireto. **5. Reserva de Lucros a Realizar** – Evidencia a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente. **6. Transações com Partes Relacionadas** – Os saldos com empresas associadas são representados por contrato de mútuo, como segue:

Saldos a Pagar	**2023**	**2022**
Cetenco Engenharia S.A.	4.070.871	3.326.848

7. Investimentos

Controladas e Coligadas	Participação em Controladas/Coligadas		Resultado da Participação	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Cetenco Engenharia S.A.	652.400.307	609.780.596	15.538.906	(85.846.187)
Centenor Empreendimentos S.A.	–	5	(9)	(18)
Cetenco Empreendimentos e Participações Ltda	–	–	(85.038)	(377.416)
Porto São Bento Ltda	–	215.286	(348.792)	–
Planoar Participações Ltda.	–	–	(562)	(2.426)
Totais	**652.400.307**	**609.995.887**	**15.104.505**	**(86.226.047)**

Constituída provisão para perdas no investimento na controlada Planoar Participações Ltda. (R$ 159.283, em 2023 e R$ 158.722, em 2022), Minérios Centurião Ltda. (R$ 8.685.270, em 2023 e 2022), Cetenco Empreendimentos e Participações Ltda. (R$ 4.693.575, em 2023 e R$ 4.608.537, em 2022), Porto São Bento Ltda. (R$ 133.506 em 2023) devido ao Patrimônio Líquido Negativo.

8. Investimento em Imóveis

	2023	**2022**
Terrenos	724.912	724.912

9. Capital Social – O Capital Social é totalmente nacional e integralizado.

Conselho de Administração e Diretoria
José Luís da Cruz – Contador CRC 1SP 171.690/O-7

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Construtora Centenário S.A. Empreendimentos e Participações
São Paulo-SP

Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Construtora Centenário S.A. Empreendimentos e Participações, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis", as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Construtora Centenário S.A. Empreendimentos e Participações em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis:** Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes, as demonstrações contábeis das empresas Cetenco Empreendimentos e Participações Ltda., Planoar Participações Ltda., Porto São Bento Ltda. e Minérios Centurião Ltda., correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, sendo que as três últimas não estão em atividade operacional. Como consequência, não nos foi possível formar uma opinião quanto a adequação dos valores representativos de tais investimentos naquela data e do correspondente resultado registrado no exercício de 2023, com base no valor de patrimônio líquido daquelas empresas, como mencionado na nota explicativa nº 7 às demonstrações contábeis. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Diretoria. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Diretoria e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Diretoria e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Diretoria, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas; • avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional; • avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 2 de abril de 2024
Binah SP Auditores Independentes
CRC 2SP 009.597/O-8
Isidério Deusdado Fernandes
CRC CT 1SP 165.075/O-2

Publicidade Legal

GS Inima Industrial S.A. e suas controladas

CNPJ nº 31.406.860/0001-53

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Valores expressos milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	288	4.023	25.315	25.145
Aplicações financeiras	428.806	394.512	457.536	438.605
Fundo restrito	-	-	-	2.093
Contas a receber	21	13	22.041	21.908
Estoques	-	-	5.789	5.667
Impostos a recuperar	6.349	4.025	11.689	9.404
Partes relacionadas	1.628	811	212	14
Dividendos a receber	10.721	10.338	-	-
Outros créditos	19	30	2.352	1.890
Total do ativo circulante	**447.832**	**413.752**	**524.934**	**504.726**
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Fundo restrito	-	-	17.751	16.796
Partes relacionadas	14.008	12.380	14.008	12.380
IRPJ e CSLL diferidos	-	-	2.360	2.551
Depósitos judiciais	-	-	1.187	390
Outros créditos	23	40	174	40
	14.031	12.420	35.480	32.157
Investimentos em controladas	717.322	693.887	-	-
Imobilizado	651	837	429.716	387.007
Intangível	567	810	904.899	929.552
	718.540	695.534	1.334.615	1.316.559
Total do ativo não circulante	**732.571**	**707.954**	**1.370.095**	**1.348.716**
Total do ativo	**1.180.403**	**1.121.706**	**1.895.029**	**1.853.442**

Passivo e patrimônio líquido	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Circulante				
Debêntures privadas	-	-	43.914	35.321
Contas a pagar por aquisição	17.459	-	17.459	-
Arrendamento mercantil	248	241	1.161	1.408
Fornecedores	332	139	13.186	10.905
Obrigações sociais	2.153	1.322	8.737	6.418
Obrigações fiscais	2.899	1.325	13.537	13.286
Partes relacionadas	698	722	1.578	18.771
Dividendos a pagar	15.300	6.375	19.185	10.236
Outras obrigações	-	50	993	453
Total do passivo circulante	**39.089**	**10.174**	**119.750**	**96.798**
Não circulante				
Debêntures privadas	-	-	299.128	333.598
Contas a pagar por aquisição	49.131	55.910	49.131	55.910
Arrendamento mercantil	343	591	8.914	9.972
Irpj e csll diferidos	129.360	136.531	247.661	252.221
Provisão para ações judiciais	-	-	18.115	9.209
Total do passivo não circulante	**178.834**	**193.032**	**622.949**	**660.910**
Total do passivo	**217.923**	**203.206**	**742.699**	**757.708**
Patrimônio líquido				
Capital social	909.360	909.360	909.360	909.360
Reserva de lucros	53.120	9.140	53.120	9.140
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	962.480	918.500	962.480	918.500
Participação dos acionistas não controladores			189.850	177.234
Total do patrimônio líquido	**962.480**	**918.500**	**1.152.330**	**1.095.734**
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.180.403**	**1.121.706**	**1.895.029**	**1.853.442**

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Reserva legal	Reserva de Lucros retidos	Lucros acumulados	PL atribuído aos controladores	Participação de não controladores	Total consolidado
Saldos em 1º/01/2022	909.360	4.098	2.393	-	915.851	196.170	1.112.021
Lucro líquido do exercício	-	-	-	45.990	45.990	6.229	52.219
Dividendos intermediários	-	-	-	(30.203)	(30.203)	(21.242)	(51.445)
Dividendos distribuídos de anos anteriores	-	-	-	(2.393)	(2.393)	(3.923)	(6.316)
Juros sobre o capital próprio (jscp)	-	-	-	(10.745)	(10.745)	-	(10.745)
Complemento de reserva legal	-	2.300	-	(2.300)	-	-	-
Transferência para reserva de lucros retidos	-	-	349	(349)	-	-	-
Saldos em 31/12/2022	**909.360**	**6.398**	**2.742**	**-**	**918.500**	**177.234**	**1.095.734**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	61.981	61.981	14.277	76.258
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	(1.661)	(1.661)
Juros sobre o capital próprio (jscp)	-	-	-	(18.001)	(18.001)	-	(18.001)
Complemento de reserva legal	-	3.099	-	(3.099)	-	-	-
Transferência para reserva de lucros retidos	-	-	40.881	(40.881)	-	-	-
Saldos em 31/12/2023	**909.360**	**9.497**	**43.623**	**-**	**962.480**	**189.850**	**1.152.330**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Receita líquida	**62**	**122**	**249.290**	**242.569**
Custo dos serviços prestados	**-**	**-**	**(85.472)**	**(90.743)**
Lucro bruto	**62**	**122**	**163.818**	**151.826**
Receitas e despesas operacionais				
Gerais e administrativas	(25.095)	(23.226)	(71.881)	(68.004)
Resultado de equivalência patrimonial	45.307	43.171	-	-
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	-	-	393	362
Total do ativo circulante	20.212	19.945	(71.488)	(67.642)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**20.274**	**20.067**	**92.330**	**84.184**
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	51.214	37.316	58.611	62.624
Despesas financeiras	(11.483)	(11.322)	(56.597)	(58.835)
	39.731	25.994	2.014	3.789
Lucro operacional antes dos impostos	**60.005**	**46.061**	**94.344**	**87.973**
IRPJ e CSLL				
Correntes	(5.195)	(1.636)	(22.455)	(25.519)
Diferidos	7.171	1.565	4.369	(10.235)
	1.976	(71)	(18.086)	(35.754)
Lucro líquido do exercício	**61.981**	**45.990**	**76.258**	**52.219**
Atribuído à				
Participação dos acionistas da controladora			61.981	45.990
Participação dos acionistas não controladores			14.277	6.229
			76.258	**52.219**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Lucro líquido do exercício	61.981	45.990	76.258	52.219
Total do resultado abrangente do exercício	**61.981**	**45.990**	**76.258**	**52.219**
Atribuído à				
Participação dos acionistas da controladora			61.981	45.990
Participação dos acionistas não controladores			14.277	6.229
			76.258	**52.219**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	61.981	45.990	76.258	52.219
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício ao caixa oriundo das atividades operacionais				
IRPJ e CSLL diferidos	(7.171)	(1.565)	(4.369)	10.235
Depreciação de imobilizado	209	145	20.717	21.633
Amortização de intangível	243	243	20.899	19.530
Depreciação e amortização da mais-valia	16.899	16.898	4.053	4.053
Juros sobre debêntures	-	-	42.923	44.229
Juros sobre empréstimos com partes relacionadas (mútuos) a receber	(1.628)	(1.490)	(1.628)	(1.490)
Juros sobre empréstimos com partes relacionadas (mútuos) a pagar	-	-	580	2.048
Baixas do ativo imobilizado	-	-	9	3.365
Resultado da equivalência patrimonial	(45.307)	(43.171)	-	-
Provisão para perda de crédito esperada	-	-	466	66
Amortização do ajuste a valor presente de arrendamento mercantil	7	9	711	292
Apropriação dos custos de transação de debêntures	-	-	442	442
Atualização monetária e ajuste a valor presente das contas a pagar por aquisição	10.680	6.388	10.680	6.388
Provisão (reversão) de ações judiciais	-	-	11.439	9.064
	35.913	**23.447**	**183.180**	**172.074**
Variação nos ativos operacionais:				
Contas a receber	(8)	175	(599)	(1.451)
Estoques	-	-	(122)	105
Impostos a recuperar	(2.324)	(983)	(2.285)	(3.277)
Partes relacionadas	(817)	(377)	(198)	(14)
Depósitos judiciais	-	-	(797)	255
Outros créditos	28	(32)	(596)	196
Variação nos passivos operacionais:				
Fornecedores	193	38	2.281	(1.022)
Obrigações sociais	831	406	2.319	(2.085)
Obrigações fiscais	1.574	597	251	5.453
Partes relacionadas	(24)	80	(4.240)	4.836
Outras obrigações	(50)	50	540	(347)
Pagamento de ações judiciais	-	-	(2.533)	(1.134)
Caixa gerado nas atividades operacionais	**35.316**	**23.401**	**177.201**	**173.589**
Juros pagos sobre debentures	-	-	(44.310)	(40.429)
Juros pagos sobre empréstimos com partes relacionadas (mútuos)	-	-	(9.283)	(7.698)
Caixa oriundo das atividades operacionais	**35.316**	**23.401**	**123.608**	**125.462**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aplicações financeiras	(34.294)	(142.102)	(18.931)	(15.232)
Fundo restrito	-	-	1.138	518
Dividendos recebidos de controlada	4.590	21.825	-	-
Aquisição de ativo imobilizado	(23)	(570)	(63.360)	(30.344)
Aquisição de ativo intangível	-	-	(374)	(8.194)
Redução de capital social em investidas	-	138.523	-	-
Caixa aplicado nas atividades de investimento	**(29.727)**	**17.676**	**(81.527)**	**(53.252)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Pagamentos de debêntures (principal)	-	-	(24.932)	(22.926)
Pagamentos de principal e encargos de empréstimos com partes relacionadas (mútuo)	-	-	(4.250)	(4.303)
Arrendamento mercantil	(248)	(236)	(2.016)	(2.320)
Pagamento de dividendos e de JSCP	(9.076)	(36.966)	(10.713)	(58.270)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	**(9.324)**	**(37.202)**	**(41.911)**	**(87.819)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(3.735)**	**3.875**	**170**	**(15.609)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.023	148	25.145	40.754
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	288	4.023	25.315	25.145
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(3.735)**	**3.875**	**170**	**(15.609)**

A DIRETORIA

Paulo Roberto de Oliveira - Diretor Presidente | **Fernando Schlieper** - Diretor Financeiro | **Rodrigo Basso** - Contador - CRC 1SP 266.229/O-8

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e aos Acionistas da **GS Inima Industrial S.A.**, São Paulo – SP. **Opinião**: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da GS Inima Industrial S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31/12/2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 28/03/2024.

EY **Ernst & Young Auditores Independentes** CRC SP-027623/F

Marcos Roberto Sponchiado - Contador CRC SP-175536/O-5

Aviso – Demonstrações Contábeis Resumidas em atendimento ao Parecer de Orientação CVM nº 39, de 20 de dezembro de 2021. Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em sua versão resumida e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de qualquer decisão. As demonstrações financeiras completas auditadas da Companhia podem ser acessadas nos seguintes endereços eletrônicos: http://www.gsinimabrasil.com.br/informacoes-financeiras/ e https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/.

Publicidade Legal

Samar - Soluções Ambientais de Araçatuba S.A.

CNPJ nº 16.832.157/0001-13

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	2023	2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3.552	660
Contas a receber	17.124	13.851
Estoques	2.636	2.231
Impostos a recuperar	29	4
Outros créditos	583	1.193
Total do ativo circulante	**23.924**	**17.939**
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Aplicações financeiras	497	462
Contas a receber	395	515
IRPJ e CSLL diferidos	1.205	1.258
Depósitos judiciais	-	26
	2.097	2.261
Ativo de contrato	4.291	48.969
Intangível	254.197	198.410
Total do ativo não circulante	**260.585**	**249.640**
Total do ativo	**284.509**	**267.579**

Passivo e patrimônio líquido	2023	2022
Circulante		
Empréstimos e financiamentos	4.739	4.716
Arrendamento mercantil	1.580	1.481
Fornecedores	6.131	6.821
Obrigações sociais	4.299	3.256
Obrigações fiscais	1.441	1.319
Concessão de serviços públicos	6.760	5.971
Dividendos a pagar	6.329	6.645
Partes relacionadas	6.615	3.967
Outras obrigações	602	1.283
Total do passivo circulante	**38.496**	**35.459**
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	74.284	76.507
Arrendamento mercantil	4.410	4.312
Partes relacionadas	11.561	5.501
Concessão de serviços públicos	66.596	63.636
Provisão para ações judiciais	796	840
Total do passivo não circulante	157.647	150.796
Total do passivo	196.143	186.255
Patrimônio líquido		
Capital social	48.446	48.446
Reserva de lucros	39.920	32.878
Total do patrimônio líquido	**88.366**	**81.324**
Total do passivo e patrimônio líquido	**284.509**	**267.579**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	2023	2022
Receita líquida	**133.232**	**141.574**
Custo dos serviços prestados	**(83.654)**	**(97.589)**
Lucro bruto	**49.578**	**43.985**
Receitas e despesas operacionais		
Gerais e administrativas	(15.088)	(17.075)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	139	118
	(14.949)	(16.957)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**34.629**	**27.028**
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	2.651	4.349
Despesas financeiras	(23.622)	(23.417)
	(20.971)	(19.068)
Lucro operacional antes dos impostos	**13.658**	**7.960**
IRPJ e CSLL		
Correntes	(4.519)	(911)
Diferidos	(53)	(1.767)
	(4.572)	(2.678)
Lucro líquido do exercício	**9.086**	**5.282**
Lucro por ação - básico e diluído - R$	**0,19**	**0,11**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	9.086	5.282
Total do resultado abrangente do exercício	**9.086**	**5.282**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	9.086	5.282
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício ao caixa oriundo das atividades operacionais		
IRPJ e CSLL diferidos	53	1.767
Amortização do intangível	13.397	13.178
Juros sobre empréstimos e financiamentos	7.899	9.192
Juros sobre empréstimos com partes relacion. (mútuos)	885	11
Baixas do ativo intangível	175	4
Baixas do ativo de contrato	38	-
Atualização monetária de arrendamento mercantil	250	968
Ajuste a valor presente do arredamento mercantil	1.440	-
Atualização monetária da concessão dos serv. públicos	10.911	10.590
Ajuste a valor presente da concessão dos serv. públicos	(528)	(1.763)
Provisão estimada de créditos de liquidação duvidosa	(266)	391
Provisão para ações judiciais	405	418
Variação nos ativos operacionais:		
Contas a receber	(2.887)	(1.216)
Estoques	(405)	(4)
Impostos a recuperar	(25)	1.144
Partes relacionadas	-	50
Depósitos judiciais	26	(26)
Outros créditos	610	(25)
Variação nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(690)	2.973
Obrigações sociais	1.043	334
Obrigações fiscais	122	100
Partes relacionadas	3.534	6.221
Outras obrigações	(681)	554
Pagamento da concessão dos serviços públicos	(6.634)	(6.077)
Pagamento de ações judiciais	(449)	(724)
Caixa gerado nas atividades operacionais	37.309	43.342
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(8.003)	(1.444)
Caixa oriundo das atividades operacionais	29.306	41.898
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicação financeira	(35)	(51)
Aquisição de ativo intangível	(10.457)	(16.836)
Aquisição de ativo de contrato	(14.262)	(29.300)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(24.754)	(46.187)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	-	4.232
Captações de empréstimos e financiamentos	2.287	5.622
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	(4.383)	(10.691)
Captação de mútuos	4.289	1.823
Novos contratos de arrendamento mercantil	-	-
Pagamento de arrendamento mercantil	(1.493)	(1.683)
Pagamento de dividendos	(2.360)	-
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	(1.660)	(697)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**2.892**	**(4.986)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	660	5.646
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3.552	660
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**2.892**	**(4.986)**

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva de contingências	Reserva de lucros retidos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1°/01/2022	**48.446**	**(4.232)**	**2.072**	**2.072**	**24.640**	-	**72.998**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	5.282	5.282
Integralização de capital social	-	4.232	-	-	-	-	4.232
Complemento de reserva legal	-	-	264	-	-	(264)	-
Complemento de reserva de contingências	-	-	-	264	-	(264)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(1.188)	(1.188)
Transferência para reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	3.566	(3.566)	-
Saldos em 31/12/2022	**48.446**	-	**2.336**	**2.336**	**28.206**	-	**81.324**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	9.086	9.086
Complemento de reserva legal	-	-	454	-	-	(454)	-
Complemento de reserva de contingências	-	-	-	454	-	(454)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(2.044)	(2.044)
Transferência para reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	6.134	(6.134)	-
Saldos em 31/12/2023	**48.446**	-	**2.790**	**2.790**	**34.340**	-	**88.366**

Paulo Roberto de Oliveira – Diretor Presidente
Eduardo Henrique Telles Caldeira – Diretor Técnico
Rodrigo Basso – Contador - CRC 1SP 266.229/O-8

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da **Samar - Soluções Ambientais de Araçatuba S.A.**, Araçatuba – SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Samar - Soluções Ambientais de Araçatuba S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31/12/2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 28/03/2024.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes – CRC SP-027623/F
Marcos Roberto Sponchiado – **Contador** – CRC SP-175536/O-5

Aviso – Demonstrações Contábeis Resumidas em atendimento ao Parecer de Orientação CVM nº 39, de 20 de dezembro de 2021.
Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em sua versão resumida e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de qualquer decisão.
As demonstrações financeiras completas auditadas da Companhia podem ser acessadas nos seguintes endereços eletrônicos:
http://www.samar.eco.br/informacoes-financeiras/ e https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/.

Renovar Ambiental Participações S.A.

CNPJ/MF nº 00.280.334/0001-66 – NIRE 35.300.385.098

Edital de Convocação

Ficam convocados os senhores acionistas da **Renovar Ambiental Participações S.A.** a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, nos termos do art. 123 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) e da Cláusula 6ª de seu Estatuto Social, a se realizar no dia 22 de abril de 2024, às 10 horas, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Eng. Antônio Jovino, nº 220, conj. 41, sala B, Vila Andrade, CEP.: 05727-900, a fim de deliberar sobre **(i)** a eleição dos membros da Diretoria da Companhia. São Paulo, 09 de abril de 2024. **Jaime Bargallo Arnabat** – Diretor Presidente. (10, 11 e 12/04/2024)

Cas Tecnologia S.A.

CNPJ n° 00.958.378/0001-00

Edital de Convocação

Ficam convocados os srs. acionistas para uma assembleia geral ordinária a realizar-se no dia 23/04/2024, às 10:00h, na sede social em São Paulo, SP, à Rua Dias Leme, 130, para tratar da seguinte ordem do dia: a) Aprovação das Demonstrações Contábeis do exercício de 2023 e destinação de seus resultados; b) Distribuição de dividendos; c) Eleição dos membros do Conselho de Administração. São Paulo, 11 de abril de 2024 (aa) **Welson Regis Jacometti**, Diretor Presidente. **(11, 12 e 13/04/2024)**

Coroa (Suécia) - 0,4719
Dólar (EUA) - 5,0765
Franco (Suíça) - 5,5749
Iene (Japão) - 0,03314
Libra (Inglaterra) - 6,3649
Peso (Argentina) - 0,005865
Peso (Chile) - 0,005299
Peso (México) - 0,3086
Peso (Uruguai) - 0,1319
Yuan (China) - 0,7014
Rublo (Rússia) - 0,05466
Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,444

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC - R$ 5,0759 / R$ 5,0765 **
Câmbio livre mercado - R$ 5,0879 / R$ 5,0899 *
Turismo - R$ 5,1177 / R$ 5,2977
(*) cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central
Variação do câmbio livre mercado
no dia: +0,23

BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: -0,51%
Pontos: 127.396
Volume financeiro: R$ 19,613 bilhões
Maiores altas: 3R Petroleum ON (2,57%), Alpargatas PN (2,07%), Lojas Renner ON (1,95%)
Maiores baixas: Eletrobras ON (-4,62%), Raizen PN (-4,57%), Eletrobras PN (-4.40%)
S&P 500 (Nova York): 0,74%
Dow Jones (Nova York): -0,01%
Nasdaq (Nova York): 1,68%
CAC 40 (Paris): -0,27%
Dax 30 (Frankfurt): -0,79%
Financial 100 (Londres): -0,47%
Nikkei 225 (Tóquio): -0,35%
Hang Seng (Hong Kong): -0,26%
Shanghai Composite (Xangai): 0,23%
CSI 300 (Xangai e Shenzhen): -0,01%
Merval (Buenos Aires): 2,05%
IPC (México): 0,34%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO
IPCA/IBGE
Julho 2023: 0,12%
Agosto 2023: 0,23%
Setembro 2023: 0,26%
Outubro 2023: 0,24%
Novembro 2023: 0,28%
Dezembro 2023: 0,56%
Janeiro 2024: 0,42%
Fevereiro 2024: 0,83%

Publicidade Legal

Víncula Indústria, Comércio, Importação e Exportação de Implantes S.A.

CNPJ/MF nº 01.025.974/0001-92

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão.
As Demonstrações Financeiras completas, estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Balanço Patrimonial para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022 *(Em milhares de reais – R$)*

Ativo	Controladora 2023	Controladora 2022 (Reapresentado)	Controladora 01/01/2022 (Reapresentado)	Consolidado 2023	Consolidado 2022 (Reapresentado)	Consolidado 01/01/2022 (Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	1.023	900	3.798	1.031	901	3.913
Contas a receber de clientes	33.938	30.601	24.409	33.938	30.601	24.409
Estoques	50.517	54.987	50.367	50.518	54.988	50.368
Impostos e contribuições a recuperar	4.311	12.219	8.188	4.306	12.472	8.510
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	470	–	–	470
Demais contas a receber	1.562	2.899	1.610	1.567	2.903	1.616
Total do ativo circulante	**91.351**	**101.606**	**88.842**	**91.360**	**101.865**	**89.286**
Contas a receber de clientes	330	859	8.346	330	859	–
Depósitos judiciais	34	256	227	34	256	227
Impostos e contribuições a recuperar	3.944	677	3.799	3.944	677	3.799
Ativo fiscal diferido	58.298	50.798	44.907	58.298	50.798	44.907
Total do realizável a longo prazo	62.606	52.591	57.278	62.606	52.591	48.933
Investimentos	508	740	–	–	–	–
Imobilizado	42.930	42.757	39.729	43.441	43.270	40.475
Intangível	21.339	21.759	21.712	21.339	21.759	21.712
Total do ativo não circulante	**64.777**	**65.256**	**61.441**	**64.780**	**65.029**	**62.187**
Total do ativo	**218.734**	**219.453**	**207.561**	**218.746**	**219.485**	**200.406**

Passivo e patrimônio líquido	Controladora 2023	Controladora 2022 (Reapresentado)	Controladora 01/01/2022 (Reapresentado)	Consolidado 2023	Consolidado 2022 (Reapresentado)	Consolidado 01/01/2022 (Reapresentado)
Fornecedores	20.112	10.251	6.954	20.124	10.283	6.968
Passivo de arrendamento	3.034	2.377	1.998	3.034	2.377	1.998
Empréstimos e financiamentos	**63.898**	45.143	29.825	63.898	45.143	29.825
Instrumentos financeiros derivativos	709	1.429	–	709	1.429	–
Salários, provisão para férias e encargos	8.273	8.646	4.671	8.273	8.646	4.671
Impostos e contribuições a recolher	786	544	427	786	545	429
Impostos e contribuições parcelados	2.167	1.649	1.434	2.167	1.649	1.434
Adiantamentos de clientes	611	79	303	611	79	303
Cessão de direitos	3.297	1.486	–	3.297	1.486	–
Demais contas a pagar	1.606	602	122	1.606	602	122
Total do passivo circulante	**104.493**	**72.206**	**45.734**	**104.505**	**72.239**	**45.750**
Passivo de arrendamento	6.815	8.464	5.013	6.815	8.464	5.013
Empréstimos e Financiamentos	**23.475**	37.877	46.116	23.475	37.877	46.116
Provisão para perdas em investimentos em controlada	–	–	7.173	–	–	–
Impostos e contribuições parcelados	2.585	1.915	3.245	2.585	1.915	3.245
Provisão de Incentivo ILP	4.341	7.662	6.661	4.341	7.662	6.661
Provisão para riscos	2.741	1.763	1.853	2.741	1.763	1.853
Total do passivo não circulante	**39.957**	**57.682**	**70.061**	**39.957**	**57.682**	**62.888**
Capital Social	203.105	203.105	192.505	203.105	203.105	192.505
Reserva legal	21.890	21.890	21.890	21.890	21.890	21.890
Prejuízos acumulados	(151.292)	(135.888)	(122.471)	(151.292)	(135.888)	(122.470)
Ajustes de avaliação patrimonial	581	457	(157)	581	457	(157)
Total do patrimônio líquido	**74.284**	**89.564**	**91.767**	**74.284**	**89.564**	**91.768**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**218.734**	**219.453**	**207.561**	**218.746**	**219.485**	**200.406**

Demonstrações do Resultado para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Em milhares de reais – R$)*

	Controladora 2023	Controladora 2022 (reapresentado)	Consolidado 2023	Consolidado 2022 (reapresentado)
Receita líquida de vendas e serviços	105.074	89.382	105.074	89.382
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(53.390)	(47.427)	(53.390)	(47.427)
Lucro bruto	51.684	41.956	51.684	41.956
Gerais e administrativas	(20.216)	(22.062)	(20.695)	(22.243)
Despesas de vendas e distribuição	(19.975)	(18.979)	(19.975)	(18.979)
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	(1.622)	(1.517)	(1.622)	(1.517)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(4.940)	4.150	(4.939)	4.149
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	4.931	3.548	4.453	3.367
Receitas financeiras	828	4.137	828	6.909
Despesas financeiras	(28.181)	(28.330)	(28.185)	(29.583)
Despesas financeiras líquidas	(27.353)	(24.193)	(27.357)	(22.674)
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial	(482)	1.337	–	–
Resultado antes dos impostos	(22.904)	(19.308)	(22.904)	(19.308)
Imposto de renda e contribuição social				
Correntes	–	–	–	–
Diferidos	7.500	5.891	7.500	5.891
Prejuízo líquido do exercício	(15.404)	(13.417)	(15.404)	(13.417)

Demonstrações do Resultado Abrangente para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Em milhares de reais – R$)*

	Controladora 2023	Controladora 2022 (Reapresentado)	Consolidado 2023	Consolidado 2022 (Reapresentado)
Prejuízo líquido do exercício	(15.404)	(13.417)	(15.404)	(13.417)
Outros Resultados Abrangentes (ORA)				
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado				
Variação cambial em investimento em controlada no exterior	125	614	125	614
Resultado abrangente total do exercício	(15.279)	(12.803)	(15.279)	(12.803)

Luis Fernando Lenski – Diretor Presidente
Paulo Colucci Ducati – Diretor Financeiro
Gabriel Flöter de Oliveira Valim – Contador – CRC SP-325.286/O-8

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais – R$)*

	Atribuível aos acionistas controladores				
	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados (Reapresentado)	Ajustes de avaliação patrimonial	Total (Reapresentado)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**192.505**	**21.890**	**(118.075)**	**(157)**	**96.163**
Ajustes ao saldo inicial – NE 9	–	–	(4.396)	–	(4.396)
Saldos em 01 de janeiro de 2022 (reapresentado)	**192.505**	**21.890**	**(122.471)**	**(157)**	**91.767**
Emissão de ações ordinárias	10.600	–	–	–	10.600
Prejuízo líquido do exercício	–	–	(13.417)	–	(13.417)
Outros resultados abrangentes do exercício	–	–	–	614	614
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (reapresentado)	**203.105**	**21.890**	**(135.888)**	**457**	**89.564**
Prejuízo líquido do exercício	–	–	(15.404)	–	(15.404)
Outros resultados abrangentes do exercício	–	–	–	125	125
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**203.105**	**21.890**	**(151.292)**	**581**	**74.285**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Em milhares de reais – R$)*

	Nota explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022 (Reapresentado)	Consolidado 2023	Consolidado 2022 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo líquido do exercício		(15.404)	(13.417)	(15.404)	(13.417)
Ajustes para:					
Depreciação e amortização	29	8.442	7.772	8.557	7.845
Baixa de Ativos Fixos		967	616	967	775
Provisão para perdas nos estoques	12	2.862	355	2.862	355
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	11	(19)	2.658	(19)	2.658
Resultado da equivalência patrimonial	15	482	(1.337)	–	–
Encargos financeiros sobre passivo de arrendamento	19	1.208	1.130	1.208	1.130
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos	20	15.470	13.028	15.470	13.028
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	(7.500)	(5.550)	(7.500)	(5.550)
Ganho/perda operação de Hedge	30	(720)	1.899	(720)	1.899
Variação cambial não realizada, sobre empréstimos tomados	20	(932)	(1.009)	(450)	(1.009)
Provisão de Incentivo ILP	24	(3.321)	1.002	(3.321)	1.002
Provisão para riscos	25	978	(90)	978	(90)
Variações em:					
Contas a receber		(2.788)	(7.326)	(2.788)	(9.710)
Estoques		(2.416)	(8.498)	(2.416)	(8.498)
Impostos a recuperar		4.641	(909)	4.899	(840)
Outras contas a receber		1.336	(1.289)	1.335	(1.287)
Fornecedores		10.148	3.310	10.128	3.740
Salários, provisão para férias e encargos		(373)	3.975	(373)	3.975
Impostos e contribuições a recolher		241	117	241	114
Impostos e contribuições parcelados		1.188	(1.115)	1.188	(1.115)
Adiantamentos de clientes		532	(224)	532	(224)
Outros		3.065	(236)	2.832	378
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		18.087	(5.136)	18.206	(4.839)
Empréstimos e financiamentos – juros pagos	20	(14.953)	(12.990)	(14.953)	(12.990)
Cessão de Direitos – juros pagos		(799)	(473)	(799)	(473)
Passivo de arrendamento – juros pagos	19	(1.208)	(1.130)	(1.208)	(1.130)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		1.127	(20.071)	1.246	(19.774)
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado e intangível	16 e 17	(4.659)	(1.149)	(4.772)	(1.561)
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento		(4.659)	(1.149)	(4.772)	(1.561)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas	25	–	10.600	–	10.600
Recursos provenientes de novos empréstimos	20	64.185	64.830	–	64.830
Recursos provenientes de cessão de direitos creditórios	26	8.452	7.015	64.185	7.015
Pagamento de empréstimos e financiamentos – principal	20	(59.900)	(56.084)	8.452	(56.084)
Pagamento de cessão de direitos creditórios	26	(6.445)	(4.848)	(59.900)	(4.848)
Pagamento de passivo de arrendamento	19	(2.637)	(2.494)	(6.445)	(2.494)
Variação cambial realizada	20	–	(696)	(2.637)	(696)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		3.655	18.322	3.655	18.322
Aumento/(redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		123	(2.898)	130	(3.012)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		900	3.798	901	3.913
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		1.023	900	1.031	901
Auento/(redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		123	(2.898)	130	(3.012)

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Víncula Indústria, Comércio, Importação e Exportação de Implantes S.A.

Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Víncula Indústria, Comércio, Importação e Exportação de Implantes S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, exceto pelo possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Víncula Indústria, Comércio, Importação e Exportação de Implantes S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** *Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos:* Conforme divulgado na nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui registrado no ativo não circulante (controladora e consolidado), em 31 de dezembro de 2023, o montante de R$58.298 mil (R$50.798 mil em 31 de dezembro de 2022), referente a imposto de renda e contribuição social diferidos relacionados a prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, mantidos com base no plano de negócios e estimativas de geração de base tributária futura realizados pela Companhia. Não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente para concluir sobre a realização desses ativos e se seria necessário algum ajuste nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (controladora e consolidado), assim como nas respectivas divulgações nas notas explicativas. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Ênfase:** *Reapresentação dos valores correspondentes:* Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que apresenta alterações relacionadas ao reconhecimento de transações de incentivos a longo prazo concedidos pela Companhia a determinados profissionais e o respectivo impacto no imposto de renda e contribuição diferidos. Os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto pelo pronunciamento técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 15 de março de 2024

Deloitte Touche Tohmatsu
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011.609/O-8.

Fabiano Ricardo Tessitore
Contador
CRC nº 1 SP 216.451/O-1

Deloitte.

Adecoagro Brasil Participações S.A.

CNPJ nº 07.835.579/0001-51

Aviso: São apresentadas as demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o referido relatório do auditor independente da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. sobre as demonstrações financeiras foi emitido em 10 de abril de 2024 e está disponível no seguinte endereço eletrônico: **https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Os resultados da Adecoagro no Brasil em 2023 atingiram números expressivos reforçando a trajetória do Grupo Adecoagro alicerçada no trabalho focado na eficiência, na flexibilidade, nas pessoas e na estratégia comercial. Ao longo do ano 2023, a Adecoagro processou 12,5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, estabelecendo assim o recorde histórico de moagem. Esta quantidade de matéria-prima gerou a produção de 806 mil toneladas de açúcar e de 523 mil m3 de etanol, além de ter proporcionado a exportação de 694 mil Mwh de energia elétrica.

Seguimos com a ampliação de nossa área de cultivo e os indicadores de produtividade voltaram ao patamar histórico esperado. Operamos com um modelo de safra contínua maximizando a eficiência do uso das instalações e maquinários. Nosso formato de negócio, pautado pela alta flexibilidade, possibilitou a expansão do foco na fabricação de açúcar, item com maior contribuição marginal (mais de 40% em relação ao etanol) na safra. E a comercialização de nossos produtos nos momentos mais vantajosos representou também outro importante diferencial para alcançarmos os resultados projetados.

Em todas as nossas operações, realizamos uma série de programas e práticas de prevenção, conscientização, desenvolvimento e gestão de saúde e segurança, incluindo ações contínuas de treinamento relacionados a estas áreas. Trabalhamos para garantir saúde, segurança e bem-estar físico, mental e social a todas as pessoas que fazem parte do Grupo Adecoagro. Nosso programa "Operar Seguro" objetiva a melhoria de processos, métodos, ferramentas e indicadores, e inclui medidas e ações preventivas nas operações agrícolas, industriais e administrativas.

Como sempre evidenciamos, os resultados do Grupo Adecoagro são obtidos com e através das pessoas e o fator humano é o motor de nosso crescimento contínuo. Estamos satisfeitos e honrados com mais um reconhecimento da Great Place To Work (GPTW). Após conquistarmos o 4º lugar no ranking das melhores empresas para se trabalhar no Centro-Oeste na categoria Grandes Empresas, também participamos dos rankings Melhores Empresas do Agronegócio Nacional e das 150 Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil. Isto confirma que estamos no caminho certo para criar um ambiente de trabalho atrativo, diverso, que valoriza e desenvolve nossa gente, promovendo uma cultura de excelência e inovação.

Temos também evoluído bastante no caminho da sustentabilidade. Desde o início de nossas atividades, há pouco mais de duas décadas, procuramos aperfeiçoar modelos de produção sustentáveis. Através do Comitê de ESG, buscamos comunicar cada vez melhor os esforços para geração de valor do ponto de vista econômico, ambiental e social, sempre sob um sólido modelo de governança.

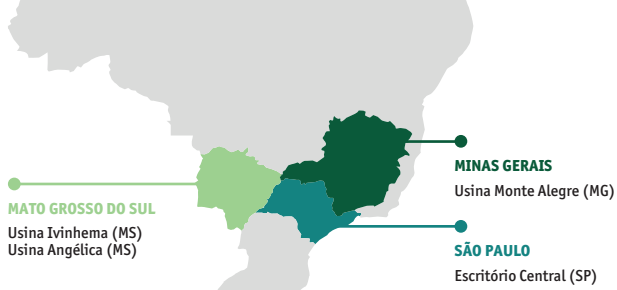
Em 2023, conseguimos materializar várias dessas ações que já estão trazendo resultados para a empresa. As agências especializadas, como a Sustainalytics, já nos posicionam entre os líderes da indústria. Enquanto isso, continuamos avançando com o projeto de geração de biogás e biometano a partir da vinhaça concentrada. Já podemos destacar a redução do consumo de combustível fóssil da frota de veículos leves - 125 veículos leves passaram a rodar abastecidos com biometano. Este é um grande passo no caminho para nos tornarmos cada dia mais sustentáveis e eficientes.

Para finalizar, quero valorizar, mais uma vez, as pessoas que formam a Adecoagro e que representam o espírito e a imagem do Grupo Adecoagro. A entrega, a disciplina e o engajamento de todas as colaboradoras e todos os colaboradores, aos quais externo minha gratidão, nos proporcionam continuar crescendo de maneira robusta, sólida, segura, consistente e alinhada às metas da transição energética.

Renato Junqueira Santos Pereira
Vice-Presidente Açúcar, Etanol e Energia

1. NOSSOS NEGÓCIOS

UNIDADES

Possuímos três unidades produtivas no Brasil, conforme indicado no mapa. Nosso escritório central é em São Paulo (SP).

Nossas operações estão localizadas em Mato Grosso do Sul e em Minas Gerais, Brasil. Cultivamos a cana-de-açúcar, o mais eficiente para produzir açúcar, etanol e energia. O clima e a qualidade do solo nos permitem obter um alto rendimento com baixo custo de produção.

Operamos com um modelo de safra contínua e colhemos o ano todo nas unidades Angélica e Ivinhema, o que maximiza a eficiência do uso das instalações e maquinário.

Ao longo do ano 2023, o Grupo Adecoagro processou 12,5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, nosso recorde histórico de moagem. Com isso, nossa produção atingiu 806 mil toneladas de açúcar, 523 mil m³ de etanol e exportamos 694 mil Mwh de energia elétrica.

2. NOSSO DESEMPENHO OPERACIONAL

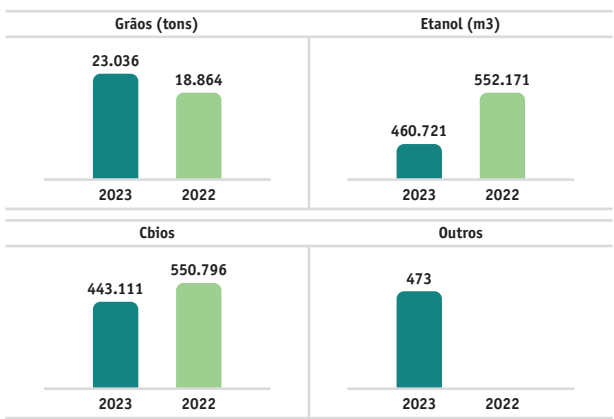
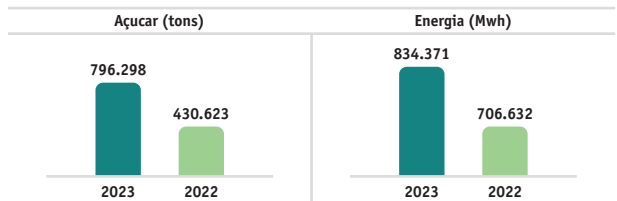
	Métrica	2023	2022	Var.%
Moagem				
Cana-de-açúcar moída	tons	12.497.000	10.485.000	19,2%
Produção				
Açúcar	tons	805.608	481.918	67,2%
Etanol	M³	522.508	540.231	(3,3%)
Hidratado	M³	*259.581*	*184.644*	*40,6%*
Anidro	M³	*262.927*	*355.587*	*(26,1%)*
Energia exportada	MWh	694.259	608.964	14,0%
CBIOs	Un.	402.183	500.333	(19,6%)
Area				
Plantação de cana-de-açúcar	hectares	198.747	192.987	3,0%
Área de expansão e renovação	hectares	33.843	31.405	7,8%

Em 2023 tivemos um aumento de 19,2% no volume de moagem em relação ao ano anterior, atingindo 12,5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, um recorde histórico para nossas usinas. Tal resultado foi impulsionado por (i) maior disponibilidade de cana-de-açúcar, (ii) sólidos indicadores de produtividade devido à implementação de técnicas agrícolas inovadoras, como mudas pré-brotadas (MPB); e (iii) melhores condições climáticas. Assim, o ATR equivalente produzido foi 20,6% superior a 2022, dos quais destinamos 52% para a produção de açúcar, comercializado em média 40% acima do etanol hidratado no Mato Grosso do Sul. Durante 2023, aproveitamos nossa flexibilidade produtiva e alta eficiência industrial, o que nos permitiu produzir um volume recorde de açúcar de 806 mil toneladas.

3. NOSSO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

	2023 (em R$)	2022 (em R$)	Var. %
Receita Líquida	3.476.365	3.092.754	12,4%
EBITDA	2.274.670	2.167.443	4,9%
Margem EBITDA	65,4%	70,1%	(6,6%)
EBIT	1.077.527	1.056.956	*1,9%*
Margem EBIT	31,0%	34,2%	(9,3%)
Índice de liquidez corrente	1,97	2,30	(14,3%)
Dívida líquida (R$/mm)	2.344.344	2.291.231	2,3%
Alavancagem (Divida líquida/EBITDA)	1,03	1,06	(2,5%)

	2023 (em R$)	2022 (em R$)	Var. %
Açúcar	2.063.078	949.448	117,3%
Etanol	1.164.217	1.891.297	(38,4%)
Energia	155.713	150.592	3,4%
Cbios	42.261	49.074	*(13,9%)*
Grãos	48.141	51.781	(7,0%)
Outros	2.955	562	425,8%
Total receita líquida	**3.476.365**	**3.092.754**	**12,4%**
Total receita bruta	**3.708.547**	**3.361.527**	**10,3%**

Quantidades vendidas

Receita líquida

Em 31 de dezembro de 2023, a receita líquida foi de R$ 3.476 milhões, registrando um avanço de 12,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. O aumento na receita líquida se deve principalmente ao incremento na quantidade comercializada de açúcar frente a 2022 (+366 mil toneladas) reduzida pelo menor volume de etanol comercializado em relação ao ano anterior, o que foi impulsionado por (i) nossa estratégia de mix de açúcar; e (ii) nossa estratégia comercial de construir estoque de etanol até verificar a recuperação dos preços previstos para o período de entressafra.
Dentro do nosso volume de anidro comercializado, conseguimos exportar 54,4 mil m³ o que representa uma vantagem competitiva, pois contamos com as certificações necessárias e a capacidade industrial para atender às especificações do produto para ser comercializado no mercado europeu e capturar melhores preços de venda, aproximadamente 100 US$/m3.

EBITDA

O EBITDA apresentou um avanço de 5,0% comparado com o período de 2022, impulsionados principalmente pelo aumento na receita líquida de açúcar e pelo ganho na marcação a mercado dos derivativos de açúcar para cobertura dos estoques. Adicionalmente, as despesas com vendas apresentaram um incremento comparado com 2022, decorrente ao aditamento de fretes em função do crescimento do volume de açúcar comercializado.

Estoques

Nos estoques de passagem registramos incremento de 4,5% para o açúcar, sendo para o etanol um incremento de 38,6% respeito do mesmo período do ano anterior, impulsionado pela nossa estratégia comercial para capturar melhores preços.

Volume de Estoques	Métrica	2023	2023	Var.%
Açúcar	tons	78.526	75.151	4,5%
Etanol	M³	186.699	134.690	38,6%
Cbios	Un	37.232	78.160	(52,4%)
Outros	-	290	21	1.281%

Investimentos (Capex)

	2023 (em R$)	2022 (em R$)	Var. %
Plantio de cana-de-açúcar	719.544	581.325	23,8%
Agrícola, industrial e outros	531.284	467.975	13,5%
Total	**1.250.828**	**1.049.300**	**19,2%**

Os investimentos totalizaram R$ 1.251 milhões durante 2023, 19,2% maiores em relação ao ano passado. A evolução de 23,8% versus o ano anterior corresponde ao incremento decorrente da área plantada combinado ao aumento no custo de plantio como consequência da inflação nos preços dos insumos.
O impulso de 13,5% nos investimentos agrícola e industrial estão relacionados a pequenos projetos incluindo a expansão para ampliar a produção de biogás, que será convertido em biometano e utilizado para substituir parte do nosso consumo de diesel.

4. REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

De acordo com a Lei das S.A. e Estatuto Social da Companhia, os lucros apurados terão a destinação que os acionistas determinarem, após as destinações legais obrigatórias. Em 31 de dezembro de 2023 foram distribuídos R$ 284.591. A proposta da administração é que o restante dos lucros do exercício, após constituição das reservas obrigatórias, seja constituído como reserva de lucros a distribuir.

5. ESG - SUSTENTABILIDADE

Planeta

Eficiência energética
Etanol hidratado e anidro são vendidos para grandes distribuidoras no Brasil, reduzindo a dependência energética de combustíveis fósseis.
Produzimos energia elétrica a partir de um dos subprodutos do processamento da cana-de-açúcar: o bagaço. Nossas usinas Angélica e Ivinhema (MS) são equipadas com caldeiras de vapor de alta pressão e turbogeradores com capacidade de aproveitamento de todo o bagaço da cana para geração de energia elétrica. Utilizamos parte disso em nossas operações e o excedente é distribuído ao Sistema Nacional de Distribuição de Eletricidade.
Na Usina Ivinhema, no Mato Grosso do Sul, produzimos biogás a partir da vinhaça concentrada, um subproduto da produção de etanol. Purificamos o biogás para produção de biometano e utilizamos como combustível em nossa frota interna.

Economia circular
Após processar a cana-de-açúcar para obtenção de açúcar e etanol, utilizamos o resíduo fibroso - o bagaço - para produzir biomassa. A partir deste subproduto, geramos vapor e eletricidade. A maior parte da energia gerada neste processo é consumida nas nossas instalações e a restante vendida ao Sistema Nacional de Distribuição de Eletricidade. A energia elétrica que fornecemos à rede estadual é suficiente para atender a demanda de 1.070.000 pessoas no Mato Grosso do Sul.
Outros subprodutos do nosso processo industrial são utilizados na elaboração de biofertilizantes, devolvidos às nossas lavouras. As cinzas das caldeiras juntamente com a torta de filtro passam por um processo de compostagem e são utilizadas como adubo orgânico nas áreas de cultivo de cana-de-açúcar.
Em nossas usinas Angélica (MS) e Ivinhema (MS), a vinhaça gerada no processamento da cana-de-açúcar é convertida em adubo líquido orgânico a partir do método de concentração industrial, registrado e reconhecido pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). Parte deste processo, é aplicado como biofertilizantes nas lavouras de cana, enquanto outra parte é utilizada na fabricação de biogás e biometano.

Mudanças climáticas
Nossa estratégia climática inclui principalmente a redução das emissões de gases de efeito estufa, a circularidade por meio do uso de subprodutos em nossas operações agrícolas e industriais e o uso de fontes renováveis de energia.

Créditos de carbono
Nossas usinas estão entre as melhores do Programa Brasileiro RenovaBio, que reconhece a Nota de Eficiência Energética Ambiental (NEEA) do etanol. Como resultado deste Programa, comercializamos Créditos de Carbono no mercado. Fomos a primeira produtora de biocombustíveis a comercializar créditos de carbono (CBios) no Brasil, em junho de 2020.

GAS-REC
Nossa usina de biogás, em Ivinhema (MS), foi a primeira do Brasil receber autorização para emissão de Certificados de Gás Natural Renovável (GAS-REC) para indústrias que desejam descarbonizar sua produção.

Valor da Biodiversidade
A preservação da biodiversidade é um dos pilares do nosso modelo de produção sustentável. Procuramos garantir que a biodiversidade e os ambientes representativos de cada uma de nossas instalações coexistam com a produção. Cada instalação possui objetivos específicos de acordo com os ecossistemas e espécies presentes.
A partir de monitoramentos frequentes é possível confirmar a presença de diversas espécies de fauna e flora em áreas específicas

PESSOAS

Segurança do Trabalho
Operar de forma segura e responsável é um compromisso inegociável da Adecoagro para com seus colaboradores e contratados. Abrangemos todos os níveis hierárquicos da empresa através de Comitês de Segurança e Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPA), compostas por colaboradores e colaboradoras de todos os níveis, tendo como pauta temas voltados a metas, indicadores e programas que garantem a manutenção do mapeamento, classificação e monitoramento dos riscos, conforme metodologia e governança instituída.

Contamos com um Programa denominado Operar Seguro, que visa a redução de perdas, sensibilização da liderança, gestão de riscos e melhoria contínua, de forma a sustentar nossa cultura de segurança.

Como destaque, temos a ferramenta denominada OPA! (Observe, Pense e Aja), que foi criada para que o colaborador ou colaboradora ao se deparar com uma situação de risco, tome uma ação imediata, atuando de forma preventiva, com base em uma metodologia de abordagem que visa sensibilizar a todos e todas sobre o risco deparado, estimulando a reflexão sobre as possíveis consequências, bem como sobre a importância de estar seguro no trabalho.
Os gestores das áreas operacionais recebem constantemente treinamentos que visam eliminar ou gerenciar os riscos, concretizando nosso valor e respeito à vida e às pessoas.

Saúde e Bem-Estar
No time de Gente & Gestão, a Adecoagro tem uma área que cuida especificamente da Saúde e Bem-Estar de seus colaboradores e colaboradoras.
A Adecoagro, possui uma boa prática de mercado em relação aos benefícios fornecido aos seus colaboradores e dependentes, sendo fundamentais para a promoção de saúde, bem-estar e a satisfação dos beneficiários. Os benefícios vão além do salário e representam um reconhecimento do valor do trabalho e do empenho de cada pessoa para o sucesso da empresa.
Ao oferecer benefícios atrativos, a empresa demonstra preocupação com o bem-estar de sua equipe, fortalece o vínculo com os colaboradores e cria um ambiente de trabalho mais saudável, seguro e motivador. Isso resulta em maior satisfação no trabalho, redução do absenteísmo e aumento do engajamento dos colaboradores.

São investidos mais de 65 milhões de reais em benefícios por ano, considerando:
- → Assistência Médica
- → Assistência Odontológica
- → Assistência Farmacêutica
- → Teleatendimento psicológico
- → Seguro de Vida
- → Alimentação
- → Check-up
- → Transporte

Em 2014, a Adecoagro implantou o **Pra Você!** Programa de Qualidade de Vida Adecoagro, com objetivo de fortalecer na nossa cultura o cuidado com a saúde e o bem-estar do colaborador, da colaboradora e de suas famílias, de forma que as ações desenvolvidas na Adecoagro promovam mais qualidade de vida no dia a dia e no trabalho, contribuindo para um ambiente saudável e seguro.

O programa de qualidade de vida, está embasado nos conceitos aplicados pelas instituições renomadas e especializadas em qualidade de vida no Brasil, como: Organização Mundial da Saúde, Associação Brasileira de Qualidade de Vida, Movimento Gerar Bem-estar e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. As ações contemplam os aspectos físicos, emocionais, mentais e espiritual de nossos colaboradores, colaboradoras e dependentes.

Treinamento e desenvolvimento
Formação de Jovens Aprendizes
Com diversos programas de formação profissional, oferecemos oportunidades concretas às pessoas da nossa comunidade que desejam ter a sua primeira experiência profissional.
Desenvolvimento Profissional
O Capacitar, nosso Programa de Formação e Desenvolvimento Profissional, oferece diferentes capacitações profissionais e cursos de aperfeiçoamento, tanto para nossos colaboradores quanto para potenciais talentos da comunidade.
Também oferecemos diversos cursos, tanto presenciais quanto on-line por meio de nossa plataforma de e-learning, como desenvolvimento de ferramentas de gestão e habilidades técnicas e comportamentais necessárias para o desempenho de diferentes funções em nossas operações.
Desenvolvimento de Lideranças
Temos a convicção de que a formação de líderes é fator fundamental para que cada um seja agente de transformação nos times de trabalho. Procuramos formar equipes diversificadas, que desejam um ambiente dinâmico e de melhoria contínua, no qual prevaleçam os valores da Adecoagro. Os líderes desempenham um papel essencial na consecução desse objetivo.
Com base em nossos processos de avaliação e carreira, identificamos talentos e oferecemos capacitações intensivas e robustas para formarmos líderes e gestores acima da linha da excelência. Com programas como Líder Trainee, Coordenador Trainee, Planos de Transição de Carreira e outros programas de desenvolvimento de lideranças, procuramos fortalecer as competências para incrementar, alinhar e engajar as equipes num contexto de mudança e melhoria contínua, desenvolvendo equipes de alta performance.

Diversidade e inclusão
Na Adecoagro, o tema diversidade é um compromisso assumido no nosso Código de Conduta. Acreditamos que nutrindo o respeito pela terra e pessoas, poderemos colaborar com uma sociedade melhor que os direitos humanos sejam respeitados e vivenciados. A diversidade na Adecoagro trata de inclusão, integrar e potencializar as diferenças, recriar possibilidades e estimular o crescimento através das diferenças.
Promovemos um ambiente livre de discriminação e temos um programa de gestão para apoiar nossa estratégia.

MULTI - Programa de Inclusão da Adecoagro

Nosso objetivo principal com o Programa Multi, é o de **promover um ambiente de trabalho inclusivo e livre de qualquer forma de preconceito e discriminação**, em que cada pessoa possa ser quem realmente é e contribuir com o seu potencial, tendo por premissa o respeito a todos e todas.

Esse programa engloba cinco pilares: pessoas com deficiência, equidade de gênero, gerações e experiências, orientação sexual e raça e etnia. Atualmente, estamos focados principalmente em atrair mais Pessoas com Deficiência para nossas operações e aumentar o número de mulheres em nossas equipes, impulsionando ações de conscientização para aprendizado organizacional e pessoal de como lidar melhor com as diferenças e transformar em valor na nossa cultura.
Realizamos o monitoramento de indicadores específicos de diversidade de gênero, e as capacitações para letramento em trilhas de diversidade através da nossa área de Desenvolvimento Humano e Organizacional que produz em parceria com a área de Diversidade os conteúdos, didática e disponibiliza em plataforma Engage, em média, as capacitações para letramento atingem 700 lideranças e times de Gente & Gestão e os aprendizados são cascateados para 100% dos colaboradores pelas lideranças e nos meios de comunicação internos.
Estamos avançando em ações afirmativas, no ano de 2022, realizamos parceria com a APAE de Ivinhema-MS para implantar o Programa Emprego Apoiado e ampliarmos a contratação de pessoas com deficiência.
Estamos atentos a iniciativas importantes que lutam contra o preconceito e discriminação e estamos alinhados com:
ONU Mulheres
Os Princípios de Empoderamento das Mulheres (WEPs) são um grupo de Princípios para o meio empresarial que oferecem orientação sobre como delegar poder às mulheres no ambiente de trabalho, mercado de trabalho e na comunidade. Aderimos formalmente no ano de 2019 para as unidades do Brasil.
Pacto Global
Aderimos a essa iniciativa no final do ano de 2023, uma forma de nos comprometer para implementar princípios universais de sustentabilidade e tomar medidas que apoiem o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Comunidade
Educação
Desde 2009, o Projeto Escola Nota 10 contribui para o desenvolvimento da educação nos municípios de Angélica, Ivinhema e Novo Horizonte do Sul, no Mato Grosso do Sul. Seu objetivo é contribuir para a melhoria do ensino fundamental (1º a 3º ano) nas escolas públicas municipais. Por meio desse projeto, disponibilizamos material didático para professores e estudantes do curso de capacitação dos professores. Estamos no momento, reimplantando essa iniciativa com foco na capacitação dos professores e atendimento das séries iniciais (1º a 5º ano) nas escolas públicas municipais dos municípios parceiros e para isso, estabelecemos parceria com o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC).
Território do Saber
O projeto Território do Saber promove a melhoria da qualidade dos processos de ensino e aprendizagem nas escolas através do incentivo à leitura e já viabilizou:
- → 23 bibliotecas implementadas
- → + de 2000 alunos atendidos no Mato Grosso do Sul e Minas Gerais
- → 912 professores capacitados

Desenvolvimento local
Colaboramos com organizações sociais, creches, hospitais, cozinhas comunitárias, escolas, postos de saúde, bombeiros e polícia. Na Adecoagro, nos concentramos em manter o apoio a todas as comunidades e aprofundar nosso atendimento nas localidades. E essa comunicação direta nos permite identificar as necessidades das comunidades, atuar junto a elas e estabelecer alianças para alcançar objetivos comuns.
Programa Proteger
O programa visa prevenir a violência em todos os seus aspectos. Orientamos e informamos os colaboradores e a comunidade sobre denúncias e formas de prevenir o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, a cultura do estupro, a violência contra a mulher e o assédio sexual ou laboral e busca mobilizar a sociedade nesse sentido.
Este programa reforça a ideia de que não admitimos, em hipótese alguma, de fornecedores e demais pessoas com quem nos relacionamos, a prática de qualquer tipo de violência e trabalho infantil.
- → Childhood Brasil: realizamos diagnóstico e capacitamos profissionais da rede de atendimento para o enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes.
- → 100% dos nossos colaboradores passaram por treinamentos sobre prevenção da violência em parceria com o SESI - MS.
- → +12.000 pessoas impactadas em nossas comunidades com nossas campanhas.
- → Selo Social Amiga da Mulher: recebemos o reconhecimento por dois anos consecutivos do governo do estado de Minas Gerais.

Certificações

Bonsucro
Certificação concedida às nossas Usinas de Monte Alegre, Ivinhema e Angélica. Avalia os impactos econômicos, sociais e ambientais, da produção de cana-de-açúcar, além de atender às exigências legais e monitorar a eficiência dos processos produtivos. Essa certificação mostra que estamos trabalhando com eficiência operacional, atendendo as legislações viegentes e com baixo impacto ao meio ambiente.

RenovaBio
Certificação concedida às nossas Usinas de Monte Alegre, Ivinhema e Angélica. O Renovabio faz parte da Politica Nacional de Biocombustíveis que estabelece metas anuais de descarbonização em nível nacional para promover o aumento da produção e participação de biocombustíveis, como etanol, biodiesel, biogás e biometano, entre outros, na matriz energética para transportes no Brasil.

Fair Trade
Certificação concedida à nossos produtos orgânicos da Usina Monte Alegre (MG). As certificações "Fair Trade USA" e "Fair for Life" indicam nossa disposição e adesão ao cuidado e respeito pelas pessoas e pela terra.

Certificações para o açúcar orgânico Monte Alegre
Certificação concedida a nossos produtos orgânicos da Usina Monte Alegre (MG). As certificações "Fair Trade USA" e "Fair for Life" sustentam a aderência da Adecoagro em cuidar e respeitar as pessoas e a terra. Essas certificações permitem que recebamos um "Prêmio" dos clientes que compram açúcar orgânico Fair Trade Monte Alegre. Esse Prêmio é investido no desenvolvimento de ações sociais e ambientais que melhoram as condições de vida dos colaboradores, seus familiares, pequenos produtores locais e o meio ambiente.

Fambras Halal
Obtivemos essa certificação para nossa produção na Usina Monte Alegre. Certifica que os produtos foram fabricados de acordo com os requisitos legais e os critérios estabelecidos nas leis e jurisprudências islâmicas, garantindo uma produção alinhada com as regras estabelecidas pela lei islâmica ("Sharia"), que rege os hábitos daqueles que seguem o Islã.

Kosher
Obtivemos essa certificação para nossa produção na Usina Monte Alegre. Assegura que o processo industrial de uma linha de produção obedeça às regras específicas da dieta judaica ortodoxa e que os produtos foram fabricados de acordo com os preceitos e leis da dieta judaica, garantindo a segurança de seu consumo.

ADECOAGRO BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

Great Place to Work
Certificação concedida às nossas equipes no Brasil. A certificação Great Place To Work (GPTW) é concedida às empresas que promovem boas práticas e que têm uma gestão adequada de pessoas e do clima organizacional. Em 2023, obtivemos o 4° lugar na categoria "Grandes Empresas" para o setor de Agronegócios. No Ranking GPTW - Regional - Centro-Oeste, a Adecoagro foi reconhecida como a 4ª melhor empresa para trabalhar do Centro-Oeste na Categoria Grandes Empresas. No Ranking GPTW - Setorial - Agronegócio, a Adecoagro foi reconhecida como a 13ª melhor empresa para trabalhar do Agronegócio Nacional.
No Ranking GPTW - Nacional, a Adecoagro foi reconhecida como uma das 150 melhores empresas para trabalhar no Brasil, ocupando a 52ª posição na categoria de empresas com 1000 a 9999 colaboradores.

Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)
Certificação concedida às nossas Usinas Monte Alegre, Ivinhema e Angélica. Este certificado de Unidades Armazenadoras em Ambiente Natural (UAAN) garante aos clientes que nossos armazéns foram construídos de acordo com as normas e procedimentos estabelecidos pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), reforçando a confiança em nossos produtos.

Energia Verde
Certificação concedida às nossas Usinas Monte Alegre, Ivinhema e Angélica. Essa certificação é concedida às usinas brasileiras que produzem energia a partir de biomassa e que conduzem seus negócios de acordo com critérios de eficiência energética e boas práticas nas atividades agrícolas e industriais.

Mais Integridade
O selo "Mais Integridade" atesta nossa ética, responsabilidade social e sustentabilidade ambiental.

Agricultura Familiar
Selo concedido a Usina Monte Alegre, certifica nosso apoio à agricultura familiar via parceria com pequenos produtores da região, onde plantamos cana-de-açúcar.

CARB
A Certificação Internacional *California Air Resources Board* (Carb) concedida a unidade Angélica, é exigida para a exportação de etanol aos EUA. O Carb é um organismo norte-americano que define regras para o controle da poluição atmosférica. O objetivo do programa é reduzir em 20% a emissão de gases de efeito estufa (GEE) provenientes de combustíveis de transporte na Califórnia até 2030, protegendo a população dos efeitos nocivos desses gases por meio de programas e ações para combater as mudanças climáticas.

FSSC 22000
A FSSC 22000 (*Food Safety System Certification*) é a "Certificação do Sistema de Segurança de Alimentos" concedida a Usina Monte Alegre, sua condução engloba desde a gestão de fornecedores até a expedição do produto acabado. Seu objetivo é estabelecer um Sistema de Gestão de Segurança de Alimentos capaz de assegurar que o alimento não cause efeitos adversos à saúde do consumidor, ou seja, livre de quaisquer tipos de contaminações e fraudes.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

BALANÇO PATRIMONIAL

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	30	241	583.805	776.219
Instrumentos financeiros derivativos	7	–	–	66.902	10.353
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	8	–	–	115.280	76.811
Estoques	9	–	–	722.379	605.933
Tributos a recuperar	10	32	30	82.137	91.076
Ativo biológico	11	–	–	563.812	570.998
Outros ativos	12	39	–	64.376	40.312
		101	271	2.198.691	2.171.702
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	8	–	–	11.882	–
Tributos a recuperar	10	–	–	118.547	96.078
Depósitos judiciais	21.2	–	–	11.378	9.555
Instrumentos financeiros derivativos	7	–	–	87.149	27.175
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	–	–	17.403	7.554
Outros ativos	12	–	–	25.227	25.268
		–	–	271.586	165.630
Investimentos	13	1.790.757	1.444.245	–	–
Imobilizado	14	–	–	3.167.870	2.823.013
Intangível	15	–	–	29.462	29.061
Direito de uso	16	–	–	1.822.818	1.719.466
		1.790.757	1.444.245	5.291.736	4.737.170
Total do ativo		1.790.858	1.444.516	7.490.427	6.908.872

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Fornecedores e outras obrigações	22.1	70	18	374.849	253.318
Passivo de arrendamentos	17	–	–	199.458	219.879
Empréstimos e financiamentos	18	–	–	315.671	195.465
Instrumentos financeiros derivativos	7	–	–	482	7.964
Salários e encargos sociais	19	–	–	133.907	98.442
Imposto de renda e contribuição social a pagar		–	–	550	415
Tributos a recolher	20	–	–	24.894	22.299
Adiantamento de clientes	22.2	–	–	63.379	144.579
Outros passivos	22.3	–	–	225	54
		70	18	1.113.415	942.415
Não circulante					
Fornecedores e outras obrigações	22.1	–	–	2.488	21.783
Passivo de arrendamentos	17	–	–	1.501.317	1.392.535
Empréstimos e financiamentos	18	–	–	2.612.478	2.871.985
Instrumentos financeiros derivativos	7	–	–	–	500
Provisão para contingências	21	–	–	12.946	11.638
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	–	–	439.269	193.520
Outros passivos	22.3	–	–	3.570	2.030
		–	–	4.572.068	4.493.991
Total do passivo		70	18	5.685.483	5.436.406
Patrimônio líquido	26				
Atribuído aos acionistas da controladora					
Capital social		1.164.733	1.164.733	1.164.733	1.164.733
Reservas de lucro		760.205	735.035	760.205	735.035
Ajuste de avaliação patrimonial		(134.150)	(455.270)	(134.150)	(455.270)
		1.790.788	1.444.498	1.790.788	1.444.498
Participação de não controladores		–	–	14.156	27.968
Total do patrimônio líquido		1.790.788	1.444.498	1.804.944	1.472.466
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.790.858	1.444.516	7.490.427	6.908.872

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

		Atribuível aos acionistas da Controladora								
			Reserva de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial					
	Nota	Capital social	Reserva legal	Lucros a distribuir	*Hedge accounting* reflexo	Custo atribuído reflexo	Lucros acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2022		1.164.733	67.238	703.102	(642.027)	5.806	–	1.298.852	20.585	1.319.437
Resultado abrangente do exercicio										
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	397.460	397.460	–	397.460
Hedge de fluxo de caixa das investidas reflexo, líquido dos impostos	27.3.b	–	–	–	181.464	–		181.464	–	181.464
Total do resultado abrangente		1.164.733	67.238	703.102	(460.563)	5.806	397.460	1.877.776	20.585	1.898.361
Contribuições dos acionistas e distribuição aos acionistas										
Plano de remuneração em ações	34	–	–	–	–	–	–	–	20.882	20.882
Reembolso de ações restritas	34	–	–	–	–	–	–	–	(13.499)	(13.499)
Realização do custo atribuído reflexo, líquidos de impostos	27.3	–	–	–	–	(513)	513	–	–	–
Destinações do lucro:										
Constituição de reservas	27.2	–	19.873	199.122	–	–	(218.995)	–	–	–
Dividendos distribuídos	27.2	–	–	(254.300)	–	–	(178.978)	(433.278)	–	(433.278)
Total de contribuições dos acionistas e distribuição aos acionistas		–	19.873	(55.178)	–	(513)	(397.460)	(433.278)	7.383	(425.895)
Em 31 de dezembro de 2022		1.164.733	87.111	647.924	(460.563)	5.293	–	1.444.498	27.968	1.472.466
Resultado abrangente do exercicio										
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	309.290	309.290	195	309.485
Hedge de fluxo de caixa das investidas reflexo, líquido dos impostos	27.3.b	–	–	–	321.591	–	–	321.591	–	321.591
Total do resultado abrangente		1.164.733	87.111	647.924	(138.972)	5.293	309.290	2.075.379	28.163	2.103.542
Contribuições dos acionistas e distribuição aos acionistas										
Reversão de plano de remuneração em ações		–	–	–	–	–	–	–	(11.061)	(11.061)
Plano de remuneração em ações	34	–	–	–	–	–	–	–	8.360	8.360
Reembolso de ações restritas	34	–	–	–	–	–	–	–	(11.311)	(11.311)
Participação de não controladores		–	–	–	–	–	–	–	5	5
Realização do custo atribuído reflexo, líquidos de impostos	27.3	–	–	–	–	(471)	471	–	–	–
Destinações do lucro:										
Constituição de reservas	27.2	–	15.464	112.106	–	–	(127.570)	–	–	–
Dividendos distribuídos	27.2	–	–	(102.400)	–	–	(182.191)	(284.591)	–	(284.591)
Total de contribuições dos acionistas e distribuição aos acionistas		–	15.464	9.706	–	(471)	(309.290)	(284.591)	(14.007)	(298.598)
Em 31 de dezembro de 2023		1.164.733	102.575	657.630	(138.972)	4.822	–	1.790.788	14.156	1.804.944

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receitas					
Vendas brutas de produtos e serviços	29	–	–	3.671.475	3.299.753
Receita referente a construção de ativos próprios	11/14	–	–	1.277.024	1.099.677
Outras receitas	32	–	–	4.898	19.166
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	33	–	–	(3.955)	(1.179)
		–	–	4.949.442	4.417.417
Insumos adquiridos de terceiros					
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e dos serviços prestados	30/31/32	–	–	(1.359.815)	(1.206.724)
Despesas de transporte	31	–	–	(179.081)	(94.811)
Energia elétrica	31	–	–	(4.952)	(4.907)
Serviços de terceiros	31	(104)	(124)	(145.502)	(117.150)
Perda/recuperação de valores ativos	32	–	–	18.013	7.144
Outras despesas	31/32	(346)	(218)	(245.837)	(190.671)
		(450)	(342)	(1.917.174)	(1.607.119)
Valor adicionado bruto		(450)	(342)	3.032.268	2.810.298
Depreciação e amortização	14/15/16	–	–	(1.167.076)	(1.110.487)
Valor adicionado líquido produzido		(450)	(342)	1.865.192	1.699.811
Valor adicionado recebido em transferência					
Participação nos lucros de controladas	13	309.770	397.843	–	–
Receitas financeiras	33	11	12	34.659	17.175
Valor adicionado total a distribuir		309.331	397.513	1.899.851	1.716.986
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal:					
Remuneração direta	31	–	–	(457.004)	(374.817)
Benefícios	31	–	–	(111.514)	(98.427)
FGTS	31	–	–	(35.156)	(29.331)
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais	29/31/32	–	(53)	(129.529)	(95.201)
Estaduais	29/31/32	–	–	(119.019)	(158.308)
Municipais	29/31/32	–	–	(340)	(217)
Despesas financeiras	33	(41)	–	(726.881)	(555.217)
Aluguéis	31	–	–	(11.118)	(8.008)
Dividendos distribuídos	DMPL	(182.191)	(178.978)	(182.191)	(178.978)
Lucros retidos do exercício	DMPL	(127.099)	(218.482)	(127.099)	(218.482)
Valor adicionado distribuído		(309.331)	(397.513)	(1.899.851)	(1.716.986)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receitas	29	–	–	3.476.365	3.092.754
Custos das vendas	30	–	–	(2.539.033)	(2.334.404)
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas colhidos	11.2	–	–	479.473	550.792
Lucro bruto		–	–	1.416.805	1.309.142
Despesas com vendas	31	–	–	(239.254)	(147.287)
Despesas administrativas	31	(450)	(342)	(111.703)	(122.042)
Outras receitas (despesas), líquidas	32	–	–	11.679	17.143
Participação nos lucros de controladas	13	309.770	397.843	–	–
Lucro operacional antes do resultado financeiro		309.320	397.501	1.077.527	1.056.956
Receitas financeiras	33	11	12	34.659	17.175
Despesas financeiras	33	(41)	(53)	(730.836)	(555.812)
Resultado financeiro		(30)	(41)	(696.177)	(538.637)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		309.290	397.460	381.350	518.319
Imposto de renda e contribuição social	23.2	–	–	(71.865)	(120.859)
Lucro líquido do exercício		309.290	397.460	309.485	397.460
Atribuível a:					
Acionistas da Companhia		309.290	397.460	309.290	397.460
Participação de não controladores		–	–	195	–
		–	–	309.485	397.460
Média ponderada das ações ordinárias no exercício, em milhares de ações		–	–	134.940.484	134.940.484
Lucro básico e diluído por lote de mil ações - R$		–	–	2,29	2,95

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício	309.290	397.460	309.485	397.460
Outros componentes do resultado abrangente				
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado				
Ganhos com *hedge* de fluxo de caixa reflexo da investida, liquidos de impostos	321.591	181.464	321.591	181.464
Total do resultado abrangente do exercício	630.881	578.924	631.076	578.924
Atribuível a:				
Acionistas da Companhia			630.881	578.924
Participação de não controladores			195	–
			631.076	578.924

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		309.290	397.460	381.350	518.319
Ajustes					
Depreciação e amortização (i)	14/15	–	–	872.439	827.486
Depreciação direito de uso (i)	16	–	–	324.704	283.001
Impairment pela recuperabilidade de ativos	32	–	–	9.870	4.288
Variação no valor justo do ativo biológico e produto agrícola	11	–	–	(479.473)	(550.792)
Juros sobre passivos de arrendamento	17	–	–	121.026	98.642
Resultado na alienação baixa do ativo imobilizado e intangível	32	–	–	14.621	(17)
Ganho ajuste do valor justo	30/32	–	–	(38.404)	(43.841)
Impairment de contas a receber e outros créditos	33	–	–	355	1.179
(Reversão)/Outorga de plano de remuneração em ações	34	–	–	(2.506)	20.882
Resultado de participações societárias	13	(309.770)	(397.843)		
Resultados instrumentos derivativos	7	–	–	(59.309)	(22.451)
Hedge de fluxo de caixa, transferência do patrimônio	33	–	–	348.480	159.240
Resultado financeiros, líquido de *hedge accounting*	33	(11)	(12)	229.578	212.626
Reversão de provisão de contingências	21	–	–	1.308	(1.271)
		(491)	**(395)**	**1.724.039**	**1.507.291**
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber e demais contas a receber	8	–	–	(50.346)	(28.512)
Instrumentos derivativos	7	–	–	(26.695)	41.498
Estoques	9	–	–	(81.078)	84.556
Ativos biológicos	11	–	–	486.659	377.834
Tributos a recuperar	10	(2)	(2)	(20.880)	(19.873)
Depósitos judiciais	21.2	–	–	(1.823)	(136)
Outros ativos	12	(39)	8	(24.713)	2.314
Fornecedores e outras obrigações	22.1	(10)	10	55.919	(49.183)
Salários e encargos sociais	19	–	–	35.465	5.535
Tributos a recolher e parcelados	20	–	–	2.624	4.264
Adiantamento de clientes	22.2	–	–	(81.200)	136.253
Outros passivos	22.3	–	–	1.708	(911)
Caixa (aplicado nas) gerado pelas operações		**(542)**	**(379)**	**2.019.679**	**2.060.930**
Imposto de renda e contribuição social pagos	28	–	–	(9.055)	(9.590)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		**(542)**	**(379)**	**2.010.624**	**2.051.340**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de Investimento		–	–	–	(204)
Aquisições de bens do ativo imobilizado (i)	14	–	–	(1.178.071)	(1.005.761)
Aquisições de ativos intangíveis	15	–	–	(5.328)	(8.153)
Juros recebidos	33	11	12	9.491	13.992
Dividendos recebidos	24	284.849	433.633	–	–
Recebimentos pelas vendas de ativo imobilizado		–	–	11.522	6.164
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		**284.860**	**433.645**	**(1.162.386)**	**(993.962)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Ingressos de empréstimos e financiamentos	18	–	–	938.029	516.104
Amortização de empréstimos e financiamentos	18	–	–	(982.718)	(320.171)
Juros pagos (i)	18	–	–	(199.319)	(183.167)
Pagamentos de instrumentos financeiros derivativos	33	–	–	(38.501)	(35.440)
Recebimento (pagamento) de partes relacionadas	24	62	(7)	(247)	(60)
Dividendos pagos aos acionistas da Companhia	24	(284.591)	(433.278)	(284.591)	(433.278)
Lucros distribuidos a não controladores	24	–	–	(1.248)	(82)
Pagamentos de operações com arrendamentos	17	–	–	(460.746)	(399.722)
Ações restritas reembolsadas	34	–	–	(11.311)	(13.499)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		**(284.529)**	**(433.285)**	**(1.040.652)**	**(869.315)**
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		(211)	(19)	(192.414)	188.063
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		241	260	776.219	588.156
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**30**	**241**	**583.805**	**776.219**

(i) As transações das atividades que não impactaram o caixa estão apresentadas na Nota 28.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Atividades operacionais: A Adecoagro Brasil Participações S.A. (a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na capital do Estado de São Paulo, e tem como atividade preponderante a participação em empresas sediadas no Brasil. Seu principal controlador é a Adecoagro LP SCS, com sede em Luxemburgo, subsidiária direta da Adecoagro S.A. (Nota 1.2). A Companhia exerce a atividade de controladora do Grupo Adecoagro no Brasil "Grupo", com participação societária em empresas controladas (adiante denominadas "controladas"), as quais atuam na produção de açúcar e etanol, na co-geração e comercialização de energia elétrica e na produção, processamento, armazenamento, comercialização, importação e exportação de produtos relacionados à agricultura. **1.2. Grupo Adecoagro:** O Grupo Adecoagro (o "Grupo Adecoagro") está presente na Argentina, Brasil, Uruguai e Chile com atividades relacionadas a produção de grãos, arroz, oleaginosas, amendoim, lácteos e seus derivados, açúcar e etanol, em terras próprias e de parceria agrícola, além da co-geração de energia elétrica biogás e biometano. No Brasil, suas operações compreendem a produção de etanol, açúcar, energia elétrica, soja, milho, biometano/biogás, operação arroz, leite e derivados, entre outras, nos estados de Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Santa Catarina e está representado pelas seguintes empresas, que em conjunto formam o "Grupo Adecoagro Brasil": • Adecoagro Brasil Participações S.A. ("ABP", a Companhia, controladora do Grupo); • Adecoagro Vale do Ivinhema S.A. ("AVI", *Holding* operacional); • Usina Monte Alegre Ltda. ("UMA"); • Adecoagro Energia Ltda.("AEN"); • Monte Alegre Combustíveis Ltda. ("MAC"); • Angélica Energia Ltda. ("AEL"); • Methanum Engenharia Ambiental Ltda. ("MET"); • Ivinhema Energia Ltda. ("IEL") (Sem operação); • Adecoagro Biogás Ltda. ("ABL") (Sem operação); • Adeco Agropecuária Brasil Ltda. ("AAB", controlada de Adecoagro LP SCS); e • Adecoagro Agricultura e Participações Ltda. ("AAP", controlada de Adecoagro LP SCS). Essas empresas compartilham as estruturas e os custos corporativos, gerenciais e operacionais, cujos gastos são objeto de rateio conforme mencionado na Nota 24.1. O Grupo Adecoagro Brasil é controlado por empresa de capital aberto na Bolsa de Valores de Nova Iorque, a Adecoagro S.A., sediada em Luxemburgo.

2. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As políticas contábeis materiais adotadas pela Companhia e suas controladas estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mais-valia de itens do ativo imobilizado registrada em 2009. Os ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) e ativos biológicos estão ajustados para refletir a mensuração ao valor justo. **2.1. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: 2.1.1. Alterações adotadas pela Companhia e pelo Grupo:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela Companhia e pelo Grupo pela primeira vez para o exercício iniciado em 1o de janeiro de 2023, na avaliação da Companhia não foram identificados impactos significativos para divulgação. A seguir está uma relação dos CPC's: • CPC 26"Divulgação de políticas contábeis": a alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. • CPC 23 "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro": a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. • CPC 32 "Tributos sobre o Lucro": a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. • CPC 32 "Tributos sobre o Lucro": em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "GloBE effective tax rate" ou alíquota efetiva GloBE. **2.2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 10 de abril de 2024. A administração, responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras refere-se aos diretores administradores eleitos e designados no estatuto social. Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **a) Demonstrações financeiras individuais:** As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. **b) Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **c) Demonstração do valor adicionado:** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". **2.2.1. Consolidação:** As seguintes práticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. **(a) Controladas:** Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Transações entre a Companhia e suas controladas, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas consolidadas são eliminados. Os lucros ou prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As práticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as práticas adotadas pela Companhia. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, as quais foram consolidadas integralmente: • Adecoagro Brasil Participações S.A. ("ABP" ou "Companhia"); • Adecoagro Vale do Ivinhema S.A. ("AVI" ou *Holding* operacional); • Usina Monte Alegre Ltda. "UMA"; • Adecoagro Energia Ltda. "AEN"; • Monte Alegre Combustíveis Ltda. "MAC"; • Ivinhema Energia Ltda. "IEL"; • Angélica Energia Ltda. "AEL"; • Methanum Engenharia Ambiental Ltda.

ADECOAGRO BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

"MET"; e • Adecoagro Biogás Ltda. "ABL" (Sem operação); **2.3. Conversão de moeda estrangeira: a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia e o Grupo atuam ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R$, que é a moeda funcional da Companhia e do Grupo, também a sua moeda de apresentação. **b) Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como *hedge accounting* e, portanto, diferidos no patrimônio como operações de *hedge* de fluxo de caixa. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes e fornecedores são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **2.4. Ativos financeiros: 2.4.1. Classificação e mensuração:** A Companhia e suas controladas avaliam os modelos de negócios que se aplicam aos ativos financeiros mantidos por elas e classificam os instrumentos financeiros nas devidas categorias: instrumentos de dívida e instrumento de patrimônio. No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é mensurado: ao valor justo por meio do resultado; ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e/ou suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. **a) Valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem instrumentos derivativos e os instrumentos de dívida cujas características de fluxo de caixa não são mantidas dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja coletar fluxos de caixa contratuais ou coletar fluxos de caixa contratuais e vender. (Nota 5.1). **b) Custo amortizado:** Os ativos financeiros categorizados como custo amortizado, cujo modelo de negócios estabelece que sejam mantidos para a coleta de fluxos de caixa contratuais, que representam apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal (Nota 5.1). **c) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com ganhos ou perdas revertidas para lucros ou perdas no desreconhecimento. Os ativos financeiros, quando existentes nesta categoria são os instrumentos de dívida que são mantidos dentro de um modelo de negócios para coletar fluxos de caixa e vender. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. **2.4.2. Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, mediante cumprimento das obrigações entre as partes. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados na demonstração do resultado. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. O custo amortizado inclui os empréstimos e recebíveis e são contabilizados usando o método da taxa efetiva de juros. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia e suas controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras". **2.4.3. Perda (*impairment*) de ativos financeiros:** As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia e suas controladas aplicam julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. **2.4.4. Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte. **2.5. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*:** Instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. O valor justo é o valor no qual um ativo pode ser realizado e um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, em condições normais de mercado. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos pode ser obtido a partir de cotações de mercado ou a partir de modelos de precificação que consideram as taxas correntes de mercado e a qualidade de crédito da contraparte. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. As variações no valor justo do instrumento financeiro derivativo são reconhecidas no resultado do exercício, exceto quando estes são instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa, onde há a adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e as variações no valor justo são reconhecidas no resultado abrangente. A Companhia e suas controladas adotaram a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designaram os seguintes instrumentos e objetos para proteção de riscos com base em sua política de *hedge accounting* atualizada em 1° de julho de 2021, é como segue: **a) Instrumentos de *hedge*:** • Instrumentos financeiros de dívidas não derivativos, atrelados ao dólar norte-americano (Adiantamento sobre Contrato de Câmbio -"ACC", Pré-pagamento de Exportação - "PPE"); **b) Objeto de *hedge*:** Projeções de vendas ou compromissos firmes futuros, ambos de *commodity* e denominados em moeda estrangeira (USD), onde a expectativa é considerada altamente provável, consubstanciado na projeção de vendas do departamento comercial do Grupo. **c) Riscos protegidos:** O risco protegido é o risco da variação cambial de 1 dólar por 1 dólar, da exportação da venda futura de *commodity* devido a flutuação cambial entre o dólar estado-unidense e o real brasileiro. **2.5.1. *Hedge* de fluxo de caixa:** A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". A movimentação que compõe o resultado abrangente, o qual é apresentado líquido da porção transferida para resultados financeiros. Estes valores acumulados no patrimônio são transferidos para a demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado (por exemplo, quando da realização da venda prevista que é protegida por *hedge*). O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva e não efetiva dos instrumentos de *hedge*, ou seja, os empréstimos em moeda estrangeira e *swaps* de taxas de câmbio são reconhecidos na demonstração do resultado como "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras". Quando um instrumento de *hedge* vence ou é vendido, ou quando um *hedge* não atende mais aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo ganho ou perda acumulado existente no patrimônio naquele momento permanece no patrimônio até a realização do objeto de *hedge* e é reconhecido no resultado quando a operação for reconhecida na demonstração do resultado. Quando não se espera mais que uma operação ocorra, o ganho ou a perda acumulada que havia sido apresentado no patrimônio é imediatamente transferido para a demonstração do resultado em "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras". **2.6. *Impairment* de ativos não financeiros:** Os ativos não financeiros são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. **2.7. Outros ativos e passivos circulante e não circulante:** Os outros ativos estão a valor de custo ou valor justo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Os outros passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas.

DIRETORIA

Renato Junqueira Santos Pereira - Vice-Presidente Açúcar, Etanol e Energia | **Leonardo Raul Berridi** - Vice-Presidente Desenvolvimento de Negócios | **Barbara Noemi Sayago** - Diretora

CONTADOR

Fernando Figueiredo - CRC 1SP-167985/O-7

Infrasec Securitizadora S.A.

CNPJ/MF nº 10.488.244/0001-19 - NIRE: 35.300.363.124 - Companhia Aberta

Edital de Convocação - Assembleia Especial de Investidores dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 2ª Emissão

Ficam convocados os Srs. Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 2ª Emissão da Emissora ("Titulares de CRI" e "CRI", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, firmado em 27/04/2012, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia 30/04/2024, às 10h30, de forma exclusivamente digital (ver Informações Gerais abaixo), por meio da plataforma "Zoom", sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23/12/2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** Deliberação sobre as Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado da 2ª Emissão, e o respectivo Relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas nos sites www.infrasec.com.br, www.trusteedtvm.com.br e www.gov.br/cvm, as quais foram emitidas sem opinião modificada; **(ii)** Deliberação sobre as Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado da 2ª Emissão, e o respectivo Relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado e 31/12/2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas nos sites www.infrasec.com.br, www.trusteedtvm.com.br e www.gov.br/cvm, as quais foram emitidas sem opinião modificada; **(iii)** Deliberação para que a Emissora e o Agente Fiduciário realizem, em conjunto, todos os atos e celebrem todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações da Assembleia Informações Gerais. A Assembleia será realizada de forma digital, nos termos da Resolução CVM 60, por videoconferência, via plataforma Zoom, coordenada pela Emissora e integralmente gravada, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso aos Titulares de CRI que enviarem aos endereços eletrônicos contato@infrasec.com.br e fiduciario@trusteedtvm.com.br, com até 2 (dois) dias úteis de antecedência à data marcada para a realização da Assembleia os seguintes documentos: **i)** Se participante pessoa física: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração, com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador, conforme estabelece a Resolução CVM 60; **ii)** Se demais participantes: cópia digitalizada do contrato social/estatuto social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular de CRI (por exemplo, ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador, conforme estabelece a Resolução CVM 60. Conforme a Resolução CVM 60, os Investidores poderão votar por meio de comunicação escrita ou eletrônica, desde que recebida pela Emissora antes do início da Assembleia. São Paulo-SP, 10/04/2024. **Infrasec Securitizadora S.A. Ismail Cristiano de Souza Moutinho,** Diretor de Relações com Investidores. (11, 12 e 13/04/2024)

Infrasec Securitizadora S.A.

CNPJ/MF nº 10.488.244/0001-19 - NIRE: 35.300.363.124 - Companhia Aberta

Edital de Convocação - Assembleia Especial de Investidores dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Emissão

Ficam convocados os Srs. Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Emissão da Emissora ("Titulares de CRI" e "CRI", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, firmado em 14/04/2011, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia 30/04/2024, às 11h30, de forma exclusivamente digital (ver Informações Gerais abaixo), por meio da plataforma "Zoom", sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23/12/2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** Deliberação sobre as Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado da 1ª Emissão, e o respectivo Relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas nos sites www.infrasec.com.br, www.trusteedtvm.com.br e www.gov.br/cvm, as quais foram emitidas sem opinião modificada; **(ii)** Deliberação sobre as Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado da 1ª Emissão, e o respectivo Relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas nos sites www.infrasec.com.br, www.trusteedtvm.com.br e www.gov.br/cvm, as quais foram emitidas sem opinião modificada; e **(iii)** Deliberação para que a Emissora e o Agente Fiduciário realizem, em conjunto, todos os atos e celebrem todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações da Assembleia. Informações Gerais. A Assembleia será realizada de forma digital, nos termos da Resolução CVM 60, por videoconferência, via plataforma Zoom, coordenada pela Emissora e integralmente gravada, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso aos Titulares de CRI que enviarem aos endereços eletrônicos contato@infrasec.com.br e fiduciario@trusteedtvm.com.br, com até 2 (dois) dias úteis de antecedência à data marcada para a realização da Assembleia os seguintes documentos: **i)** Se participante pessoa física: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração, com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador, conforme estabelece a Resolução CVM 60; **ii)** Se demais participantes: cópia digitalizada do contrato social/estatuto social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular de CRI (por exemplo, ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador, conforme estabelece a Resolução CVM 60. Conforme a Resolução CVM 60, os Investidores poderão votar por meio de comunicação escrita ou eletrônica, desde que recebida pela Emissora antes do início da Assembleia. São Paulo-SP, 10/04/2024. **Infrasec Securitizadora S.A. Ismail Cristiano de Souza Moutinho -** Diretor de Relações com Investidores. (11, 12 e 13/04/2024)

Na contramão de NY, Ibovespa cai 0,51%, aos 127,3 mil pontos

Desconectado do sinal que prevaleceu em Nova York para S&P 500 (+0,74%) e Nasdaq (+1,68%, em nível recorde de fechamento), o Ibovespa cedeu 0,51%, aos 127.396,35 pontos, em dia de variações contidas para as ações e os setores de maior peso na B3. Entre o piso e o teto da sessão, o índice oscilou dos 127.069,43 aos 128.051,34, na máxima que correspondeu, assim como ontem, ao nível da abertura. O giro permaneceu moderado nesta quinta-feira, a R$ 19,5 bilhões. Mesmo com perdas nas duas últimas sessões, o Ibovespa ainda avança 0,47% na semana, após a boa largada na segunda e terça-feira, quando tinha subido 1,63% e 0,80%, pela ordem. No mês, acumula perda de 0,55% e, no ano, cede agora 5,06%.

Os rendimentos dos Treasuries de 10 anos – referência considerada livre de risco – permaneceram ontem acima de 4,5%, com a leitura favorável sobre o índice de inflação ao produtor (PPI, na sigla em inglês) nos Estados Unidos em março, abaixo do esperado, proporcionando ontem pouco alívio à decepção de quarta com a inflação ao consumidor (CPI, na sigla em inglês), em nível além do que se imaginava para o mesmo mês.

IstoéDinheiro

Nexans Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 31.860.364/0012-28

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

Ativo		
Circulante	**2023**	**2022**
Caixa e equivalentes de caixa	68.231	87.912
Operações com derivativos	4.101	2.548
Contas a receber de clientes	96.465	97.981
Estoques	69.610	72.316
Impostos a recuperar	27.217	34.824
Outros ativos	9.511	4.760
Total do ativo circulante	**275.135**	**300.341**
Não Circulante		
Realizável a longo prazo		
Outras contas a receber	6500	
Impostos a recuperar	436	501
Imposto diferido	1.765	1.594
Depósitos judiciais	64.118	64.146
	72.819	**66.241**
Imobilizado	74.417	92.680
Direito de uso	–	840
Total do ativo não circulante	**147.236**	**159.761**
Total ativo	**422.371**	**460.102**

Passivo		
Circulante	**2023**	**2022**
Fornecedores	39.896	25.750
Operações de confirming	38.530	72.644
Obrigações com arrendamentos	–	840
Empréstimos e financiamentos	23.509	79.828
Partes relacionadas	–	62.784
Operações com derivativos	12.223	15.607
Impostos a recolher	8.471	3.769
Salários e encargos sociais	11.193	11.620
Adiantamentos de clientes	6.980	5.036
Outras contas a pagar	20.316	17.875
Provisão para reestruturação	–	1,460
Total do passivo circulante	**161.118**	**297.213**
Não Circulante		
Empréstimos e financiamentos	1.833	8.000
Partes relacionadas	60.684	–
Obrigações com arrendamentos	–	–
Provisões para processos judiciais	110.483	104.694
Provisão de benefícios pós emprego	2.283	1.616
Total do passivo não circulante	**175.283**	**114.310**
Total do passivo	**336.401**	**411.523**
Patrimônio líquido		
Capital social	772.430	772.430
Prejuizos acumulados	(685.877)	(729.749)
Ajustes de avaliação patrimonial	(583)	5.898
Total do patrimônio líquido	**85.970**	**48.579**
Total do passivo e patrimônio líquido	**422.371**	**460.102**

Demonstração dos Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	2023	**2022**
Receita operacional líquida	616.200	705.354
Custo dos produtos vendidos	(494.400)	(606.892)
Lucro bruto	121.800	98.462
Despesas de vendas	(38.946)	(32.080)
Despesas gerais e administrativas	(21.164)	(18.225)
Outras receitas	61.197	25.934
Outras despesas	(47.827)	(65.301)
Lucro operacional	75.060	8.790
Receitas financeiras	29.248	28.871
Despesas financeiras	(51.292)	(56.468)
Despesas financeiras, líquidas	(22.044)	(27.597)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	53.016	(18.807)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(15.291)	(4.962)
Lucro (prejuízo) do exercício	**37.725**	**(23.769)**
Resultado por ação básico (expresso em R$ por ação)	**0,78**	**(0,49)**

Demonstração dos Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	2023	**2022**
Resultado do exercício	**37.725**	**(23.769)**
Outros componentes do resultado abrangente		
Itens que não serão reclassificados para o resultado		
Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	(505)	2.363
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	172	(803)
Outros resultados abrangentes, líquidos dos efeitos tributários	**(333)**	**1.560**
Resultado abrangente total	**37.392**	**(22.209)**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Liquido – Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	**Ajustes de avaliação patrimonial**	**Prejuízos Acumulados**	**Total do patrimônio Líquido**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**772.430**	**4.339**	**(705.980)**	**70.789**
Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	–	1.560	–	1.560
Prejuízo do exercício	–	–	(23.769)	(23.769)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**772.430**	**5.898**	**(729.749)**	**48.579**
Remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	–	(334)	–	(334)
Ajuste de avaliação patrimonial	–	(6.146)	6.146	–
Lucro do exercício	–	–	37.725	37.725
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**772.430**	**(583)**	**(685.877)**	**85.970**

Demonstração dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de Reais)*

Fluxo de caixa das atividades operacionais	**2023**	**2022**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**37.725**	**(23.769)**
Ajustes por:		
Provisão para expectativa de créditos de liquidação duvidosa	344	108
Provisão IR/CSLL	15.291	4.962
(Reversão)/provisão para perdas de estoques	(130)	1923
Depreciações	7.935	10.729
Reversão/Aumento das provisões	10.639	24.656
Juros não realizado sobre empréstimos e financiamentos	2.939	5.081
Variação cambial não realizada sobre empréstimos e financiamentos	(1.226)	(174)
Juros não realizado sobre empréstimos e financiamentos – partes relacionadas	3.295	1.707
Variação Cambial não realizada sobre empréstimos e financiamentos – partes relacionadas	(14.550)	(8.418)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(171)	804
Lucro com alienação de ativo imobilizado	(26.197)	12.103
Ganho atuarial – benefício pós emprego	162	288
Redução (aumento) em contas a receber de clientes	(5.329)	(12.298)
Redução (aumento) em estoque	2.482	5.906
Redução (aumento) em impostos a recuperar	(7.619)	7.641
Redução (aumento) em outras contas a receber	(4.751)	1.769
Redução (aumento) em depósitos judiciais	28	(7.294)
Aumento (redução) em fornecedores	(19.968)	5.367
Aumento (redução) em obrigações com arrendamento	(840)	(12.767)
Aumento (redução) em impostos a pagar	4.702	(2.817)
Aumento (redução) em contas a pagar	(3.941)	(5.943)
Aumento (redução) em adiantamentos de clientes	1.943	(1.038)
Aumento (redução) em adiantamentos	171	(804)
Instrumentos Financeiros	(4937)	25.996
Caixa (aplicado nas) gerado nas operações	**(2.003)**	**33.718**
Juros pagos	(5.171)	(7.986)
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	**(7.174)**	**25.732**
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(3.600)	(5.995)
Alienação de ativo imobilizado	40.965	–
Caixa líquido (aplicado nas) gerado nas atividades de financiamento	**37.365**	**(5.995)**
Empréstimos tomados – parte relacionadas	62.782	
Empréstimos tomados de terceiros	80.403	18.387
Pagamento de empréstimos – parte relacionadas	(50.671)	
Pagamento de empréstimos de terceiros	(142.386)	(60.503)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades de financiamentos	**(49.872)**	**(42.116)**
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	**(19.680)**	**(22.378)**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	87.912	110.290
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	68.231	87.912
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	**(19.680)**	**(22.378)**
Transações que não afetam o caixa		
Provisão de benefícios pós emprego	505	(2.363)

Administração da Companhia

Gwenael Sylvain Gilbert - Diretor Presidente | **Frederico Alexander Fischer** - Diretor Financeiro | **Fernando Nicoletti Pinto** - Diretor Industrial | **Marcos Vieira dos Santos** - Contador – CRC SP 306.786/O-2

Cetenco Engenharia S.A.

CNPJ/MF nº 61.550.497/0001-06

Relatório da Administração

Prezados senhores, em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Este ano marcou um período de desafios superados e conquistas significativas, impulsionadas por um promissor ambiente econômico ainda em transformação. É inegável que os impactos da retração econômica sobre o segmento de infraestrutura e construção civil pesada no Brasil desencadearam um processo de reorganização no setor. Mas apesar de todas as adversidades enfrentadas, a empresa demonstrou resiliência, perseverança e adaptabilidade.O ano de 2023 foi caracterizado por uma recuperação sólida e uma perspectiva otimista para o futuro. Dando continuidade à estratégia de gestão eficiente e redução dos custos, a companhia encerrou o período com receita líquida de R$ 197,5 milhões, um aumento de 17% em relação ao ano anterior, e lucro operacional bruto de R$ 37 milhões (19% de margem operacional). Importante destacar também que o aumento das despesas gerais e administrativas foram proporcionalmente inferiores ao crescimento da receita liquida e do lucro operacional. Este ano evidenciou nossos esforços para aprimoramento da eficiência operacional, assim como os primeiros frutos dos investimentos em inovação e automação na gestão dos projetos. Continuaremos a investir em nosso pessoal, em nossos recursos e em nossa capacidade de entrega. Estamos comprometidos em manter essa trajetória de crescimento sustentável e em criar valor para todos os nossos acionistas e demais stakeholders.

A Diretoria

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021 *(Em Reais)*

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021 Reapresentado	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021 Reapresentado
Ativo							
Circulante							
Caixa e Equivalentes de Caixa	(3)	32.556.738	52.391.646	7.011.740	34.229.316	54.504.700	7.135.409
Contas a Receber	(4)	48.154.472	15.060.559	19.023.179	50.156.594	16.301.151	20.298.854
Outros Ativos Circulantes		77.093.186	53.135.405	188.545.244	71.716.317	48.929.056	186.015.430
		157.804.396	**120.587.610**	**214.580.163**	**156.102.227**	**119.734.907**	**213.449.693**
Não Circulante							
Empréstimos a Associadas	(5)	4.577.343	3.462.125	2.659.434	4.577.343	3.462.125	2.659.434
Contas a Receber		324.376.815	324.422.653	324.506.928	324.376.814	325.216.800	326.057.792
Depósitos Judiciais		2.192.857	2.283.339	2.266.448	2.192.857	2.283.339	2.266.448
Imobilizado	(7)	3.859.644	5.145.279	6.829.594	6.687.276	7.839.708	9.427.832
Intangível		383.426.668	383.518.602	383.611.790	383.426.668	383.518.602	383.611.790
Investimentos	(6.1)	16.900.000	518.776	2.608.058	17.099.143	199.143	108.094
		735.333.327	**719.350.774**	**722.482.252**	**738.360.101**	**722.519.717**	**724.131.390**
Total do Ativo		**893.137.723**	**839.938.384**	**937.062.415**	**894.462.328**	**842.254.624**	**937.581.083**

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021 Reapresentado	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021 Reapresentado
Passivo							
Circulante							
Empréstimos e Financiamentos	(8)	14.590.608	14.251.750	111.827.742	14.590.608	14.251.750	111.827.742
Fornecedores		47.929.223	39.611.424	44.708.566	52.733.292	43.686.434	49.161.839
Impostos, Taxas e Contribuições		12.934.878	8.751.435	8.844.023	13.000.425	9.296.958	8.928.526
Salários e Encargos a Recolher		12.876.744	7.397.521	5.803.331	13.088.124	7.496.159	7.649.783
IRPJ e CSLL		358.101	358.101	358.101	358.101	358.101	358.101
Provisão de Férias e Encargos		3.585.507	4.965.777	6.596.349	3.620.272	7.698.054	9.166.211
		92.275.061	**75.336.008**	**178.138.112**	**97.390.822**	**82.787.456**	**187.092.202**
Não Circulante							
Parcelamentos		12.444.298	11.511.646	5.450.948	12.682.870	11.570.522	5.568.909
Contas a pagar		807.997	25.163.819	20.011.891	807.997	25.163.819	20.011.891
Aluguéis a Pagar		1.539.521	789.296	204.473	1.539.521	789.296	204.473
Empréstimos e Financiamentos	(8)	70.505.785	50.601.513	1.305.939	70.505.785	50.601.513	1.305.939
Empréstimos a Associadas		–	–	–	12.064.740	7.964.740	8.214.740
IRPJ e CSLL Diferidos	(9)	40.814.567	40.814.567	56.311.442	40.814.567	40.814.567	56.311.442
Provisão p/ Perda Investimentos	(6)	4.392.099	3.288.546	4.191.139	–	–	–
Provisões para Demandas Judiciais	(11)	10.564.878	9.834.363	8.910.465	10.564.878	9.834.363	8.910.465
		141.069.145	**142.003.750**	**96.386.297**	**148.980.358**	**146.738.820**	**100.527.859**
Patrimônio Líquido							
Capital Realizado	(10)	182.116.405	155.035.599	155.035.599	182.116.405	155.035.599	155.035.599
Ajuste de Avaliação Patrimonial		383.397.312	383.397.312	383.397.312	383.397.312	383.397.312	383.397.312
Reserva de Capital		105.463.186	105.463.186	105.463.186	105.463.186	105.463.186	105.463.186
Reserva Legal		30.400.000	30.400.000	30.400.000	30.400.000	30.400.000	30.400.000
Reserva de Lucros		96.840.504	96.840.504	52.196.631	96.840.504	96.840.504	52.196.631
Reserva de Lucros a Realizar		74.708.270	74.708.270	119.352.143	74.708.270	74.708.270	119.352.143
Prejuízos Acumulados		(213.132.160)	(223.246.245)	(183.306.865)	(213.132.160)	(223.246.245)	(183.306.865)
		659.793.517	**622.598.626**	**662.538.006**	**659.793.517**	**622.598.626**	**662.538.006**
Participação dos Não Controladores		**–**	**–**	**–**	**(11.702.369)**	**(9.870.278)**	**(12.576.984)**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**893.137.723**	**839.938.384**	**937.062.415**	**894.462.328**	**842.254.624**	**937.581.083**

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021 *(Em Reais)*

	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022 Reapresentado	Controladora 31/12/2021 Reapresentado	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022 Reapresentado	Consolidado 31/12/2021 Reapresentado
Receita Operacional Líquida	(12)	197.551.540	169.250.298	161.062.933	197.551.540	169.250.298	161.062.933
Custo Operacional		(160.551.446)	(162.042.583)	(137.784.944)	(160.551.446)	(162.042.583)	(137.784.944)
Lucro Bruto		**37.000.094**	**7.207.715**	**23.277.989**	**37.000.094**	**7.207.715**	**23.277.989**
Receitas (Despesas) Operacionais							
Despesas com Pessoal		(9.315.538)	(8.326.599)	(7.626.124)	(9.639.586)	(8.621.258)	(7.888.985)
Despesas Administrativas		(3.233.511)	(2.853.163)	(2.050.638)	(5.586.693)	(5.104.244)	(4.055.156)
Servs. Terceiros P. Jurídica		(9.843.657)	(47.878.434)	(17.521.608)	(10.494.534)	(49.183.460)	(18.470.333)
Impostos e Taxas		(1.302.662)	(5.924.489)	(694.832)	(1.376.722)	(5.993.659)	(969.797)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		18.810.725	(44.934.079)	(12.828.557)	17.978.712	(47.493.454)	(11.911.503)
Depreciação e Amortização		(141.286)	(2.027.394)	(2.043.840)	(142.365)	(2.028.346)	(2.044.990)
Resultado de Equivalência Patrimonial		(1.622.329)	(1.186.691)	(743.653)	–	–	–
		(6.648.258)	**(113.130.849)**	**(43.509.252)**	**(9.261.188)**	**(118.424.421)**	**(45.340.764)**
Resultado Financeiro		(20.237.751)	50.486.879	(20.771.410)	(20.260.213)	49.879.399	(20.582.803)
Lucro/(Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		**10.114.085**	**(55.436.255)**	**(41.002.673)**	**7.478.693**	**(61.337.307)**	**(42.645.578)**
CSLL/IRPJ Diferido	(9.1)	–	15.496.875	5.011.721	–	15.496.875	5.011.721
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Exercício		**10.114.085**	**(39.939.380)**	**(35.990.952)**	**7.478.693**	**(45.840.432)**	**(37.633.857)**
Lucro/(Prejuízo) por Ação		**10,75**	**(49,88)**	**(44,95)**	**9,34**	**(57,25)**	**(47,00)**

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em Reais)*

	Capital Realizado	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Lucros a Realizar	Reserva de Lucros	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2020	**155.035.599**	**383.397.312**	**105.463.186**	**30.400.000**	**133.491.180**	**75.407.281**	**(89.130.954)**	**794.063.604**
Realização parcial de Lucros	–	–	–	–	(14.139.037)	14.139.037	–	
Resultado de Exercício Anteriores	–	–	–	–	–	–	(58.184.959)	(58.184.959)
Resultado do Exercício	–	–	–	–	–	–	(35.990.952)	(35.990.952)
Distribuição de Dividendos	–	–	–	–	–	(37.349.687)	–	(37.349.687)
Saldos em 31/12/2021	**155.035.599**	**383.397.312**	**105.463.186**	**30.400.000**	**119.352.143**	**52.196.631**	**(183.306.865)**	**662.538.006**
Realização parcial de Lucros	–	–	–	–	(44.643.873)	44.643.873	–	–
Resultado do Exercício	–	–	–	–	–	–	(39.939.380)	(39.939.380)
Saldos em 31/12/2022	**155.035.599**	**383.397.312**	**105.463.186**	**30.400.000**	**74.708.270**	**96.840.504**	**(223.246.245)**	**622.598.626**
Aumento de Capital	27.080.806	–	–			–	–	27.080.806
Resultado do Exercício	–	–	–			–	10.114.085	10.114.085
Saldos em 31/12/2023	**182.116.405**	**383.397.312**	**105.463.186**	**30.400.000**	**74.708.270**	**96.840.504**	**(213.132.160)**	**659.793.517**

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em Reais)*

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022 Reapresentado	Controladora 31/12/2021 Reapresentado	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022 Reapresentado	Consolidado 31/12/2021 Reapresentado
Fluxos de Caixa Originados de:	**Atividades Operacionais**					
Lucro/Prejuízo Líquido antes do Imposto de Renda e Contrib.Social	**10.114.085**	**(39.939.380)**	**(35.990.952)**	**7.478.693**	**(45.840.432)**	**(37.633.857)**
Ajustes de Reconciliação						
Depreciação e Amortização	1.635.396	2.321.965	2.043.841	1.636.477	2.322.918	2.044.990
Valor Residual na Baixa de Ativo Imobilizado	758.269	188.277	274.570	758.269	330.924	274.570
Aumento em investimentos	(16.900.000)	–	–	(16.022.573)	–	–
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.622.329	1.186.691	743.653	–	–	–
Redução(Aumento) nas Contas a Receber	(56.915.373)	139.439.843	49.640.089	(54.986.314)	141.949.271	50.200.191
Aumento(Redução) nos Fornecedores	(15.287.798)	639.608	5.768.459	(15.284.663)	261.346	5.826.040
Reversão parcial IRPJ/CSLL diferidos	–	(15.496.875)	(5.011.720)	–	(15.496.875)	(5.011.720)
Aumento (Redução) dos Salários a Pagar	5.479.225	1.594.190	1.592.471	5.591.965	(153.623)	2.136.868
Aumento (Redução) de Outros Impostos a Recolher	4.183.443	(92.588)	2.990.270	3.703.467	368.432	2.991.883
(Redução)Aumento parcelamento L.Prazo	932.652	6.060.698	3.047.164	1.112.347	6.060.698	2.988.344
Aumento(Redução) nas Contas a Pagar e Provisões	(649.755)	(706.674)	3.517.793	(3.347.266)	(544.260)	3.806.465
(=) Caixa Líquido Aplic. nas Atividades Operacionais	**(65.027.527)**	**95.195.755**	**28.615.638**	**(69.359.598)**	**89.258.399**	**27.623.774**
Fluxo de Caixa Originados de:	**Atividades de Financiamentos**					
Empréstimos Pagos/Efetuados	(31.756.361)	(127.521.482)	(63.712.543)	(27.730.484)	(119.354.949)	(63.462.566)
Empréstimos e Financiamentos Tomados/Recebidos	35.301.865	53.532.286	56.975.169	35.301.865	53.532.286	56.975.169
Encargos sobre financiamento Tomados/Recebidos	15.582.409	24.906.087	13.273.356	15.582.409	24.906.087	13.273.356
(=) Caixa Líq. Usado nas Atividades de Financiamento	**19.127.913**	**(49.083.109)**	**6.535.982**	**23.153.789**	**(40.916.576)**	**6.785.959**
Fluxo de Caixa Originados de:	**Atividades de Investimentos**					
Aquisições de Ativo Imobilizado	(1.016.100)	(732.740)	(899.770)	(1.150.381)	(972.532)	(1.214.132)
Recebimento por Venda Ativo Imobilizado	–	–	–	–	–	1.000.025
Aumento de Capital Social	27.080.806	–	–	27.080.806	–	–
Distribuição de Dividendos	–	–	(37.349.710)	–	–	(37.349.710)
(=) Caixa Líq. Usado nas Atividades de Investimento	**26.064.706**	**(732.740)**	**(38.249.480)**	**25.930.425**	**(972.532)**	**(37.563.817)**
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	**(19.834.908)**	**45.379.906**	**(3.097.860)**	**(20.275.384)**	**47.369.291**	**(3.154.084)**
Caixa e Equivalentes de Caixa (Início do Exercício)	52.391.646	7.011.740	10.109.600	54.504.700	7.135.409	10.289.493
Caixa e Equivalentes de Caixa (Final do Exercício)	32.556.738	52.391.646	7.011.740	34.229.316	54.504.700	7.135.409
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	**(19.834.908)**	**45.379.906**	**(3.097.860)**	**(20.275.384)**	**47.369.291**	**(3.154.084)**

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e 2021 *(Em Reais)*

1. Contexto Operacional – A Cetenco Engenharia S.A. ("Companhia" ou "CETENCO"), é uma Sociedade Anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede na Rua Maria Paula, 36, 8º andar, São Paulo, capital. Sua acionista controladora é a Construtora Centenário S.A. Empreendimentos e Participações, CNPJ/MF: 43.382.027/0001-07. A Companhia tem por objetivo a exploração da atividade, no país ou no exterior, de serviços de engenharia e de construção civil pesada, de obras para produção, utilização e distribuição de energia elétrica, bem como de obras hidráulicas, eletromecânicas e viárias, por empreitada ou administração; construção, incorporação, administração, compra e venda de imóveis, aluguéis em geral, podendo inclusive, sempre que do interesse social, constituir e participar em consórcio de empresas e participar como sócia ou acionista de outras Companhias. Ao longo de sua existência, a Cetenco destacou-se pelo emprego de modernas e avançadas técnicas de construção, visando à constante preocupação com a responsabilidade social e respeito ao meio ambiente, atuando com ênfase em saneamento, barragens, eclusas e usinas hidroelétricas, mobilidade urbana, metrôs, rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, energia, edificações industriais e comerciais de alto padrão. Tudo isso comprovado pelos robustos atestados que comprovam sua capacidade técnica e operacional para a execução das mais complexas obras e projetos de infraestrutura e construção civil pesada. A Companhia atualmente participa do desenvolvimento de obras e projetos de infraestrutura em conjunto com outros parceiros de negócios, mediante a formação de consórcios. **2. Base de Elaboração e Práticas Contábeis adotadas na Apresentação das Demonstrações Financeiras –** As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade dos negócios e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas evidenciam todas as informações relevantes próprias e somente elas, as quais são consistentes com as utilizadas pela administração e pela diretoria na sua gestão. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em Reais, sendo sua moeda funcional o real (R$), com base no custo histórico, exceto pela avaliação de certos ativos e passivos, que estão mensurados pelo valor justo. As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando-se diversas bases de avaliação para se determinar as estimativas contábeis, incluindo fatores objetivos e subjetivos com base no julgamento por parte da Administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para riscos e discussões judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria da Companhia em 02 de abril de 2024. Participação em Consórcios: A Companhia participa do desenvolvimento de obras e projetos em conjunto com outros parceiros de negócio através da formação de Consórcios. O objeto e o prazo de duração dos consórcios são determinados e coincidem com o término de todas as obrigações assumidas. Os ativos, passivos e resultados decorrentes da participação em consórcios são reconhecidos linha a linha, respeitando os percentuais de participação da Companhia e, quando aplicável, as devidas eliminações *intercompany*. As práticas contábeis dos consórcios estão em conformidade com as adotadas pela Companhia. **2.1. Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras consideradas de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa. **2.2. Contas a Receber (Circulante)** São relacionados a contratos de longo prazo com entidades estatais. Os resultados são reconhecidos à medida em que os serviços vão sendo executados e o direito ao recebimento se torna líquido e certo. **2.3. Outros Ativos Circulantes:** Referem-se, basicamente, a todos os demais créditos que a sociedade possui junto as obras, tais como aportes de recursos, adiantamentos a terceiros, estoque, inventário, despesas antecipadas, impostos a recuperar, dentre outros. **2.4. Contas a Receber (Não Circulante)** Referem-se a ações judiciais e direitos creditórios de empresas públicas estatais, em que a companhia já obteve decisão favorável, não restando qualquer dúvida quanto ao seu direito ou ao seu recebimento. **2.5. Imobilizado:** É demonstrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **2.6. Intangíveis:** Refere-se ao registro contábil da Marca Cetenco Engenharia. Tal avaliação foi realizada por empresa especializada e encontra-se devidamente fundamentada por laudo de avaliação de Marca, conforme o pronunciamento contábil CPC 04 – Ativo Intangível. **2.7. Provisões:** A Companhia adota as melhores práticas no reconhecimento de provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas periodicamente para levar em conta alterações nas circunstâncias. A Administração da Companhia não vem procedendo à constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre créditos contra poderes públicos por entender que estes não são sujeitos à falência (artigo 2º da Lei nº 11.101, de 09/02/2005). **2.8. Ajustes a Valor Presente de Ativos e Passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. **2.9. Reconhecimento de receita:** A receita do contrato compreende o valor inicial contratado, acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, reclamações e pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato. Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados. Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida até o limite dos custos reconhecidos na condição de que os custos incorridos possam ser recuperados. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado. **2.10. Demonstrações dos Fluxos de Caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. **3. Caixa e Equivalentes de Caixa –** Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível, saldos de caixa e em poder de bancos. Caixa e equivalentes de caixa incluídos na demonstração dos fluxos de caixa compreendem:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Caixa e saldos em bancos	3.580.834	6.821.540	3.853.913	6.843.437
Aplicações Financeiras	28.975.904	45.570.106	30.375.403	47.661.263
Caixa e equivalentes de caixa	**32.556.738**	**52.391.646**	**34.229.316**	**54.504.700**

4. Contas a receber de Clientes

Circulante	2023	2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Contas a Receber	48.154.472	15.060.559	50.156.594	16.301.151
	48.154.472	**15.060.559**	**50.156.594**	**16.301.151**

Os valores a receber são decorrentes dos contratos de construção com entidades estatais.

5. Transações com Partes Relacionadas

Empréstimos a Associadas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Planoar Participações Ltda.	159.299	135.278	159.299	135.278
Porto São Bento	347.172	–	347.172	–
Construtora Centenário S.A.	4.070.872	3.326.847	4.070.872	3.326.847
Total Geral	**4.577.343**	**3.462.125**	**4.577.343**	**3.462.125**

Os saldos entre pessoas jurídicas vinculadas referem-se às operações de fornecimento de bens e serviços e a contratos de mútuo sem incidência de encargos financeiros. **6. Investimentos –** Os investimentos da Companhia são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Coligada/Controlada	% de Participação 2023	% de Participação 2022	Patrimônio Líquido 2023	Patrimônio Líquido 2022	Investimentos 2023	Investimentos 2022	Resultado das Participações 2023	Resultado das Participações 2022
UNICON-União de Construtoras Ltda	24,99%	24,99%	(15.600.284)	(13.159.450)	(3.898.511)	(3.288.546)	(609.965)	902.592
CENTENOR Empreend. S.A.	99,88%	99,88%	(494.182)	519.400	(493.588)	518.776	(1.012.364)	(2.089.283)
			(16.094.466)	**(12.640.050)**	**(4.392.099)**	**(2.769.770)**	**(1.622.329)**	**(1.186.691)**

6.1. Propriedades para Investimentos: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração da Companhia, tendo como base trabalhos de revisão e análise das matrículas das suas propriedades, assim como nas perspectivas de expansão das suas atividades no curto e médio prazos, classificou parte de seus imóveis como "Propriedades para Investimento", mantendo-as com o objetivo de obter renda com aluguéis e valorização de capital. Para fins de apuração do seu valor justo, a Companhia contratou avaliador independente que através da aplicação de metodologias específicas e evidências no mercado relacionadas a preços de transações efetuadas com propriedades similares, avaliou essas propriedades ao valor justo, reduzido de eventuais custos de transação, no montante de R$ 16.900.000,00 (dezesseis milhões e novecentos mil reais).

7. Imobilizado – É representado por:

Controladora

	Imóveis	Máquinas e Equiptos – Construção	Ferramentas Aparelhos e Apetrechos	Veiculos	Móveis e Utensilios	Instalações Móveis
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**44.498**	**3.956.837**	**80.437**	**259.424**	**71.267**	**118.850**
Custo total	68.951	32.522.805	287.369	8.528.144	538.458	193.001
Depreciação acumulada	(24.453)	(28.565.968)	(206.932)	(8.268.720)	(467.191)	(74.151)
Valor Residual	**44.498**	**3.956.837**	**80.437**	**259.424**	**71.267**	**118.850**
Aquisição	–	35.495	8.479	44.150	7.190	2.275
Baixa Custo	–	(57.883)	(1.730)	(669.567)	(16.363)	–
Baixa Depreciação	–	57.883	1.730	669.567	6.809	–
Depreciação	–	(1.676.770)	(12.483)	(164.510)	(24.558)	(13.135)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**44.498**	**2.315.562**	**76.433**	**139.064**	**44.345**	**107.990**
Custo total	68.951	32.500.417	294.118	7.902.727	529.285	195.276
Depreciação acumulada	(24.453)	(30.184.855)	(217.685)	(7.763.663)	(484.940)	(87.286)
Valor Residual	**44.498**	**2.315.562**	**76.433**	**139.064**	**44.345**	**107.990**
Aquisição	–	252.860	90.971	–	81.335	378.973
Baixa Custo	(300)	(2.069.988)	–	–	(3.851)	–
Transferência	–	(25.920)	19.633	–	–	6.287
Baixa Depreciação	–	2.018.426	–	–	3.584	–
Depreciação	–	(1.136.895)	(15.772)	(71.279)	(22.763)	(41.399)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**44.198**	**1.354.045**	**171.265**	**67.785**	**102.650**	**451.851**
Custo total	68.651	30.657.369	404.722	7.902.727	606.769	580.536
Depreciação acumulada	(24.453)	(29.303.324)	(233.457)	(7.834.942)	(504.119)	(128.685)
Valor Residual	**44.198**	**1.354.045**	**171.265**	**67.785**	**102.650**	**451.851**

	Máquinas e Equiptos de Escritório	Máquinas e Equiptos de Informática	Aparelhos Instal. de Comunicações	Aparelhos de Engenharia	Benfeitorias Propriedades Terceiros	Imobilizado dos Consórcios	Total do Imobilizado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**20.686**	**100.413**	**3.350**	**–**	**35.018**	**2.138.814**	**6.829.594**
Custo total	108.704	1.247.238	148.380	175.311	127.758	4.540.803	48.486.922
Depreciação acumulada	(88.018)	(1.146.825)	(145.030)	(175.311)	(92.740)	(2.401.989)	(41.657.328)
Valor Residual	**20.686**	**100.413**	**3.350**	**–**	**35.018**	**2.138.814**	**6.829.594**
Aquisição	–	1.393	–	–	–	647.220	746.202
Baixa Custo	–	–	–	–	–	(1.596.506)	(2.342.049)
Baixa Depreciação	–	18	–	–	–	1.404.296	2.140.303
Depreciação	(6.860)	(31.931)	(644)	–	(4.160)	(293.720)	(2.228.771)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**13.826**	**69.893**	**2.706**	**–**	**30.858**	**2.300.104**	**5.145.279**
Custo total	108.704	1.248.631	148.380	175.311	127.758	3.591.517	46.891.075
Depreciação acumulada	(94.878)	(1.178.738)	(145.674)	(175.311)	(96.900)	(1.291.413)	(41.745.796)
Valor Residual	**13.826**	**69.893**	**2.706**	**–**	**30.858**	**2.300.104**	**5.145.279**
Aquisição	18.091	42.900	31.004	–	–	92.756	988.890
Baixa Custo	–	(334)	(1.244)	–	–	(928.349)	(3.004.066)
Transferência	1.286	(1.286)	–	–	–	–	–
Baixa Depreciação	–	–	–	–	–	252.663	2.274.673
Depreciação	(6.120)	(29.234)	(2.317)	–	(4.160)	(215.193)	(1.545.132)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**27.083**	**81.939**	**30.149**	**–**	**26.698**	**1.501.981**	**3.859.644**
Custo total	128.081	1.289.911	178.140	175.311	127.758	2.755.924	44.875.899
Depreciação acumulada	(100.998)	(1.207.972)	(147.991)	(175.311)	(101.060)	(1.253.943)	(41.016.255)
Valor Residual	**27.083**	**81.939**	**30.149**	**–**	**26.698**	**1.501.981**	**3.859.644**

continua …

... continuação

Cetenco Engenharia S.A.

Consolidado

	Imóveis	Máquinas e Equiptos – Construção	Ferramentas Aparelhos e Apetrechos	Veiculos	Móveis e Utensilios	Instalações Móveis	Máquinas e Equiptos de Escritório	Máquinas e Equiptos de Informática	Aparelhos Instal. de Comunicações	Aparelhos de Engenharia	Benfeitorias Propriedades Terceiros	Imobilizado dos Consórcios	Imobilizado em Andamento	Total do Imobilizado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**1.185.878**	**5.104.430**	**80.437**	**261.658**	**95.215**	**118.850**	**20.685**	**104.276**	**3.350**	**–**	**35.018**	**2.138.814**	**279.221**	**9.427.832**
Custo total	26.376.004	46.243.747	287.369	8.706.061	792.716	193.001	108.704	1.252.530	148.380	146.331	127.758	4.540.803	279.221	89.202.625
Depreciação acumulada	(25.190.126)	(41.139.317)	(206.932)	(8.444.403)	(697.501)	(74.151)	(88.019)	(1.148.254)	(145.030)	(146.331)	(92.740)	(2.401.989)	–	(79.774.793)
Valor Residual	**1.185.878**	**5.104.430**	**80.437**	**261.658**	**95.215**	**118.850**	**20.685**	**104.276**	**3.350**	**–**	**35.018**	**2.138.814**	**279.221**	**9.427.832**
Aquisição	–	35.495	8.479	44.150	7.190	2.275	–	1.393	–	–	–	647.220	239.790	985.992
Transferência	63.840	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(63.840)	–
Baixa Custo	–	(1.197.510)	(1.730)	(669.567)	(16.363)	–	–	–	–	–	–	(1.596.506)	–	(3.481.676)
Baixa Depreciação	–	1.054.863	1.730	669.567	6.809	–	–	18	–	–	–	1.404.296	–	3.137.283
Depreciação	–	(1.676.770)	(12.483)	(164.510)	(24.558)	(13.135)	(6.860)	(32.884)	(644)	–	(4.160)	(293.719)	–	(2.229.723)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.249.718**	**3.320.508**	**76.433**	**141.298**	**68.293**	**107.990**	**13.825**	**72.803**	**2.706**	**–**	**30.858**	**2.300.105**	**455.171**	**7.839.708**
Custo total	26.439.844	45.081.732	294.118	8.080.644	783.543	195.276	108.704	1.253.923	148.380	146.331	127.758	3.591.517	455.171	86.706.941
Depreciação acumulada	(25.190.126)	(41.761.224)	(217.685)	(7.939.346)	(715.250)	(87.286)	(94.879)	(1.181.120)	(145.674)	(146.331)	(96.900)	(1.291.412)	–	(78.867.233)
Valor Residual	**1.249.718**	**3.320.508**	**76.433**	**141.298**	**68.293**	**107.990**	**13.825**	**72.803**	**2.706**	**–**	**30.858**	**2.300.105**	**455.171**	**7.839.708**
Aquisição	–	256.359	90.971	–	81.335	378.973	18.091	43.839	31.004	–	–	92.756	129.843	1.123.171
Transferência	350.283	(25.920)	19.633	–	–	6.287	1.286	(1.286)	–	–	–	–	(350.283)	–
Baixa Custo	(300)	(2.069.988)	–	–	(3.851)	–	–	(334)	(1.244)	–	–	(928.349)	–	(3.004.066)
Baixa Depreciação	–	2.159.795	–	–	3.584	–	–	–	–	–	–	252.663	–	2.416.042
Depreciação	–	(1.278.264)	(15.772)	(71.279)	(22.763)	(41.399)	(6.120)	(30.312)	(2.317)	–	(4.160)	(215.193)	–	(1.687.579)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.599.701**	**2.362.490**	**171.265**	**70.019**	**126.598**	**451.851**	**27.082**	**84.710**	**30.149**	**–**	**26.698**	**1.501.982**	**234.731**	**6.687.276**
Custo total	26.789.827	43.242.183	404.722	8.080.644	861.027	580.536	128.081	1.296.142	178.140	146.331	127.758	2.755.924	234.731	84.826.046
Depreciação acumulada	(25.190.126)	(40.879.693)	(233.457)	(8.010.625)	(734.429)	(128.685)	(100.999)	(1.211.432)	(147.991)	(146.331)	(101.060)	(1.253.942)	–	(78.138.770)
Valor Residual	**1.599.701**	**2.362.490**	**171.265**	**70.019**	**126.598**	**451.851**	**27.082**	**85.996**	**30.149**	**–**	**26.698**	**1.501.982**	**234.731**	**6.687.276**

8. Empréstimos e Financiamentos – São representados por:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
	Circulante	Circulante	Circulante	Circulante
Capital de Giro	14.147.572	13.282.411	14.147.572	13.282.411
Crédito Direto Consumidor – CDC (a)	443.036	969.339	443.036	969.339
	14.590.608	**14.251.750**	**14.590.608**	**14.251.750**
	Não Circulante	Não Circulante	Não Circulante	Não Circulante
Capital de Giro	70.505.785	50.183.985	70.505.785	50.183.985
Crédito Direto Consumidor – CDC (a)	–	417.528	–	417.528
	70.505.785	**50.601.513**	**70.505.785**	**50.601.513**

a) Referem-se a veículos adquiridos por meio de crédito direto ao consumidor

9. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos – Refere-se ao valor das provisões de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido sobre a totalidade das receitas diferidas. **9.1. IRPJ/CSLL diferidos:** Refere-se a reversão parcial da provisão do IRPJ e da CSLL diferidos, devido à realização parcial da receita que os deram origem. **10. Patrimônio Líquido –** Capital Social: Em 31 de dezembro de 2023, a AGE aprovou o aumento de capital social da Companhia em R$ 27.080.806 através da conversão do saldo de créditos detidos pela sua controladora Construtora Centenário S.A. Empreendimentos e Participações, passando para R$ 182.116.405, mediante a emissão de 139.873 novas ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, em tudo idênticas àquelas já existentes, ao preço de emissão de R$ 193,61 por ação, levando em consideração o valor patrimonial dessas ações, as quais foram totalmente subscritas e integralizadas pelo acionista. O Capital Social, totalmente nacional e integralizado, é representado por 940.623 ações sem valor nominal, sendo 731.750 ações ordinárias e 208.873 ações preferenciais. Reserva de Lucros a Realizar: Evidencia a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente. **11. Provisão para Demandas Judiciais –** A Companhia possui provisões para contingências de natureza cível e trabalhista que, com base na opinião de seus assessores jurídicos, mantém provisionado o montante de R$ 10.564.878, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Processos Trabalhistas	7.080.226	6.349.711	7.080.226	6.349.711
Processos Cíveis	3.484.652	3.484.652	3.484.652	3.484.652
	10.564.878	**9.834.363**	**10.564.878**	**9.834.363**

12.Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita de Prestação de Serviços	174.329.642	131.820.775	174.329.642	131.820.775
Ajuste IN SRF 21/79	39.622.461	47.051.843	39.622.461	47.051.843
	213.952.103	**178.872.618**	**213.952.103**	**178.872.618**
Impostos Incidentes	(16.400.563)	(9.622.320)	(16.400.563)	(9.622.320)
Total Receita Líquida	**197.551.540**	**169.250.298**	**197.551.540**	**169.250.298**

Mudanças no Critério de Reconhecimento de Receita com Efeito Retroativo: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração da Companhia passou a adotar como nova prática contábil a apuração de sua receita operacional pelo método do Percentual de Obra Concluída – POC, conforme item 26 do CPC 17, em substituição ao método anterior que era por Medição de Avanço Físico. De acordo com o CPC 23, Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de erro, requer a reapresentação dos valores correspondentes aos exercícios afetados. A administração da Companhia entende que o novo método de apuração das receitas operacionais, amplamente utilizado pelo mercado de construção civil, possibilita uma melhor relação entre receita e custo, mantem maior previsibilidade e estabilidade no acompanhamento de seu resultado operacional e promove comparabilidade com o desempenho dos nossos principais parceiros e concorrentes. Considerando que a mudança de política contábil é retroativa, a apuração da receita operacional foi devidamente apurada e reconhecida em seus exercícios, com os seus respectivos efeitos conforme abaixo:

Exercício	**Ajustes**
até 2020	(58.184.959)
2021	15.817.755
2022	47.051.843
Total	**4.684.639**

Devido a mudança no método de apuração da receita operacional e o consequente reconhecimento dos valores destas receitas nos dois exercícios anteriores, o impacto nas demonstrações financeiras foi de R$ 4.684.639, no exercício de 2022, registrados no Patrimônio Líquido como ajustes de exercícios anteriores da seguinte forma:

Exercícios	**POC**	**Medição**	**Diferença**
Até 2020	330.304.099	388.489.058	(58.184.959)
2021	71.407.597	55.589.842	15.817.755
2022	124.060.996	77.009.153	47.051.843
Total	**525.772.692**	**521.088.053**	**4.684.639**

13. Seguros – A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía diversas coberturas de seguro cobrindo diversos riscos, dentre eles riscos de *property* (incêndio), riscos de engenharia e responsabilidade civil e trabalhistas. O seguro contra riscos de engenharia visa cobrir danos materiais à própria obra e o seguro de responsabilidade civil visa cobrir danos que o processo de execução das obras ocasione involuntariamente a terceiros. As premissas de riscos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes. **14. Gestão de Risco Financeiro –** As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos, definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites estabelecidos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas operações. As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros, tais como: risco de liquidez, risco de crédito e exposição a risco de varação da taxa de juros. A gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro. A gestão de risco é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os negócios do Grupo. Gerenciamento do risco: A Companhia está permanentemente exposta aos seguintes riscos financeiros: (i) a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para honrar suas obrigações e atender suas necessidades operacionais; (ii) aos riscos de variações das taxas de juros e preços de mercado; e (iii) aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e no contas a receber. A gestão de riscos de liquidez, de taxas de mercado e de crédito se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo, de monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e realizados, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos e proteger a rentabilidade dos contratos e o patrimônio. Gestão do capital social: O objetivo da gestão do capital social da Companhia é assegurar que se mantenha uma classificação de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajuste e adequação às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamento de dividendos, retorno de capital aos quotistas, captação de novos empréstimos, emitir debêntures, entre outros.

Conselho de Administração

José Luís da Cruz – Contador CRC 1SP 171.690/O-7-SP

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Cetenco Engenharia S.A. – São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Cetenco Engenharia S.A., identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cetenco Engenharia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e ajustes de saldos iniciais em 1º de janeiro de 2022, (coluna de 31.12.2021) apresentadas para fins de comparação com as do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 sob a denominação de "reapresentado", foram auditadas por nós, com emissão do relatório sem modificação datado de 20 de março de 2023. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 12, as demonstrações contábeis da Empresa em 31 de dezembro de 2022 e anteriores estão sendo reapresentadas em conformidade ao disposto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Revisamos e concordamos com os ajustes apurados e incorporados as demonstrações ora reapresentadas. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas; • avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manterem em continuidade operacional; • avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 2 de abril de 2024

Binah SP Auditores Independentes
CRC 2SP 009.597/O-8
Isidério Deusdado Fernandes
CRC CT 1SP 165.075/O-2

Dólar sobe para R$ 5,09, com mercado de olho em contas públicas e exterior

Apesar da perda de fôlego da moeda americana no exterior, o dólar não encontrou espaço para recuar no mercado brasileiro de câmbio. Após máxima a R$ 5,0916, a moeda encerrou em alta de 0,24%, cotada a R$ 5,0906 – maior valor de fechamento desde 9 de outubro (R$ 5,13). Questões técnicas e aumento da percepção de risco fiscal teriam jogado contra o real, segundo operadores.

Enquanto isso, no mercado de ações, o dia foi de baixa novamente. Desconectado do sinal que prevaleceu em Nova York para S&P 500 (+0,74%) e Nasdaq (+1,68%, em nível recorde de fechamento), o Ibovespa cedeu 0,51%, aos 127.396,35 pontos, em dia de variações contidas para as ações e os setores de maior peso na B3.

Ontem, o dólar até ensaiou mais uma rodada de ganhos em relação a divisas emergentes, ainda sob o impacto da alta da inflação ao consumidor nos EUA, divulgada ontem, e de declarações cautelosas nesta quinta de dirigentes do Federal Reserve, o banco central dos EUA. Isso apesar de a inflação ao produtor nos EUA em março ter vindo abaixo do esperado, sugerindo menores pressões à frente.

Pela tarde, a moeda norte-americana perdeu força globalmente, em meio ao alívio na curva de juros americana, com taxa da T-note de 2 anos em queda firme, na casa de 4,94%, após máxima a 5,00%. Já o retorno dos Treasuries de 10 anos, que chegou a tocar 4,60% na máxima, operava ao redor de 4,56%.

Entre os principais pares do real, o dólar recuava, no fim da tarde, em relação ao peso mexicano (-0,12%) e ao rand sul-africano (-0,20%). Já o peso chileno apresentava perdas de 0,13%, bem baixo das exibidas pela moeda brasileira. No grupo das divisas de exportadores de commodities, o dólar caia 0,43% em relação ao dólar australiano e 0,39% ante o dólar neozelandês.

Termômetro do comportamento da moeda americana em relação a seis divisas fortes, o índice DXY passou a operar ao redor da estabilidade, na casa dos 105,200 pontos, após máxima aos 105,527 pela manhã.

IstoéDinheiro

Publicidade Legal

REC Guarulhos S.A.

CNPJ/MF nº 08.730.884/0001-41 – NIRE 35.300.340.680

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de abril de 2024

Data, Hora e Local. 10/04/2024, às 09 horas, na sede da Companhia. **Convocação e Presença**. Dispensada a convocação, em razão da presença de representantes de 100% do capital social. **Mesa**. Presidente: Dani Ajbeszyc; e Secretário: Rômulo Otoni Andrade. **Deliberações tomadas por unanimidade**: **A.** a aprovação da realização da 1ª emissão, pela Companhia, de 500.000 notas comerciais escriturais, em série única, sendo o valor total da emissão equivalente a R$ 500.000.000,00 ("Valor Total da Emissão"), para distribuição pública, objeto de garantia firme de colocação, ("Notas Comerciais Escriturais" ou "Notas Comerciais" e "Emissão", respectivamente), nos termos da Lei nº 14.195, de 26/08/2021 ("Lei nº 14.195") e da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13/07/2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160" e "Oferta", respectivamente), mediante a celebração do "*Termo de Emissão da 1ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, para Distribuição Pública, da REC Guarulhos S.A.*" a ser celebrado entre a Companhia, a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 36.113.876/0004-34, na qualidade de representante dos interesses dos titulares das Notas Comerciais ("Titulares de Notas Comerciais" e "Agente Fiduciário", respectivamente), e a **GLP Investimentos II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 15.049.586/0001-56 ("Fundo" ou "Avalista"), representado por sua gestora GLP Capital Partners Gestão de Recursos e Administração Imobiliária Ltda., inscrita CNPJ/MF sob o nº 13.478.471/0001-51, devidamente habilitada pela CVM para atuar como gestor por meio do Ato Declaratório nº 15.686, de 01/06/2017, na qualidade de avalista ("Gestora" e "Termo de Emissão", respectivamente) **B.** A aprovação para que, sob condição suspensiva, nos termos do artigo 125 do Código Civil, em garantia do fiel, integral e pontual pagamento e cumprimento de todas as obrigações pecuniárias, principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas pela Companhia e decorrentes da emissão das Notas Comerciais Escriturais e do Termo de Emissão, incluindo o Valor Nominal Unitário (conforme abaixo definido), a Remuneração (conforme abaixo definido), o Prêmio (conforme abaixo definido), quando devido, os Encargos Moratórios (conforme abaixo definido), e os custos e despesas incorridos e a serem incorridos em relação à emissão das Notas Comerciais Escriturais, a penas convencionais, honorários advocatícios, custas e despesas judiciais ou extrajudiciais, que sejam de responsabilidade da Companhia, bem como quaisquer outros acessórios decorrentes ou oriundos da emissão das Notas Comerciais Escriturais ou do Termo de Emissão, sejam constituídas as garantias abaixo descritas ("Obrigações Garantidas"): **(i)** a celebração, sob condição suspensiva, nos termos do artigo 125 do Código Civil, do "*Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças*", ("Contrato de Cessão Fiduciária") celebrado sob condição suspensiva, nos termos do artigo 125 do Código Civil (conforme definido abaixo) de acordo com o artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14/07/1965 ("Lei nº 4.728"), os artigos 18 a 20 da Lei nº 9.514, de 20/11/1997, conforme em vigor ("Lei nº 9.514") as disposições pertinentes do Lei nº 10.406, de 10/01/2002, conforme alterada ("Código Civil"), caso aplicáveis, e demais legislações aplicáveis, em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento e pagamento de todas as Obrigações Garantidas, a Companhia cederá fiduciariamente ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos titulares das Notas Comerciais Escriturais, os direitos creditórios decorrentes (1) das parcelas de aluguel mensal (a) das quais é titular em decorrência de determinados contratos de locação vigentes ("Locatárias" e "Contrato(s) de Locação", respectivamente) e (b) daquelas a que venha a ser titular em decorrência de determinados contratos de locação que vierem a ser celebrados ("Futuras Locatárias" e "Contrato(s) de Locação Futuro", respectivamente); (2) de todos e quaisquer outros valores, presentes e futuros, principais e acessórios, devidos pelas Locatárias e Futuras Locatárias, conforme aplicável por força dos Contratos de Locação e dos Contratos de Locação Futuros, conforme aplicável, incluindo a totalidade dos respectivos acessórios, tais como atualização monetária, juros remuneratórios, encargos moratórios, multas, penalidades, indenizações, valores devidos por rescisão ou extinção antecipada dos Contratos de Locação e dos Contratos de Locação Futuros, conforme aplicável, seguros, despesas, custas, honorários, garantias e demais encargos contratuais e legais previstos nos respectivos Contratos de Locação e dos Contratos de Locação Futuros, conforme aplicável ("Direitos Creditórios Vigentes" e "Direitos Creditórios Futuros", respectivamente, e quando em conjunto, os "Direitos Creditórios"); e (3) dos direitos futuros, detidos pela Companhia em relação à Conta Vinculada (conforme definido no Termo de Emissão), na qual será depositada todos os recursos decorrentes dos Direitos Creditórios, incluindo, mas não se limitando a, todos os frutos, rendimentos e aplicações, presentes e futuros, detidos pela Companhia contra o respectivo banco depositário ("Direitos Creditórios Conta Vinculada" e, quando em conjunto com os Direitos Creditórios Futuros, os "Direitos Cedidos Fiduciariamente" e "Cessão Fiduciária", respectivamente). **(ii)** a celebração, sob condição suspensiva, nos termos do artigo 125 do Código Civil, do "*Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel e Outras Avenças Sob Condição Suspensiva*" ("Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel"), nos termos da Lei nº 9.514, e dos artigos 1.361 e seguintes do Código Civil, quando aplicáveis, em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento e pagamento de todas as Obrigações Garantidas, a Companhia alienará fiduciariamente ao Agente Fiduciário a integralidade de sua fração ideal do imóvel, objeto da matrícula nº 134.073, do 1º Oficial de Registro de Imóveis de Guarulhos, Estado de São Paulo ("Imóvel" e "Alienação Fiduciária de Imóvel", respectivamente). **C.** aprovar a autorização à Diretoria da Companhia para, direta ou indiretamente, por meio de procuradores devidamente constituídos (i) discutir, negociar e definir os termos e condições da Emissão; (ii) praticar todos os atos necessários à realização da Emissão e celebrar todos e quaisquer contratos e/ou documentos e seus eventuais aditamentos, incluindo o Termo de Emissão, o Contrato de Cessão Fiduciária, o Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel e o Contrato de Distribuição e seus eventuais aditamentos, bem como os demais contratos e/ou documentos relacionados à Oferta, observados os limites aqui previstos; (iii) contratar os Coordenadores para intermediar e coordenar a Oferta; e (b) os demais prestadores de serviços para a Emissão e a Oferta, incluindo a instituição prestadora de serviços de escrituração das Notas Comerciais Escriturais, a instituição prestadora de serviços de banco liquidante das Notas Comerciais Escriturais, o agente fiduciário, o assessor legal, o banco depositário, dentre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos contratos; e **D.** aprovar a ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria, direta ou indiretamente, por meio de procuradores devidamente constituídos, relacionados às deliberações acima. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos e lavrada a presente ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações, que, após reabertura da sessão, foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes, na forma sumária. Mesa: **Dani Ajbeszyc** – Presidente; **Rômulo Otoni Andrade** – Secretário. *Acionistas:* GLP Investimentos II Fundo de Investimento em Participações Multiestrategia (p. Dani Ajbeszyc; Rômulo Otoni Andrade); Sul Real | Participações Ltda. (p. Dani Ajbeszyc; Romulo Otoni Andrade).

Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A.

CNPJ/MF nº 61.809.182/0001-30 – NIRE 35.300.013.409

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de janeiro de 2024

Hora e Local: 14:00 horas, na sede social da Companhia, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, 11º andar (parte), 13º e 14º andares (parte) – Itaim Bibi, São Paulo-SP. **Presença:** Representantes da totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Teodoro Zemella Bruno de Lima; Secretário: Luiz Guilherme da Costa Manso Moreira de Mendonça. **Deliberações:** Todas tomadas por unanimidade: ***(a)*** aprovada a lavratura desta ata na forma sumária; ***(b)*** dispensada a convocação pela imprensa; ***(c)*** foi eleita para compor a Diretoria, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 2025, para o cargo de Diretora sem designação especial, a Sra. **Camila Angeli Ribeiro**, RG 26.629.598-8 SSP-SP, CPF nº 252.082.898-65; ***(d)*** a Diretora ora eleita declara não estar incursa em nenhum dos crimes previstos em lei que a impeça de exercer a atividade mercantil; ***(e)*** foi consignado que a Diretora ora eleita preenche todas as condições estabelecidas na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.970, de 25/11/2021; e ***(f)*** nada mais a ser tratado, foi encerrada a assembleia. Presidente: Teodoro Zemella Bruno de Lima; Secretário: Luiz Guilherme da Costa Manso Moreira de Mendonça; Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., neste ato representado pelos seus diretores Milena Weiss Aloisi e Luiz Guilherme da Costa Manso Moreira de Mendonça, na forma de seu Estatuto Social. **Luiz Guilherme da Costa Manso Moreira de Mendonça** – Secretário da Assembleia. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 121.625/24-2 em 15/03/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Credit Suisse (Brasil) S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

CNPJ/MF nº 42.584.318/0001-07 – NIRE 35.300.132.807

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de janeiro de 2024

Hora e Local: 10:00 horas, na sede social da Companhia, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, 10º andar (parte), 12º a 14º andares (parte) – Itaim Bibi, São Paulo-SP. **Presença:** Representantes da totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Luiz Guilherme da Costa Manso Moreira de Mendonça; Secretário: Marcelo Augusto Ramos. **Deliberações:** Todas tomadas por unanimidade: ***(a)*** aprovada a lavratura desta ata na forma sumária; ***(b)*** dispensada a convocação pela imprensa; ***(c)*** foi eleita para compor a Diretoria, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária (AGO) do ano de 2025, para o cargo de Diretora sem designação especial, a Sra. **Camila Angeli Ribeiro**, RG 26.629.598-8 SSP-SP, CPF nº 252.082.898-65; ***(d)*** a Diretora ora eleita declara não estar incursa em nenhum dos crimes previstos em lei que a impeça de exercer a atividade mercantil; ***(e)*** foi consignado que a Diretora ora eleita preenche todas as condições estabelecidas na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.970, de 25/11/2021; e ***(f)*** nada mais a ser tratado, foi encerrada a assembleia. Presidente: Luiz Guilherme da Costa Manso Moreira de Mendonça; Secretário: Marcelo Augusto Ramos; Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., neste ato representado por seus diretores Luiz Guilherme da Costa Manso Moreira de Mendonça e Marcelo Augusto Ramos. **Marcelo Augusto Ramos** – Secretário da Assembleia. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 120.743/24-3 em 14/03/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

GPS Participações e Empreendimentos S.A.

CNPJ/MF nº 09.229.201/0001-30 – NIRE 35.300.350.120 – Companhia Aberta

Ata de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 18 de março de 2024

Data, Hora e Local: No dia 18 de março de 2024, às **17:00** horas, na modalidade à distância e digital, e assim sendo considerada realizada na sede social da GPS Participações e Empreendimentos S.A., localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Miguel Frias e Vasconcelos, nº 1.215, 2º andar, Jaguaré, CEP 05345-000 ("Companhia" ou "GPS"). **Presenças:** Presentes os membros do Conselho de Administração da Companhia ("CA-GPS"), a saber, senhores José Caetano Paula de Lacerda, Luiz Chrysostomo de Oliveira Filho, Marcos Luiz Abreu de Lima, Piero Paolo Picchioni Minardi, Otavio Yazbek, Roberto Lopes Pontes Simões e Pedro Franco Sales, os quais participaram remotamente nos termos do parágrafo 3º do artigo 18 do Estatuto Social da GPS e dos parágrafos 1º e 2º do artigo 12 do Regimento Interno do Conselho de Administração. **Convocação:** Realizada nos termos do parágrafo 1º do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia e nos termos do parágrafo único do artigo 9º e do artigo 10º do Regimento Interno do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente: José Caetano Paula de Lacerda; Secretário: Cláudio Petruz. **Ordem do Dia: PD.CA_GPS-010-2024:** análise, deliberação e aprovação da **(i)** ratificação e complementação das condições do Programa de Opções de Compra de Ações de 2024 ("PROCA 2024" ou "Programa"), conforme deliberado pelo CA-GPS em Reunião Ordinária de 04 de março de 2024; e **(ii)** emissão de Ações e correspondente aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, para ulterior ratificação em Assembleia Geral da Companhia. **Discussões e Deliberações:** colocadas em discussão as matérias da Ordem do Dia, foram tomadas as seguintes deliberações: **I**. Aprovar, por unanimidade de votos e sem ressalvas, a **PD.CA_GPS-010-2024,** ratificando e complementando, nos termos do Plano de Opções de Compra de Ações aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 14 de abril de 2022, o PROCA 2024, o qual, devidamente rubricado pelo senhor Presidente e pelo senhor Secretário, ficará arquivado em livro próprio na sede da Companhia. **II**. Aprovar, por unanimidade de votos e sem ressalvas, no âmbito do referido PROCA 2024 e com base no inciso (viii) do artigo 21 do Estatuto Social da Companhia **(a)** a emissão de 2.684.464 (dois milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e quatro) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da Companhia, representando 0,40% (zero vírgula quarenta por cento) do capital social da Companhia anterior a tal emissão, pelo preço de emissão calculado com base na cotação média de preços de fechamento das ações da Companhia no período compreendido entre 11 de março de 2024 e 15 de março de 2024, de R$ 18,12 (dezoito reais e doze centavos) por opção, e um desconto de 10% (dez por cento) a ser pago em 05 de abril de 2024; **(b)** o consequente aumento de capital social da Companhia, pelo CA-GPS, dentro do limite do capital autorizado, no valor de R$ 48.642.487,68 (quarenta e oito milhões, seiscentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e sessenta e oito centavos); **(c)** face ao aumento de capital objeto das deliberações acima, aprovar, *ad referendum* da assembleia geral da Companhia, a reforma do caput do artigo 5º do seu Estatuto Social, para refletir o aumento do capital social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: Artigo 5º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 1.786.808.990,73 (um bilhão, setecentos e oitenta e seis milhões, oitocentos e oito mil, novecentos e noventa reais e setenta e três centavos), dividido em 674.854.731 (seiscentos e setenta e quatro milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil, setecentas e trinta e uma) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal; **(d)** a inaplicabilidade do direito de preferência aos demais acionistas da Companhia nos termos do § 3º do artigo 171 da Lei nº 6.404/1976; **(e)** nos termos do artigo 106 da Lei das Sociedades Anônimas, e do PROCA 2024, a subscrição das ações pelos Parceiros, mediante a assinatura dos subscritores nos respectivos boletins de subscrição, cabendo ressaltar que as ações emitidas participarão em igualdade de condições com as demais ações ordinárias da Companhia, relativamente a todos os benefícios e vantagens que vierem a ser declarados a partir da presente data. **Lavratura:** Foi autorizada, por unanimidade de votos, a lavratura da presente ata na forma de sumário, com a omissão das assinaturas dos senhores Conselheiros. Os Senhores Conselheiros presentes deliberaram ainda que: (i) a assinatura da presente Ata por meio eletrônico ou digital é válida e plenamente eficaz; (ii) ainda que venham a assiná-la digitalmente em local diverso, o local de assinatura é considerado, para todos os fins, como sendo na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, onde está localizada a sede da Companhia; e (iii) será considerada data de assinatura, para todos os fins e efeitos, a data da presente reunião, independentemente da data que constar na assinatura digital. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a Reunião do Conselho de Administração, da qual se lavrou a presente ata para aprovação e assinatura de todos os presentes. **São Paulo, 18 de março de 2024**. **Assinaturas:** Mesa: Presidente: José Caetano Paula de Lacerda; Secretário: Cláudio Petruz. Membros do Conselho de Administração: José Caetano Paula de Lacerda; Luiz Chrysostomo de Oliveira Filho; Marcos Luiz Abreu de Lima; Piero Paolo Picchioni Minardi; Otavio Yazbek; Roberto Lopes Pontes Simões; e Pedro Franco Sales. *(confere com o original lavrado em livro próprio)* **José Caetano Paula de Lacerda** – Presidente; **Cláudio Petruz** – Secretário.

GPS Participações e Empreendimentos S.A.

CNPJ/MF nº 09.229.201/0001-30 – NIRE 35.300.350.120 – Companhia Aberta

Ata de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 25 de março de 2024

Data, Hora e Local: Reunião realizada no dia 25 de março de 2024, às **13:30** horas, na modalidade à distância e digital, e assim sendo considerada realizada na sede social da **GPS Participações e Empreendimentos S.A.**, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Miguel Frias e Vasconcelos, nº 1.215, 2º andar, Jaguaré, CEP 05345-000 ("**Companhia**" ou "**GPS**"). **Presenças:** Presentes os membros titulares do Conselho de Administração da Companhia ("**CA-GPS**"), a saber, senhores José Caetano Paula de Lacerda, Luiz Chrysostomo de Oliveira Filho, Marcos Luiz Abreu de Lima, Piero Paolo Picchioni Minardi, Otavio Yazbek, Roberto Lopes Pontes Simões e Pedro Franco Sales e a Conselheira Suplente, senhora Fernanda Didier Nascimento Pedreira, os quais participaram remotamente, nos termos do parágrafo 3º do artigo 18 do Estatuto Social da GPS e dos parágrafos 1º e 2º do artigo 12 do Regimento Interno do Conselho de Administração. **Convocação:** Realizada nos termos do parágrafo 1º do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia e nos termos do parágrafo único do artigo 9º e do artigo 10º do Regimento Interno do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente: José Caetano Paula de Lacerda. Secretário: Cláudio Petruz. **Ordem do Dia: PD.CA_GPS-011-2024**: análise, deliberação e aprovação da proposta de aquisição de 100% (cem por cento) das quotas de emissão das sociedades: (i) GR Serviços e Alimentação Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.905.110/0001-28; (ii) Foodbuy Alimentos Sociedade Unipessoal Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.026.421/0001-31; (iii) GR Manutenção e Facilities Sociedade Unipessoal Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 43.751.048/0001-44; (iv) Clean Mall Serviços Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.784.057/0001-05 e (v) GRSA Serviços Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.691.697/0001-08 ("Aquisição" e "Grupo GRSA", respectivamente), bem como autorização para que a Diretoria da Companhia tome todas as medidas que se façam necessárias à formalização da referida Aquisição. **Discussões e Deliberações:** após análise e discussão da matéria constante da Ordem do Dia, que teve por base a apresentação disponibilizada previamente no Portal do CA-GPS, contendo o resumo das razões e condições de Aquisição atualizadas, incluindo o preço, a forma de pagamento e a documentação relativa às diligências realizadas, conforme relatórios de auditoria legal, financeira, contábil, tributária, trabalhista e previdenciária, os senhores Conselheiros aprovaram, nos termos do artigo 21, incisos (xvii) e (xxiv) do Estatuto Social da GPS, por unanimidade de votos, a proposta de Aquisição, pela LC Administração de Restaurantes Ltda. S.A. ("LC Restaurantes"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.691.250/0001-47, controlada da Companhia, de 100% (cem por cento) das quotas de emissão das sociedades integrantes do Grupo GRSA, a ser formalizada mediante a assinatura do Instrumento Particular de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças ("CCV"), no âmbito do qual a Top Service Serviços e Sistemas S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.973.749/0001-15 ("Top Service"), controlada da Companhia, figurará como garantidora, observado que a conclusão da Aquisição estará sujeita à aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, dentre outras condições precedentes. Na sequência, os senhores Conselheiros autorizaram a Diretoria da Companhia a tomar todas as medidas que se façam necessárias para a formalização da Aquisição, ressaltando a relevância da realização de acompanhamento diferenciado das informações contábeis e financeiras, em prazos não superiores a 6 (seis) meses e 1 (um) ano após a conclusão da Aquisição, e da apresentação aos membros do CA-GPS do respectivo plano de integração. **Lavratura:** Foi autorizada, por unanimidade de votos, a lavratura da presente ata na forma de sumário, com a omissão das assinaturas dos senhores Conselheiros. Os Senhores Conselheiros presentes deliberaram ainda que: (i) a assinatura da presente Ata por meio eletrônico ou digital é válida e plenamente eficaz; (ii) ainda que venham a assiná-la digitalmente em local diverso, o local de assinatura é considerado, para todos os fins, como sendo na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, onde está localizada a sede da Companhia; e (iii) será considerada data de assinatura, para todos os fins e efeitos, a data da presente reunião, independentemente da data que constar na assinatura digital. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a Reunião do Conselho de Administração, da qual se lavrou a presente ata para aprovação e assinatura de todos os presentes. São Paulo, 25 de março de 2024. **Assinaturas:** Mesa: Presidente: José Caetano Paula de Lacerda. Secretário: Cláudio Petruz. Membros do Conselho de Administração: José Caetano Paula de Lacerda; Luiz Chrysostomo de Oliveira Filho; Marcos Luiz Abreu de Lima; Piero Paolo Picchioni Minardi; Otavio Yazbek; Roberto Lopes Pontes Simões e Pedro Franco Sales. *(confere com o original lavrado em livro próprio)* **José Caetano Paula de Lacerda** – Presidente; **Cláudio Petruz** – Secretário.

Axa Seguros S.A.

CNPJ/MF nº 19.323.190/0001-06 - NIRE 35.300.471.113

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de Março de 2024 - Certidão

Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o arquivamento da ata em epígrafo em 03/04/2024, sob o nº 138.962/24-8. Número do Protocolo 0.469.120/24-1. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Juros: taxas avançam com cautela externa e dados fortes do varejo

Os juros futuros fecharam em alta, mas desacelerando o ritmo à tarde, após o mercado digerir falas mais hawkish de dirigentes do Federal Reserve e as inesperadas alta nas vendas do varejo no Brasil em fevereiro. Os rendimentos dos Treasuries se afastaram das máximas da sessão, mas seguiram nos maiores níveis desde novembro, refletindo as preocupações com a política monetária nos Estados Unidos, que não tiveram alívio com a inflação no atacado dentro do esperado. A precificação da Selic terminal na curva continuou rondando os 10%.

No fechamento, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2025 estava em 10,090%, de 10,030% ontem no ajuste, e a do DI para janeiro de 2026 subia de 10,15% para 10,25%. A do DI para janeiro de 2027 avançava a 10,56%, de 10,48%. O DI para janeiro de 2029 marcava 11,11%, de 11,05%.

A acomodação das taxas à tarde esteve relacionada a uma pausa no noticiário e na agenda negativos e não exatamente a uma melhora de humor. "O mercado ainda está tentando se encontrar após o que ocorreu ontem, com o CPI e a abertura dos Treasuries indicando que o ciclo de corte de juros nos Estados Unidos pode ser adiado mais uma vez", afirma Daniel Leal, estrategista de renda fixa da BGC Liquidez.

O dia até teve fatores dovish, mas com impacto moderado sobre os ativos. IstoéDinheiro

Publicidade Legal

Banco Credit Suisse (Brasil) S.A.

CNPJ/MF nº 32.062.580/0001-38 – NIRE 35.300.525.841

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de janeiro de 2024

Hora e Local: 10h00, na sede social da Companhia, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700, 10º andar (parte), 12º a 14º andares (parte) – Itaim Bibi, São Paulo-SP. **Presença:** Representantes da totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Luiz Guilherme da Costa Manso Moreira de Mendonça; Secretária: Milena Weiss Aloisi. **Deliberações:** Todas tomadas por unanimidade: ***(a)*** foi aprovada a lavratura desta ata na forma sumária; ***(b)*** foi dispensada a convocação pela imprensa na forma do art. 124, § 4º, da LSA; ***(c)*** foi eleita para compor a Diretoria, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária (AGO) do ano de 2025, para o cargo de Diretora sem designação especial, Sra. **Camila Angeli Ribeiro**, RG 26.629.598-8 SSP-SP, CPF nº 252.082.898-65; ***(d)*** a Diretora ora eleita declara não estar incursa em nenhum dos crimes previstos em lei que a impeça de exercer a atividade mercantil; ***(e)*** foi consignado que a Diretora ora eleita preenche todas as condições estabelecidas na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.970, de 25/11/2021, necessárias para o exercício do cargo para o qual foi eleita; e ***(f)*** nada mais a ser tratado, foi encerrada a assembleia. Presidente: Luiz Guilherme da Costa Manso Moreira de Mendonça; Secretária: Milena Weiss Aloisi. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 121.376/24-2 em 15/03/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

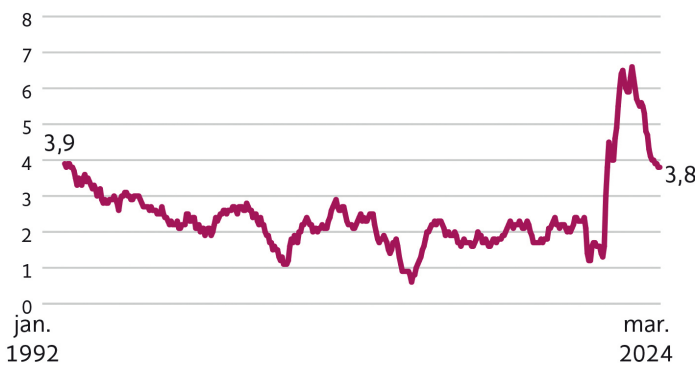
Movecta S.A.

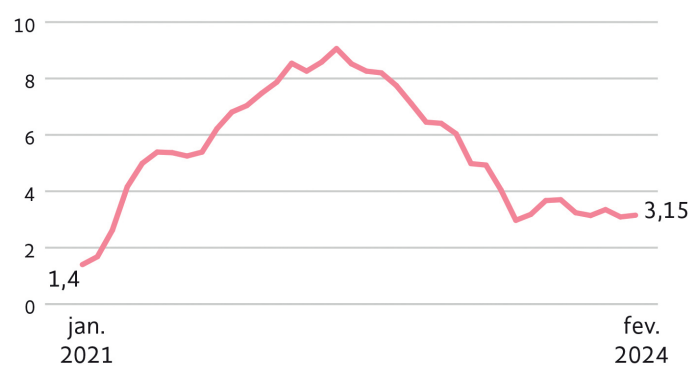
CNPJ/MF nº 58.317.751/0001-16 - NIRE 35.300.117.441

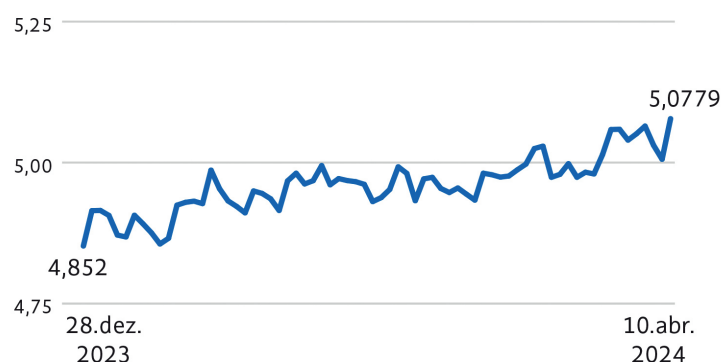
Convocação da Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Convocamos os Srs. acionistas da **Movecta S.A.** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 19/04/2024, às 10hs, de modo presencial, na Rua Guararapes, 1.909 - 9°andar - Cidade Monções São Paulo/SP, CEP: 04561-004 para deliberar sobre a seguinte **ordem do dia**: **5.1.1. Em Assembleia Geral Ordinária**: **(Item i)** o Relatório da Administração, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes referentes ao exercício social findo em 31/12/2023; **(Item ii)** a ratificação da distribuição de proventos, através de Juros sobre o Capital Próprio ("JCP"), referentes ao período de 01/06/2023 a 31/12/2023; **(Item iii)** a proposta dos administradores para a destinação do lucro/resultado relativo ao exercício social findo em 31/12/2023; **(Item iv)** a aprovação da Distribuição de Dividendos no montante total de R$ 9.602.896,94 na forma do Estatuto Social e na proporção do capital social e; constituição do montante correspondente à Reserva Legal (conforme previsto no Estatuto Social, Artigo 30) equivalente à 5% do lucro apurado no exercício de 2023, no valor total de R$ 2.021.662,51; **(item v)** a ratificação da distribuição de Dividendos Intermediários à acionista Preferencialista Localpar Participações S.A., no montante líquido de R$ 3.065.533,66, conforme autorizado pelo artigo 32 do estatuto Social da Companhia e deliberado e aprovado na Ata de Reunião do Conselho de Administração, realizada em 10/10/2023 ("RCA de 10/10/2023") e montante pago no dia 10/10/2023 ("Dividendos Intermediários"); **(item vi)** a destinação dos dividendos remanescentes no montante de R$ 6.537.363,18; da seguinte forma: R$ 5.205.391,84, conforme proporção nas ações ordinárias e R$ 1.331.971,34, conforme proporção da participação do capital social, nas ações Preferenciais, observado o "Item v" (ou seja, descontado o valor dos Dividendos Intermediários antecipados e pagos em 10/10/2023); **(Item vii)** a reeleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; e; **(Item viii)** a remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2024. **5.1.2. Em Assembleia Geral Extraordinária: (Item i)** a renúncia do Sr. Piero Grassi Simione do cargo de Diretor Comercial da Companhia; **(Item ii)** eleger o Sr. Alielton da Silva Vilas Boas ao cargo de Diretor de Operações da Companhia; **(Item iii)** reeleger os demais diretores da Companhia por mais 1 ano; **(Item iv)** apresentar a composição da Diretoria da Companhia atual; **(Item v)** ratificar os atos praticados por Diretores e procuradores da Companhia; e; **(Item vi)** a consolidação do Estatuto Social da Companhia. Sra. **Marilena Rodrigues Vasone**, Presidente. (11, 12 e 13/04/2024)

Núcleo de inflação dos EUA

Acumulado em 12 meses, em %

Inflação americana desde 2021

Acumulado em 12 meses, em %

Dólar em 2024

Fechamento diário, em R$

Fontes: Departamento do Trabalho dos EUA, Inflation Calculator e CMA

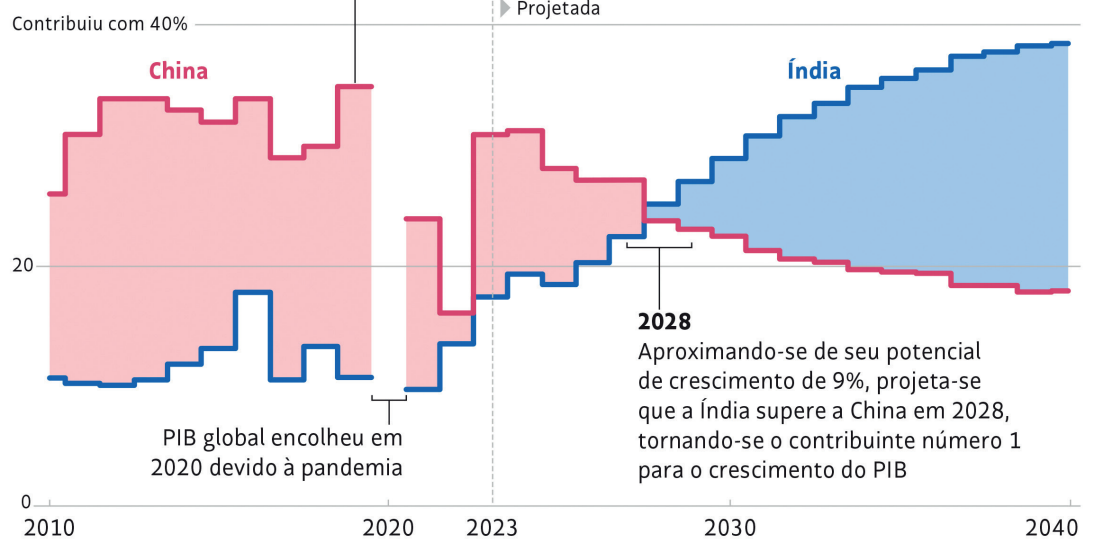
Arrecadação desacelera

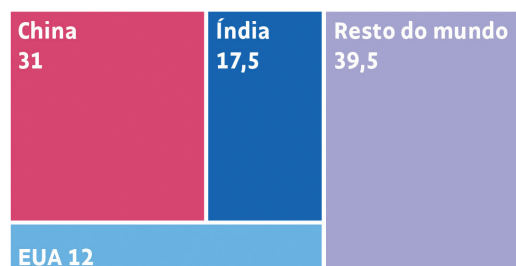
Receita total do governo

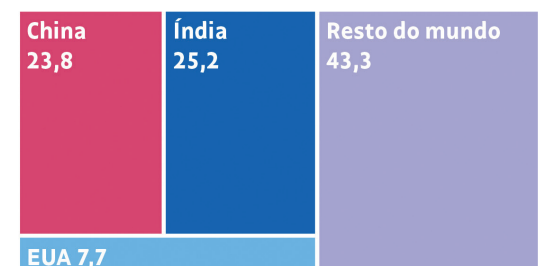
Em R$ bilhões

Fontes: Tesouro Nacional e Warren Rena

Contribuição de China e Índia para o crescimento do PIB global

Nas últimas duas décadas, o rápido desenvolvimento da China tornou-a o principal motor do crescimento econômico global

Como foi a contribuição em 2023

Em %

Como seria a contribuição em 2028*

Em %

* Se a Índia cumprir metas projetadas para quatro áreas

Fonte: Bloomberg Economics

Negócios

Após prejuízo de R$ 1 bilhão, Casas Bahia vai se recuperar no balanço do 1T24?

Previsto para ser divulgado no próximo dia 8 de maio, após o fechamento do mercado, o balanço do primeiro trimestre da Casas Bahia refletirá um cenário ainda desafiador, à medida que a concorrência no setor está mais pesada e o plano de reestruturação ainda está em execução, segundo analistas.

Entre os meses de outubro e dezembro de 2023, a Casas Bahia registrou um prejuízo contábil de aproximadamente R$ 1 bilhão, aumento de 513,5% em relação às perdas de R$ 163 milhões registradas no quarto trimestre de 2022.

Desconsiderando os impactos não recorrentes, o prejuízo líquido foi de R$ 564 milhões no último trimestre do ano passado. Nesse mesmo contexto, as perdas foram 51,6% maiores que o prejuízo de R$ 372 milhões registrado no 4T22.

Após o balanço do 4T23, os executivos da Casas Bahia afirmaram que os resultados da empresa no período estavam contaminados, uma vez que a varejista passava por uma reestruturação. Assim, segundo o CEO Renato Franklin, a melhora seria observada apenas neste primeiro trimestre de 2024.

"Não vemos tantos impactos mais da reestruturação no primeiro trimestre de 2024. O mercado terá de olhar para ele para entender como estamos. Falo com convicção, olhando para targets do terceiro e quarto trimestre, que entregaremos melhora" disse em teleconferência de resultados.

Gabriel Costa, analista da Toro Investimentos, no entanto projeta uma redução de receitas na ordem de 2% e um resultado líquido ainda dificultoso para a Casas Bahia no 1T24. Assim, segundo ele, ao longo do ano, é necessário monitorar o andamento das vendas, haja vista a redução de lojas e migração de categorias realizadas do 1P para o 3P."Em função disso, é possível que vejamos a Casas Bahia se tornando mais enxuta, o que deve acompanhar também uma redução em pelo menos igual, mas idealmente maior magnitude, das despesas, o que traria alavancagem operacional para o negócio", escreve.

Suno

SP lançará medidas para incentivar a produção de biocombustíveis

O Governo de São Paulo apresentará um pacote de medidas para incentivar a produção de biocombustíveis no estado para o setor sucroenergético, com o objetivo de ampliar a presença de energia renovável.

A afirmação foi feita na quinta-feira (11) pelo secretário da Agricultura e Abastecimento, Guilherme Piai, no Cana Summit, evento que reúne em Brasilia cerca de 500 produtores de cana-de-açúcar, acadêmicos e entidades do setor sucroenergético para discutir o futuro do setor.

Piai disse que o anúncio das medidas ocorrerá na Agrishow (Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação), que será realizada em Ribeirão Preto (a 313 km de São Paulo) entre os dias 29 de abril e 3 de maio.

São Paulo é o principal estado produtor de cana do país, com 180 usinas para fabricar açúcar e etanol instaladas, das quais 70 estão instaladas a no máximo 20 quilômetros de gasodutos já em funcionamento.

"Somos referência no mundo, dos quase 10 milhões de hectares [de cana no país], 60% estão em São Paulo. O governador já decidiu apostar no nosso 'pré-sal caipira' e quando a gente olha o setor a gente fica muito motivado", afirmou Piai.

O secretário disse à Folha que o trabalho está "99% finalizado" e está sendo desenvolvido em parceria entre as secretarias da Agricultura e Meio Ambiente e a Cetesb (agência ambiental paulista).

Ale afirmou que o anúncio deve ser "grandioso". "Teremos outros decretos, outras resoluções, anúncios de crédito e de seguro."

Para Piai, o setor de cana-de-açúcar forte e estruturado fará São Paulo "liderar o processo de transição energética do Brasil".

Segundo a secretaria, o saldo da balança comercial do agro paulista apresentou superávit de US$ 23,34 bilhões (R$ 118,3 bilhões) no ano passado, recorde da série histórica, 11,8% acima do ano anterior.

Marcelo Toledo/Folhapress

Boeing aposta em avião de asa ultrafina para reduzir poluição

Na corrida das companhias aéreas e fabricantes para reduzir as emissões de carbono, a Boeing aposta em um avião de asa ultrafina que pode tornar a viagem mais rápida e cortar o consumo de combustível em até 30%. A companhia levou o esboço do projeto para um evento do setor em Santiago, no Chile.

A iniciativa, feita em parceria com a Nasa, ainda é um protótipo. Neste ano, a Boeing avançou no projeto e anunciou atualizações para o design e para o plano de construção da aeronave. O avião será feito a partir de modificações em um jato MD-90.

A expectativa é que os testes em solo e em voo comecem em 2028. Segundo Otávio Cavalett, que está à frente da área de políticas públicas e parcerias em sustentabilidade da empresa para América Latina, se o protótipo funcionar, a tecnologia deve ser incorporada pela aviação comercial. Ele diz que a asa mais fina não é usada hoje nesse segmento.

Além de mais finas do que nos modelos tradicionalmente usados na indústria, as asas também serão mais longas, garantindo estabilidade aerodinâmica. Com sistema de propulsão e materiais otimizados para o projeto, o consumo de combustível seria 30% menor do que o normal. Por serem muito longas, as asas terão um suporte.

"O que queremos fazer é aprender por meio de um investimento forte nesse tipo de tecnologia, que pode ser incorporada em um próximo programa [para aeronaves comerciais]", diz Landon Loomis, presidente da Boeing para América Latina.

A aeronave, de corredor único, faz parte dos esforços para que o setor nos Estados Unidos alcance a descarbonização até 2050. Hoje, a principal aposta do setor para cortar as emissões de carbono é o SAF (combustível sustentável de aviação). O volume usado em voos, no entanto, ainda é muito baixo. No ano passado, a quantidade produzida no mundo foi de aproximadamente 600 milhões de litros, segundo a Iata (associação internacional do setor).

Paulo Ricardo martins/Folhapress